

UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

**A MIRAGEM DO DESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA
METROPOLITANA: REESTRUTURAÇÃO E CRISE EM
QUEIMADOS – RJ**

MIGUEL ALEXANDRE DO ESPIRITO SANTO PINHO

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE AGRONOMIA

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A MIRAGEM DO DESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA
METROPOLITANA: REESTRUTURAÇÃO E CRISE EM
QUEIMADOS – RJ**

MIGUEL ALEXANDRE DO ESPIRITO SANTO PINHO

Sob a Orientação do(a) Professor(a)

Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ, Área de Concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia

Seropédica, RJ

Janeiro, 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P655m Pinho, Miguel Alexandre do Espirito Santo, 1988
A miragem do desenvolvimento na periferia
metropolitana: reestruturação e crise em Queimados - RJ
/ Miguel Alexandre do Espirito Santo Pinho. - Rio de Ja-
neiro, 2021.
110 f.

Orientador: Leandro Dias de Oliveira. Disserta-
ção(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
2021.

1. Desenvolvimento Econômico. 2. Máquina de Cresci-
mento. 3. Queimados - RJ. I. Oliveira, Leandro Dias
de, 1979-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia
III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 6 / 2021 - PPGEO (12.28.01.00.00.00.35)

Nº do Protocolo: 23083.006277/2021-10

Seropédica-RJ, 01 de fevereiro de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MIGUEL ALEXANDRE DO ESPIRITO SANTO PINHO

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/01/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG-UFRRJ, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e, neste caso, a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Leandro Dias de Oliveira. Dr. UFRRJ

(Orientador, presidente da banca)

André Santos da Rocha. Dr. UFRRJ

(membro da banca)

Maurilio Lima Botelho. Dr. UFRRJ

(membro da banca)

Regina Helena Tunes. Dr.^a UERJ

(membro da banca)

(Assinado digitalmente em 02/02/2021 09:52)

ANDRE SANTOS DA ROCHA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matrícula: 1832629

(Assinado digitalmente em 01/02/2021 19:34)

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matrícula: 1286368

(Assinado digitalmente em 04/02/2021 19:04)

MAURILIO LIMA BOTELHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matrícula: 2685497

(Assinado digitalmente em 05/02/2021 12:03)

REGINA HELENA TUNES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 274.388.478-96

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **6**, ano: **2021**,
tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **01/02/2021** e o
código de verificação: **d9ecae7935**

Esta dissertação é dedicada à memória de Celso Furtado, um dos mais brilhantes pensadores brasileiros, fonte inesgotável de inspiração para essa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a minha esposa Giselle Machado pelo apoio imprescindível durante todo período do mestrado. Sua ajuda se deu em todos os momentos do curso: do projeto para a seleção, passando pela leitura crítica da qualificação e por fim as conversas fundamentais sobre o processo de escrita dessa dissertação. Sem esse apoio essa dissertação sequer existiria. Compartilhar a vida com uma pessoa tão especial foi o combustível necessário para superar os momentos de exaustão, estresse e desânimo, típicos na vida de um pós-graduando, mas potencializados por uma pandemia e pelo crescimento das forças do atraso. A ela todo o meu amor e gratidão.

Agradeço a minha mãe Vera Lucia, por todo o carinho e amor dados a mim ao longo desses 32 anos. Por todos os sacrifícios feitos durante minha criação, nos momentos de dificuldade e privação, e que dentro das suas possibilidades e visões de mundo, sempre lutou pelo melhor para mim. Meu muito obrigado.

Lendo os trabalhos de antigos orientandos sempre observava os agradecimentos e eram unânimes os elogios ao pesquisador e à pessoa. Posso afirmar sem qualquer risco de errar que o Prof. Leandro Dias de Oliveira faz jus a todos os elogios e que a sua orientação foi processo importante para o meu crescimento enquanto pesquisador e como pessoa. Foi um enorme prazer poder partilhar projetos de pesquisa, organização de eventos e lamentações em comum pelos pífios resultados futebolísticos do nosso Fluminense. Em todos os momentos que precisei de ajuda, e não foram poucos, sempre estive solícito para pensar soluções, e, essa característica é essencial para ajudar esse que vos escreve, que talvez seja um pouco dramático e exagerado, foi imprescindível ter um porto seguro para me apoiar. Eu só tenho a agradecer pela sua amizade e foi uma honra ter sido orientado por ele.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em especial, aos professores André Rocha e Maurilio Botelho, que foram de membros da minha banca de qualificação e realizaram provocações fundamentais para o andamento da pesquisa. Meus agradecimentos à prof. Regina Helena Tunes por ter aceitado o desafio de ir às terras distantes de Seropédica debater conosco na qualificação, apontando insuficiências que espero terem sido sanadas nessa versão final.

Agradeço enormemente a todos meus colegas de curso, pelo diálogo e pela solicitude. Ao meu inseparável companheiro de pesquisa, de aulas, de orientação, e de estripulias na Supervia, André Germano. Foi um privilégio ter a sua presença constante na minha vida ao longo desses anos, e que assim permaneça.

Gostaria de agradecer meus amigos Luana Bonacchi, João Marcos Mesquita, Barbara Mendonça, Camila Pizzolotto, Thiago Mantuano, Bernardo Soares e Vítor Lucena pelo enorme incentivo para retornar à academia depois de tantos anos distante e que nos momentos de incerteza me apoiaram, meu muito obrigado pela amizade e lealdade por todos esses anos.

Agradeço aos meus colegas educadores da rede estadual do Rio de Janeiro e da rede municipal de Japeri sempre solícitos em trocar horários e dias para que pudesse ter horários para fazer as disciplinas, cobrir minhas ausências para participar de eventos acadêmicos e demais atividades. Que a solidariedade entre os trabalhadores sempre prevaleça.

Por último gostaria de agradecer a todos aqueles e aquelas que dedicaram suas vidas em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Certamente aquele menino que

reclamava de mingau de chocolate na merenda da escola municipal não chegaria a pós-graduação se não existisse uma luta constante pela educação pública.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 / This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

PINHO, Miguel Alexandre do Espírito Santo. **A miragem do desenvolvimento na periferia metropolitana: reestruturação e crise em Queimados – RJ** 2021. 110 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Agronomia/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

A relação entre a cidade de Queimados-RJ e a indústria está presente desde a sua fundação. O Distrito Industrial de Queimados criado na década de 1970 e foi álibi para que anos depois se iniciasse um movimento de emancipação, reivindicando que a riquezas geradas pelo distrito ficassem no local. Essa associação entre indústria, progresso e melhoria das condições de vida permanecerá até os dias atuais no imaginário e nos discursos. O objetivo desse trabalho é analisar as contradições do modelo de desenvolvimento adotado em Queimados compreendendo seu surgimento, apogeu e declínio. Para tal, através da pesquisa em periódicos, analisamos o longo processo de consolidação do distrito industrial, para compreender as bases da reestruturação contemporânea. O distrito é polo mais dinâmico da economia municipal e é a partir dele que se iniciam movimentos de crescimento econômico. Criado no apogeu do desenvolvimentismo “clássico”, o auge da ocupação industrial ocorreu durante a vigência do “novo desenvolvimentismo” (MERCADANTE, 2010). Queimados se insere no Extremo Oeste Metropolitano (OLIVEIRA, 2015) e essa região emergiu como polo logístico-fábril e que recebeu grandes investimentos enquanto vigoraram as políticas do “novo desenvolvimentismo”. Entre 2010 e 2015 a cidade experimentou um período de crescimento e o início desse processo ocorreu através da aprovação de incentivos fiscais, e a posterior chegada de investimento industriais e logísticos. Através de dados estatísticos do IBGE observamos as características do período virtuoso na cidade e somando à análise dos dados do Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED) observamos que a indústria de transformação havia sido fundamental, mas devido a construção civil o processo se potencializou. O poder local costurou uma aliança política – algo comum no período – para disputar projetos, recursos e investimentos para Queimados, que conformaram, em nosso esforço de análise, uma máquina de crescimento. Com o declínio do “novo desenvolvimentismo”, as condições para manutenção da máquina de crescimento se findaram e a cidade vivenciou anos de retração das atividades econômicas e uma queda acentuada de todos os setores da indústria, inclusive a construção civil.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Econômico; Máquina de Crescimento; Queimados – RJ.

ABSTRACT

PINHO, Miguel Alexandre do Espirito Santo. **The mirage of development in the metropolitan periphery: restructuring and crisis in Queimados - RJ** 2021. 110 p. Dissertation (Master Science in Geography). Instituto de Agronomia/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

The relationship between the city of Queimados-RJ and the industry has been present since its foundation. The Queimados Industrial District created in the 1970's was an alibi for years later if an emancipation movement started claiming that the wealth generated by the district should remain in place. This association between industry, progress and improvement in living conditions will continue to the present day in the imaginary and in the speeches. The objective of this work is to analyze the contradictions of the development model adopted in Queimados, understanding its emergence, apogee and decline. To this end, we analyzed through periodical research, the long process of development of the industrial district, to understand the bases of contemporary restructuring. The district is the most dynamic pole of the municipal economy and it is from there that economic growth movements begin. Created at the height of "classic" developmentalism, the peak of industrial occupation took place during the term of "new developmentalism" (MERCADANTE, 2010). Queimados is part of the Metropolitan End West (OLIVEIRA, 2015) and this region has emerged as a logistical-manufacturing hub and has received major investments while the "new developmentalism" policies were in force. Between 2010 and 2015 the city experienced a period of exponential growth and the beginning of this process was through the approval of tax incentives, and the subsequent arrival of industrial and logistical investments. Through statistical data from the IBGE, we observed the characteristics of the period of accelerated growth in the city and adding to the data from the Register of Employed and Unemployed (CAGED) we observed that the transformation industry had been fundamental, but that civil construction has enhanced the process. The local authorities sewed a political alliance - something common in the period - to dispute projects, resources and investments for Queimados, who formed, in our analysis effort, a growth machine. With the decline of the "new developmentalism", the conditions for maintaining the growth machine ended and the city experienced years of retraction in economic activities and a sharp drop in all sectors of industry, including civil construction.

Keywords: Economic Development; Growth Machine; Queimados – RJ.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de empresas estabelecidas no DIQ	42
Gráfico 2: Produto Interno Bruto Municipal de Queimados 2007-2017	43
Gráfico 3: Exportações de Queimados por valor FOB (US\$)	48
Gráfico 4: Evolução histórica dos investimentos públicos	51
Gráfico 5: Média do preço em dólares de petróleo Brent em janeiro	52
Gráfico 6: A evolução histórica das indústrias extrativistas no Extremo Oeste Metropolitano (2007 - 2017)	56
Gráfico 7: A evolução histórica das indústrias de transformação no Extremo Oeste Metropolitano (2007 – 2017)	56
Gráfico 8: A evolução histórica das indústrias de construção civil no Extremo Oeste Metropolitano (2007 – 2017)	57
Gráfico 9: Admissões e deligamentos na indústria de transformação (2007-2017)	63
Gráfico 10: Admissões e desligamentos na construção civil (2007-2017)	63
Gráfico 11: Comparação entre taxa de crescimento do PIB da China, Brasil e Mundo	73
Gráfico 12: Taxas de desocupação no Brasil	73
Gráfico 13: Despesa de investimentos empenhadas pela prefeitura de Queimados	75
Gráfico 14: Pauta de exportação do Brasil em 2007	83
Gráfico 15: Pauta de exportação do Brasil em 2016	83
Gráfico 16: Série histórica das posições brasileiras no <i>raking</i> de complexidade econômica	84
Gráfico 17: Empregos gerados abaixo e acima de 2 salários mínimos	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Valor Adicionado Bruto dos setores da economia em Queimados	44
Tabela 2: Empresas por ramo de atividade e ano de fundação em Queimados (2007)	45
Tabela 3: Empresas por ramo de atividade e ano de fundação em Queimados (2013)	46
Tabela 4: Empresas por ramo de atividade e ano de fundação em Queimados (2017)	47
Tabela 5: Evolução histórica em Queimados da renda média e das pessoas ocupadas com salário	61
Tabela 6: Obras do PAC em Queimados-RJ propostas pelo município de Queimados	65
Tabela 7: Minha Casa, Minha Vida Faixa 1 em Queimados – RJ	67
Tabela 8: Habite-se emitidos para construções de mais 1000 m ² (2009-2016)	69
Tabela 9: Miscelânea de indicadores sociais	79
Tabela 10: Ocorrências criminosas no Extremo Oeste Metropolitano (24º AIPS)	80
Tabela 11: Ocupações com maiores salários na indústria de transformação	87
Tabela 12: Ocupações com maiores admissões na indústria de transformação	88
Tabela 13: Ocupações com maiores salários na construção civil	91
Tabela 14: Ocupações com maiores admissões na construção civil	92
Tabela 15: Ocupações com maiores salários nos serviços	94
Tabela 16: Ocupações com maiores admissões nos serviços	95

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mapa da cidade de Queimados	16
Imagem 2: Brasão do município de Queimados	30
Imagem 3: Ocupação do Distrito Industrial de Queimados	48
Imagem 4: Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro regionalizado	54

SIGLAS

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ASDINQ - Associação das Empresas do Distrito Industrial de Queimados

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGED – Cadastro de Empregados e Desempregados

CODIN – Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro

DIQ – Distrito Industrial de Queimados

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EOM – Extremo Oeste Metropolitano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

MCMV – Minha Casa, Minha Vida

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: A LONGA MARCHA DO DESENVOLVIMENTO: GÊNESE, ESTAGNAÇÃO E REDINAMIZAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE QUEIMADOS	19
1.1 Desenvolvimento econômico, desenvolvimentismo e o território: breves considerações ao debate	19
1.2 A busca pelo desenvolvimento: a Baixada Fluminense e a emersão de governos desenvolvimentistas (1930-1990)	27
1.3 Distrito Industrial de Queimados: do surgimento à emancipação do município	30
1.4 Emancipação de Queimados e a marcha rumo ao progresso	37
CAPÍTULO II: GESTÃO DE MAX LEMOS (2009-2016): SURGIMENTO E APOGEU DO CRESCIMENTO ECONÔMICO	42
2.1 Da estagnação econômica dos anos 2000 à redinamização do Distrito Industrial de Queimados (DIQ)	42
2.2 “Novo desenvolvimentismo” e reestruturação regional no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense	49
2.3 A gestão de Max Lemos e o empresariamento urbano	57
2.4 O papel da expansão da indústria de construção civil e a formação da máquina de crescimento queimadense	60
CAPÍTULO III: O DECLÍNIO DO MODELO: O DESENVOLVIMENTO QUEIMADENSE VISTO À CONTRAPELO	71
3.1 O fim de um ciclo: derrocada do “novo desenvolvimentismo” e os impactos da crise econômica em Queimados	72
3.2 A questão da complexidade produtiva e a miragem do desenvolvimento	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

Queimados é um município do Estado do Rio de Janeiro, formado em 1990, emancipado de Nova Iguaçu. A sua população, em 2020, foi estimada em 151.335 pessoas e possui um território de 75,7 km². A cidade é oficialmente parte integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e pertence à Baixada Fluminense, uma das periferias desta Região Metropolitana. A nossa proposição de trabalho é compreender como nesse território periférico se manifestou o fenômeno do desenvolvimento econômico, seus alicerces e suas principais contradições. A promessa das benesses do desenvolvimento é um discurso carregado de ideologia, que bem como nos alertava Celso Furtado, “essa ideia [do desenvolvimento] tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifício” (FURTADO, 1975, p. 75). Desvelar as contradições do desenvolvimento, superando as abordagens ufanistas e apologéticas, são as concepções mais gerais que orientaram essa pesquisa.

A criação do distrito industrial na década de 1970 criou uma dinâmica espacial completamente diferente da existente até então no que futuramente seria Queimados. As indústrias tornaram-se símbolos e a proliferação de empreendimentos no Distrito Industrial como sinônimo de prosperidade na economia local. Queimados, que à época ainda era um distrito de Nova Iguaçu, viu, como em outras áreas da Baixada Fluminense, o nascimento de um projeto de desenvolvimento autoritário, excludente e que pouco refletia em melhorias concretas para a vida dos mais pobres ao longo do século XX. Esse projeto ao longo de décadas passou por inúmeras alterações, sempre acompanhando a dinâmica mais geral da economia brasileira e fluminense, ora mais dinâmico, ora mais estagnado, adentrando o século XXI, com fortes indícios de estagnação.

Podemos observar na imagem 1 que o núcleo urbano mais desenvolvido da cidade, que concentra atividades administrativas e comerciais não encontra-se integrada ao distrito industrial. O distrito industrial está vinculado a rodovia que o liga aos grandes centros consumidores do país e pouco integra-se com a linha férrea e o centro comercial.

Imagem 1 – Mapa da cidade de Queimados



Fonte: MENDONÇA, 2021 (elaborado a pedido do autor)

Em 2007, a economia de Queimados começa a apresentar um crescimento significativo e, em 2010, incentivos fiscais foram aprovados atraindo novas empresas para o município. O Produto Interno Bruto municipal de Queimados saiu de 964 milhões de reais, em 2007, para 4,67 bilhões de reais, em 2016, segundo o IBGE. O aumento foi tão significativo que a cidade foi elencada pela consultoria *Urban System*, no ano de 2014, como a 3º em desenvolvimento econômico no país¹.

A nossa pesquisa teve como recorte espacial o município de Queimados, com foco especial ao seu distrito industrial, que é o espaço dinamizador do restante da economia, portanto, elemento central para compreensão dos fenômenos geoeconômicos ocorridos recentemente.

A chegada de novas empresas ao Distrito Industrial de Queimados, a construção de infraestrutura e o processo de renovação urbana foram fatores que impulsionaram fortemente a economia municipal. A indústria de transformação e a indústria de construção civil desempenharam papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico da municipalidade, gerando transformações na cidade e a tornando símbolo de progresso na Baixada Fluminense.

O processo de reestruturação regional, com a consolidação econômico-produtiva do Extremo Oeste Metropolitano (além de Queimados, Seropédica, Itaguaí, Paracambi e Japeri), gerou impactos no espaço econômico de Queimados; entretanto, o declínio que precede o processo de reestruturação aparece descolada, em alguns estudos recentes sobre o tema, da história do próprio devir do desenvolvimento. Para nós, a observância das dinâmicas que influenciaram a expansão e a retração das atividades econômicas, tendo como foco a cidade de Queimados, colaboram para o conjunto de estudos sobre o processo de reestruturação regional.

Nossa pesquisa também se propõe a observar pela ótica da geografia econômica o processo de requalificação/reestruturação urbana ocorrida no município. Mais do que compreender que a chegada de novas indústrias à cidade permitia que ocorressem investimentos urbanos para atender à novas demandas, entendemos que a indústria de construção civil foi fundamental no processo significativo de crescimento econômico. E os investimentos feitos na requalificação urbana – processo que permite adequar a cidade às dinâmicas recentes do capital – insuflavam os resultados econômicos e esse crescimento era utilizado como chamariz para atrair novas empresas para se instalar na cidade.

A chegada de novas empresas e os investimentos imobiliários cessaram quando a crise econômica no Brasil se acirrou. A opção política do Governo Federal, em 2015, de realizar um duro ajuste fiscal, somado a inibição da iniciativa privada por investimentos, erodiram as bases do crescimento municipal. Sem a conjuntura estadual e nacional de expansão da economia, o período de bonança na cidade não perdurou, sendo 2016 e 2017 anos de retração da atividade econômica, com uma forte redução da participação dos setores da indústria.

Os estudos sobre desenvolvimento econômico são de crucial importância para formação de uma massa crítica na sociedade, pois permitem municiá-la de análises sobre uma importante mobilização de recursos humanos, financeiros e naturais em prol de tal objetivo. Em nome da chegada do desenvolvimento e de empregos, são afrouxadas as exigências ambientais e os

¹ Matéria da Revista Exame, nº 1064, de 1º de abril de 2014.

direitos trabalhistas, junto ao subfinanciamento do Estado através de isenções fiscais, mas nem sempre as contrapartidas prometidas se realizam. O desenvolvimento econômico fluminense precisa ser trazido ao escrutínio público, ao debate democrático na sociedade, para esta possa escolher de forma consciente o modelo que de fato deseja trilhar.

Para elaborar essa pesquisa, nós partimos da hipótese de que o desenvolvimento de Queimados foi potencializado, acima de tudo, pelo investimento do capital imobiliário, que se fez trazido pelas mudanças geradas pelo distrito industrial redinamizado, com ação efetiva do Estado em diversas escalas, para viabilizar tais empreendimentos.

O objetivo central desse trabalho é analisar as contradições do modelo de desenvolvimento adotado em Queimados – celebrado como caso de sucesso² – compreendendo seu surgimento, apogeu e declínio. Ainda contamos com objetivos específicos como: [i] compreender os ciclos de expansão e retração do Distrito Industrial de Queimados, símbolo da economia local, da fundação na década de 1970 até perda de dinamismo no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000; [ii] analisar a novos investimentos industriais e imobiliários que mudaram o cenário econômico da cidade; [iii] compreender o papel da administração municipal no processo de atração e planejamento do modelo desenvolvimento local; e, por fim, [iv] colocar o desenvolvimento de Queimados em questão em meio à crise estadual e nacional, bem como avaliar os impactos sociais do modelo.

Para atingir esses objetivos buscamos integrar o uso de diversas metodologias, quantitativas e qualitativas, para abordar a multiplicidade e as muitas facetas do desenvolvimento econômico em Queimados. Para remontar o ciclo de desenvolvimento do Distrito Industrial de Queimados, nos utilizamos de pesquisa em periódicos, nas seções especializadas em Baixada Fluminense e em Economia. Utilizamos duas bases de dados para tal pesquisa, uma da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e a segunda do acervo do Jornal O Globo. Para analisar as características do desenvolvimento econômico queimadense nos utilizamos de dados do Produto Interno Bruto Municipal e dos setores da economia disponíveis no portal Cidade IBGE, dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Esses dados, por terem bases municipalizadas, nos permitiram recortar os fenômenos ocorridos em Queimados e analisar as particularidades do crescimento econômico local. Obtemos acesso junto a secretaria de urbanismo da cidade dados disponíveis no “Habite-se”, que são os autos de conclusão da obra e que garantem regularidade após a conclusão dos imóveis. Através do *Habite-se* é possível mensurar todas as obras regularizadas pela prefeitura e observar a atuação da construção civil. Os relatórios do Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa de Minha Casa, Minha Vida foram utilizados para compreender a ação do Estado através de execução direta ou liberação de financiamento para obras em Queimados. A análise de peças em redes sociais e de *marketing* político dos ex-prefeitos Max Lemos e Carlos Vilela, foram importantíssimas para que pudemos analisar as ações do prefeito em promover a cidade e buscar atrair negócios.

Organizamos essa pesquisa em três capítulos, como forma de compreender as raízes do processo reestruturação, o período de crescimento econômico até seu apogeu e por fim o seu declínio fazendo um balanço do modelo.

No capítulo 1, intitulado *A longa marcha do desenvolvimento: gênese, estagnação e redinamização do Distrito Industrial de Queimados*, buscamos situar o debate teórico sobre

² Queimados passou a ser vista, pela imprensa, com reportagens elogiosas, como um modelo de gestão pela chegada de muitos empreendimentos e as significativas taxas de crescimento.

desenvolvimento econômico e o território, além de situar a evolução histórica do distrito com análises sobre a economia brasileira e a ação de governos desenvolvimentistas. Remontamos através da análise de periódicos o longo processo de desenvolvimento do distrito, repleto de momentos de maior atividade industrial e outros de maior esvaziamento. No capítulo 2, com o título *A gestão de Max Lemos (2009-2016): surgimento e apogeu do crescimento econômico*, discutimos os impactos das políticas econômicas e sociais do “novo desenvolvimentismo” na reestruturação regional e a constituição do Extremo Oeste Metropolitano como uma região logístico-produtiva, receptora de elevados investimentos públicos e privados. Analisamos as ações do ex-prefeito Max Lemos, as suas práticas de empresariamento urbano e as articulações para formarem uma máquina de crescimento na cidade, atraindo investimentos imobiliários que potencializaram o crescimento econômico após o processo de redinamização da indústria de transformação. Por fim, no capítulo 3, *O declínio do modelo: o desenvolvimento queimadense visto à contrapelo*, debatemos como a crise do “novo desenvolvimentismo” afetou a dinâmica econômica municipal, entendendo que o crescimento local, é dependente de condições mais gerais, em outras escalas, para se sustentar. Observamos as tentativas do ex-prefeito, Carlos Vilela, de manter em funcionamento a máquina de crescimento e a inviabilidade disto sem o aporte de recursos dos Governo Estadual e/ou Federal. Avaliamos a dinâmica de admissões e desligamentos e as médias salariais dos empregos formais gerados em Queimados, com base nos dados da CAGED, nos setores da indústria de transformação, na construção civil e nos serviços. Essa análise visa compreender se a base industrial de economia queimadense gerou empregos com maior remuneração que os empregos gerados, majoritariamente, no comércio e em serviços não-complexos, durante os ciclos mais recente de crescimento da economia brasileira. Maiores remunerações garantem maior acesso ao consumo e a melhoria da vida material dos trabalhadores, além de ter um impacto positivo na economia local e regional.

CAPÍTULO I

A LONGA MARCHA DO DESENVOLVIMENTO: GÊNESE, ESTAGNAÇÃO E REDINAMIZAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE QUEIMADOS

Este capítulo tem por objetivo debater as implicações do desenvolvimento econômico para o território, se utilizando das diferentes interpretações do conceito e sua relação com as ideias desenvolvimentistas. Os governos desenvolvimentistas iniciaram investimentos que possibilitaram a instalação de indústrias na Baixada Fluminense, que teve um dos seus ápices a criação do Distrito Industrial de Queimados. A analisar a dinâmica de evolução da ocupação no distrito industrial através da pesquisa em periódicos é parte do processo de compreensão das raízes da reestruturação ocorrida décadas depois na cidade e compõe os objetivos desse capítulo.

1.1. Desenvolvimento econômico, desenvolvimentismo e o território: breves considerações ao debate

Desenvolvimento é uma palavra carregada de múltiplos significados e já expressa uma conotação positiva, um objeto de desejo de Estados e povos. Similar ao célebre verso de Cecília Meirelles: “Liberdade, essa palavra/ que o sonho humano alimenta,/ que não há ninguém que explique/ e ninguém que não entenda...”, poderíamos, a título de analogia, trocar a liberdade pelo desenvolvimento, uma vez que existe uma consciência difusa no senso comum do que se trata. Isso é uma mostra da enorme carga ideológica por trás dessa ideia, vista como inquestionável, neutra e boa. O desenvolvimento sempre pode ser analisado a partir de um aspecto da realidade, embora em muitos casos, refira-se elipticamente ao desenvolvimento econômico, mas também pode ser pensando o desenvolvimento social, ambiental, humano e outros. Em nosso trabalho, o foco do debate sobre desenvolvimento é o econômico.

O desenvolvimento para Furtado é um processo de mudança de qualidade nas capacidades produtivas baseado em inovações tecnológica e em uma transformação hábitos e necessidades humanas como fica evidente na passagem a seguir:

[...] cabe definir o desenvolvimento econômico como um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas (FURTADO, 1964, p.27).

Nessa concepção fica claro o papel do aprimoramento tecnológico e das técnicas no processo de satisfação das necessidades humanas. Entretanto, a tecnologia na obra de Marx é vista como: “a forma material do processo de trabalho, por meio do qual as forças produtivas e as relações de produção subjacentes são expressas” (HARVEY, 2013 [1982], p.159), o que significa dizer que a tecnologia está associada à sociedade que a produziu e às suas contradições e conflitos. Acrescentaríamos a essa discussão um ponto importante sobre as necessidades

humanas, em uma sociedade dominada pela lógica da mercadoria: as necessidades humanas são meros meios para o fim último, que é a acumulação de capital. As mercadorias estão impregnadas de um duplo sentido, o valor-de-uso, que é a característica particular de uma mercadoria em atender às necessidades humanas, e o valor-de-troca, que é possibilidade de trocar no mercado essa mercadoria por outras (MARX, 2015 [1862], p.124). Para Marx, assim como para os economistas-políticos clássicos, é o trabalho humano que gera valor e no capitalismo, de maneira que cabe aos capitalistas se apropriarem ao máximo do valor gerado pelo trabalho humano. Para fins de acumulação desse valor, é indiferente a característica específica da mercadoria que satisfaça a necessidade humana, pois o fim de produzi-la é troca no mercado, para realizar o valor contido na mercadoria. O processo de inovação tecnológica que é peça fundamental para compreensão de desenvolvimento em Furtado, tem umas de suas principais razões a competição intercapitalista, na busca da ampliação nas taxas de mais-valor relativo.³

Nas sociedades em que predomina a propriedade privada dos meios de produção, os conflitos resultantes da introdução de inovações nos processos produtivos tendem a transformar-se em conflitos de classes sociais. Como a difusão das inovações acirra a concorrência entre produtores, a luta destes pela sobrevivência exige um rigoroso policiamento dos custos de produção, ou seja, exerce pressão sobre os salários ou provoca a criação de desemprego. Desta forma, se bem a concorrência seja entre produtores, os seus efeitos últimos se traduzem em conflitos entre proprietários de bens de produção e assalariados. Tomando consciência de que os objetivos que buscam se excluem, pois se trata de uma divisão do produto, os dois grupos tendem a uma articulação crescente, transformando-se em classes que se organizam para uma luta, que nas sociedades capitalistas, assume significação decisiva no processo social (FURTADO, 1964, p. 28).

Furtado deixa explícito que esse processo é gerador de um conflito de interesses excludentes, mas que essa apropriação de riquezas por parte da burguesia permitiram um crescimento mais acelerado da formação de capital, “está na base do processo histórico de desenvolvimento econômico” (*Ibidem*). Embora o autor faça um juízo de valor positivo sobre o desenvolvimento das forças produtivas sobre o comando da burguesia, entendemos que enquanto explicação do processo de desenvolvimento capitalista sua observação sobre a aceleração da formação de capital é bastante pertinente. A competição entre os capitalistas leva a uma constante busca por inovação e novas formas de intensificar a apropriação do valor contido nas mercadorias através de mais exploração do trabalho. No período em que Celso Furtado escreveu essas reflexões vivíamos um momento conhecido como “Era de Ouro”, em que devido ao enorme movimento de expansão capitalista, mesmo com todos os enormes ganhos de produtividade, o crescimento da economia conseguia manter o pleno emprego e ganhos constantes de salários nos países centrais do capitalismo (HOBSBAWM, 1995 [1994]). Esse período de bonança está diretamente ligado ao pacto social do pós-guerra, pois pela necessidade de reconstrução e a ameaça que a União Soviética grande vencedora da grande guerra e partidos de esquerda e operários gozando de alto prestígio entre a população obrigou o capital a ceder e “pela primeira vez em grande escala redistribuição de renda e acesso ao consumo e bem-estar para as grandes massas da população” (SOUZA, 2017, p. 156). Esse processo conflituoso entre capital e trabalho pode permanecer relativamente subterrâneo a

³ A mais-valor relativo é quando a produtividade do trabalhador aumenta e assim se reduz a quantidade de tempo necessário para as mercadorias serem produzidas.

dependem das características distributivas do processo de desenvolvimento econômico e do seu vigor, mas as suas contradições se acirram violentamente nos momentos de estagnação e crise.

Em outra obra, Furtado enfatiza a ascensão do capitalismo como modo de produção dominante e como as sociedades tornaram-se guiadas por uma racionalidade instrumental, que “passa lidar com elementos de produção”, passíveis de serem visualizados abstratamente, comparados, reduzidos a um denominador comum, submetidos ao cálculo” (FURTADO, 2000, p.12). A racionalidade e a lógica da mercadoria se tornam a lógica dominante, numa leitura crítica das relações sociais mediadas como relações entre as coisas e não entre sujeitos presentes. O progresso técnico é um meio para a acumulação de riqueza, e essa é vista, pelo autor, como uma transferência para o futuro das riquezas já disponíveis. O processo de acumulação de capital é acumular o excedente produzido no presente, para um consumo futuro ou uma nova rodada de valorização, gerando um processo ampliado de acumulação.

Bresser-Pereira baliza o desenvolvimento econômico como obra de um Estado-Nação, que realiza sua revolução capitalista, que se prepara para a competição interestatal em que ocorre “o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.2). Para o autor, o desenvolvimento econômico uma vez atingido dificilmente regrediria, pois os fatores da própria competição no capitalismo levariam a um processo contínuo de investimento e ganho de produtividade.

Dentro do espectro marxista, Paul A. Baran, avalia que o desenvolvimento econômico para ocorrer necessita da geração de excedente econômico, que seria “a diferença entre o produto social efetivo e seu efetivo consumo” (BARAN, 1960 [1957], p. 34). Ou seja, a diferença entre o que é produzido e o que é consumido pela sociedade, e no capitalismo a principal forma de gerar esse excedente é através da parcela da mais-valor que é acumulada. Ainda dentro da concepção de excedente econômico, existiria o excedente econômico potencial que é a “diferença entre o produto social que poderia ser obtido em um meio técnico ou natural, com auxílio dos recursos produtivos realmente disponíveis, e o que se poderia considerar como consumo indispensável” (*Ibidem* p. 35-36). O autor faz uma severa crítica a anarquia gerada pela produção capitalista, que em sua fase monopolista, cria mais trabalho improdutivo e consumo supérfluo como forma de lidar com a contradição da superacumulação de capital sem conseguir resolvê-la.

Na concepção de Baran, o desenvolvimento econômico não ocorre em tábula rasa, mas é determinado pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas de um determinado território e do emprego do excedente econômico gerado pela economia. As relações sociais de produção e o sistema de apropriação do excedente econômico, remetem correlação de forças na luta de classes e dos projetos estabelecidos por essas mesmas classes para o território, como debatido na passagem a seguir:

O ritmo e a direção do desenvolvimento econômico de um país, em um dado momento, dependem [...] tanto da magnitude como do modo de utilização do excedente econômico. Estes, por sua vez, dão determinados por (e, ao mesmo tempo determinam): o grau de desenvolvimento das forças produtivas, a estrutura das relações socioeconômicas correspondente e o sistema de apropriação do excedente econômico que estas relações envolvem. (*Ibidem* p. 59)

Uma outra forma de analisar a formação do excedente econômico, como uma autolimitação que a “sociedade” cria para si como meio de gerar acumulação:

Observado *stricto sensu*, o desenvolvimento econômico é o processo de expansão do sistema produtivo que serve de suporte a uma dada sociedade. Essa expansão somente se torna factível quando atua um mecanismo de autolimitação, que a própria sociedade se impõe, com respeito à utilização do produto social. Essa autolimitação é condição necessária para acumulação. Por outro lado, a ocupação da nova capacidade produtiva exige modificação na forma como a sociedade utiliza o produto social. (FURTADO, 1964, p. 61)

Furtado compreende que a autolimitação – que não é uma escolha consciente de toda sociedade, mas sim pelas classes proprietárias dos meios de produção – no consumo dos recursos socialmente produzidos é o elemento primordial para a acumulação. Como já salientado, em uma sociedade capitalista o desenvolvimento não é o objetivo final e sim a acumulação, portanto, o desenvolvimento econômico ocorre em decorrência da acumulação de capital e não o inverso, pois é pensado como meio para viabilizar a acumulação. Em nosso entendimento, a autolimitação se aproximaria, por exemplo, da ampliação da poupança nacional que pudesse financiar a evolução tecnológica das bases produtivas nacionais, seja através do investimento em ciência e tecnologia, seja através da importação de maquinário. Ainda existiria uma segunda força impulsionadora do desenvolvimento que é “força dinâmica que surge na sociedade sob a forma de impulso para a melhoria das condições de vida” (*Idem*). O célebre economista brasileiro entende que se os frutos da acumulação ficassem concentrados “nas mãos pequenos grupos dirigentes, o processo de formação de capital tenderia a um ponto de saturação” (*Idem*), isto, para nós, significa a concepção de um processo de aumento da renda da população, que sustentasse um crescimento do consumo do mercado interno capaz de gerar um modelo de desenvolvimento mais sustentado.

Ainda sobre a perspectiva sobre o desenvolvimento econômico capitalista, Furtado compreendia a existência de duas fases, sendo uma primeira com a preponderância da autolimitação imposta pelas classes dirigentes e uma segunda com onde “o polo dinâmico tende a deslocar-se para o lado da classe trabalhadora”, onde se vislumbrava uma crescente redução das jornadas de trabalho e aumento da renda, pois o crescimento econômico visto até então era muito superior ao crescimento populacional nos países europeus (*Idem*). Entretanto, depois da fase expansiva do capitalismo, considerada como Era de Ouro (HOBBSAWM, 1995 [1994]), o que vimos foi exatamente um processo de reestruturação, um processo de acumulação ultraconcentrado nas mãos de poucos e de formas espoliativas, quando é possível acumular quando os custos de produção sofrem um “declínio acentuado” através da integração subordinada de territórios não-capitalistas (HARVEY, 2005, p.116).

Para nós, mais do que uma definição conceitual de desenvolvimento econômico, a importância de alinhar autores de peso do pensamento econômico e com orientações distintas é compreender algumas convergências nas interpretações; o que os alinha é a concepção de desenvolvimento como aumento da produção de excedente, de incremento das capacidades produtivas, através do progresso técnico. Embora o elemento da melhoria das condições de vida da população esteja presente nas obras apenas de Bresser-Pereira e de Furtado, esse é um componente importante para compreender para a capacidade ou não de divisão das benesses desse desenvolvimento. Se a própria dinâmica de crescimento da economia capitalista apresenta como lógica interna a concentração de riquezas, existem processos que são capazes de gerar empregos melhores, com melhores remunerações, ainda que isso acarrete um aumento da

exploração de mais-valor pelos ganhos de produtividade, e outros processos que são muito mais concentradores, gerando empregos precários ou nem isso, concentrando ainda mais renda.

A forma de distribuição do desenvolvimento não é homogênea entre os territórios. A concentração do excedente e do progresso técnico no território cria profundas diferenças e seguem a lógica reinante do modo de produção que produziu essa forma de excedente e de progresso técnico, tal como aponta Neil Smith: “a concentração e a centralização do capital no ambiente construído dá-se de acordo com a lógica social inerente ao processo de acumulação de capital” (SMITH, 1988, p.158). O autor prossegue afirmando que a diferenciação do espaço deriva da divisão social do trabalho, conseqüentemente de uma divisão territorial do trabalho (*Ibidem*, p.159). As transformações no espaço são condições necessárias para a constituição da própria divisão social do trabalho, como, por exemplo, as riquezas espoliadas pelo regime colonial criaram uma determinada organização espacial nas colônias ou os camponeses desprovidos dos meios de subsistência que saíram dos campos e foram para as cidades formar o proletariado em franca ascensão na Inglaterra. Quando Marx analisou a importância do chamado cercamento dos campos, relatou que os camponeses foram expulsos das terras então comuns e viram inviabilizada a possibilidade de subsistência que não fosse vendendo sua força de trabalho; foram tais métodos que “conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre” (MARX, 2013 [1862], p. 804). Divisão social do trabalho pressupõe uma divisão territorial, uma vez que a diferenciação está baseada nesse acúmulo de desigual do desenvolvimento.

O processo histórico de formação do capitalismo na periferia se deu de forma diferenciada do centro. O desenvolvimento da indústria moderna foi central para ampliar e concentrar a produção de excedentes e modernização tecnológica seletivamente em alguns territórios. A necessidade de trabalharmos com o conceito de território para entendermos essa diferenciação do desenvolvimento no espaço se dá pela própria lógica de competição interestatal apontada por Bresser-Pereira (*op. cit*). Os Estados nacionais do centro geopolítico agiram de forma deliberada para apoiar e incentivar suas burguesias nascentes, realizaram suas revoluções industriais e mantiveram sob atraso, por ações econômicas, (geo)políticas e culturais, outros territórios, muitas vezes por meio de estratégias jurídicas que impediam o estabelecimento de manufaturas nas colônias. Mesmo após a ultrapassagem das amarras coloniais, a possibilidade de formação de excedente e realização de revoluções industriais na periferia não permitiram romper com a hierarquia então construída.

Nos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, o pensamento econômico latino-americano se propôs a pensar os desafios do desenvolvimento e da modernização de suas economias, de maneira que o debate foi centrado “discussão sobre a eficácia da intervenção estatal para acelerar o crescimento econômico, por cima das ‘leis de mercado’” (FIORI, 2018, p. 18). Houve um crescimento da ideia do capitalismo como um sistema instável, cíclico e possibilidade de políticas públicas anticíclicas⁴, mas não só elas, mas também como estratégias de longo prazo para indução do desenvolvimento econômico, de redução do atraso e das desigualdades entre as nações (FIORI, 2018, pp. 19-20).

No Brasil, a chegada de Getúlio Vargas ao poder marcou uma inflexão importante nas políticas liberais na economia com a adoção de uma postura claramente intervencionista. Os investimentos em industrialização permitiram, progressivamente, a diversificação econômica e

⁴ Política anticíclicas são típicas do pensamento keynesiano, partindo da premissa de instabilidade gerada pela livre concorrência e da incapacidade do mercado de se autorregular, necessitando fortes investimentos do Estado para reverter tendência de estagnação ou depressão econômica.

a promessa de desenvolvimento tão desejável para o crescimento do país (FONSECA, 2012, pp. 850-851). A aposta na indústria, seja no Brasil de Vargas, seja na cidade de Queimados do século XXI, reflete a crença no desenvolvimento econômico modernizador como propulsor de crescimento e enriquecimento de padrões e trabalhadores. Assim, até o final da Segunda Guerra Mundial, foi se consolidando esse modelo crítico ao liberalismo de outrora, com a implementação de políticas visando o desenvolvimento econômico. Contrariando os ditames então vigentes na economia de corte liberal, foram chamados de desenvolvimentistas ou nacional-desenvolvimentista.

A criação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) em 1948 vai reunir um conjunto de intelectuais latino-americanos que irão dar copo teórico ao conjunto de práticas heterodoxas praticadas na região, como aponta Fiori:

Surpreendente foi o fato de que a Cepal, sob a batuta de Prebisch, tivesse se transformado num centro de pensamento autônomo e original, talvez a principal criação teórica da América Latina. Suas novidades foram muitas. Primeiro, introduziu a ideia de que o comércio mundial livre, ao contrário do que diz a teoria ricardiana, não aloca os recursos de maneira equânime e favorável ao crescimento de todos. Segundo, a de que não há um sistema de Estados nacionais equivalentes. Terceiro, a noção de centro e periferia, que não cabe no raciocínio ideológico ricardiano clássico. Ou seja, existem países que tem hegemonia, controle do desenvolvimento tecnológico, e se situam na periferia. Portanto, diferentemente do que Ricardo pensou, a especialização levou a uma divisão de funções no mercado internacional que, espontaneamente, fará com que esses países periféricos não consigam recuperar o seu atraso (FIORI, 2018, p. 24).

Embora a Cepal tenha construído um corpo teórico ao desenvolvimentismo, essas práticas ocorreram de forma difusa na América Latina em alguns governos, como respostas à crise econômica de 1929. Implementaram-se políticas econômicas fora do espectro do liberal, mas sem romper com o capitalismo. De certa maneira, o desenvolvimentismo, como uma experiência da periferia do capitalismo, não se desatrelava das fortes tendências de questionamento ao liberalismo: movimentos operários e socialistas inspirados pela União Soviética; fascismos que emergiam na Europa e no Japão; *New Deal* estadunidense; a discussão do Estado na economia, sob a força especialmente do pensamento keynesiano, ocorreu em todo globo. Entendemos que a adoção da política econômica antiliberal e intervencionista de Vargas, ainda antes da existência da Cepal, foi o início, ainda tímido, de uma tradição econômica desenvolvimentista no Brasil.

O desenvolvimentismo tem suas origens em uma crítica ao livre-cambismo, ataque ao liberalismo e uma associação entre a ideia de indústria e de progresso. Esse pensamento era marginal no pensamento nacional, assim como a aposta na industrialização, tendo uma mudança significativa a partir de 1930 (BIELSCHOWSKY, 1995[1988], pp. 248-249). O período de 1930 a 1945 foi contraditório e de consolidação desse pensamento:

Em primeiro lugar, o desenvolvimentismo, isto é, a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria, só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos 50. No período de 1930-45, o que ocorria era, principalmente, uma

primeira e limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que então se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós-1930 (BIELSCHOWSKY, 1995[1988], p. 250).

Dentre as condições materiais de viabilizaram a disseminação e consolidação do desenvolvimentismo podemos elencar duas como as principais: a primeira, crise do setor agrícola exportador, mediante a dificuldade de exportar para os países centrais profundamente impactados pela Crise de 1929 e a economia girando para atendimento do mercado interno; em segundo lugar, a criação de diversos órgãos de planejamento nacional, como o Departamento Administrativo do Serviço Público (1938), Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937), Coordenação de Mobilização Econômica (1942) e a Comissão do Planejamento Econômico (1944) (BIELSCHOWSKY, 1995[1988], pp.253-254). Ainda ocorreu a criação de outros departamentos de planejamento de caráter mais específico como a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, comissões de conselho para o café, açúcar, álcool, petróleo, sal, pinho etc. (CANO, 2015). Em busca de ares urbano-industriais, reformas educacionais foram feitas para qualificar um novo trabalhador e houve a garantia de uma maior presença do Estado na economia, como principal fiador de um processo substituição de importações, antecipando em menor grau o intervencionismo típico do *New Deal* rooseveltiano (FONSECA, 2012)⁵. O desenvolvimentismo era, portanto, baseado em três pilares: a forte intervenção estatal na economia, em um projeto nacional, e por fim, na estruturação de uma política de fortalecimento industrial (FONSECA, 2014).

O desenvolvimentismo foi a estratégia política de lograr o desenvolvimento na periferia, buscando viabilizar uma maior produção de excedente, através da industrialização. Nas economias latino-americanas no início do século XX o setor dinâmico capaz de gerar algum incremento na renda era o setor agrário-exportador. A atividade industrial de bens de consumo, com baixa produtividade e o setor de agricultura de subsistência não eram capazes de gerar um dinamismo econômico sustentado (TAVARES, 1983 [1972], p. 30-31). Esse modelo gerava uma situação em que a grande maioria da população auferia níveis de renda muito baixos, trabalhando em setores menos dinâmicos da economia e a elite proprietária ligada ao setor exportador mantinha “padrões de consumo similares aos dos grandes centros europeus e em grande parte atendidos por importações” (*Ibidem*, p. 32). O turbulento período de 1914 a 1945, marcado por duas guerras mundiais e uma grande depressão, abalou o principal destino das exportações e gerou reações por parte dos governos nacionais um conjunto de medidas que implicou “restrições e controle de importações, elevação da taxa de câmbio e compra de excedentes ou financiamento de estoques, visando antes defender-se contra o desequilíbrio externo do que estimular a atividade interna” (*Ibidem*, p. 33). Dado esse histórico de baixo dinamismo do setor privado, o Estado teve que ser o demiurgo desse processo de industrialização:

O menor interesse do capital estrangeiro e a debilidade do capital nacional obrigaram o Estado a assumir também uma função produtora, notadamente em setores considerados prioritários, com a implantação de várias empresas estatais no período, entre as quais: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN),

⁵ Nos Estados Unidos, o epicentro da crise, houve a promulgação do *New Deal* (1933-1937), que foi um conjunto de políticas de investimentos massivos em infraestrutura, com objetivo de geração de empregos e garantir demanda efetiva para a produção da economia estadunidense.

a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia Nacional de Álcalis (CNA) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Em 1943, por questões da guerra e de segurança nacional, foi implantada a Fábrica Nacional de Motores (FNM), para reparação e construção de motores de avião, depois convertida em fábrica de caminhões adequados às estradas brasileiras de então. No período o Estado encampou e nacionalizou as empresas de navegação e, logo após a guerra, encamparia e nacionalizaria o restante do sistema ferroviário. Mas esse Estado não produziu apenas mercadorias e serviços, pois também produziu vários empresários nacionais. (CANO, 2015, p. 448-449).

Os processos modernizadores que levam uma parcela do progresso técnico para a periferia transformam de forma significativa a produção de excedente no território. A modernização pode se dar a partir de impulsos internos, externos ou de uma combinação do dois. Milton Santos, ao analisar a formação dos círculos econômicos (superior e inferior), observou os impactos da modernização:

as forças de modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e em seus efeitos. As variáveis modernas não são acolhidas todas ao mesmo tempo nem tem a mesma direção. Trata-se de uma história espacial seletiva. A cada modernização, novos pontos ou novas zonas conquistadas ao espaço neutro e tornam-se uma nova porção de espaço operacional. Mas o impacto dessas forças não é o mesmo para as diversas variáveis, cuja combinação dá a característica do lugar. Disso resulta uma grande instabilidade na organização do espaço com repetidos desequilíbrios e ajustamentos (SANTOS, 2018 [1979], p. 20-21).

A modernização é seletiva e age de forma integrar esses territórios globalmente a produção capitalista. A modernização seria a capacidade de uma sociedade estabelecer um crescimento autossustentado no longo prazo (EISENSTADT, 1966, p.1 *apud* SANTOS, 2018 [1979], p. 32). As formas dessa integração são as mais variadas, desde o investimento de capital excedente buscando valorização de grandes empresas dos países centrais, até esforço interno de utilizar o seu próprio excedente econômico para buscar modernizar-se. Em alguns países de periferia do capitalismo, em condições históricas peculiares, em geral grandes crises, houve condições para impulsos modernizantes. Baran trabalha com a concepção de que a expansão geográfica do capitalismo não se dá apenas em busca de novos países, mas também em seu interior em busca de novos territórios ou revisitando antigos territórios menos desenvolvidos:

[...]as fronteiras da expansão e do desenvolvimento econômicos não coincidem com as fronteiras geográficas: há muito lugar para crescimento dentro de quais fronteiras geográficas. [...] existem grandes áreas subdesenvolvidas na maioria dos países capitalistas adiantados: há enormes oportunidades de investimento no sul dos Estados Unidos, nas regiões em declínio da Grã-Bretanha, em grandes partes da França, da Itália ou da Escandinávia. Mais ainda: os territórios menos desenvolvidos que se encontram além das fronteiras nacionais dos países adiantados podem constituir áreas de investimento tão boas quanto as internas, ou mesmo melhores. A conclusão a se tirar daqui é que quando as condições são propícias

ao investimento, sempre se encontram as oportunidades para investir; quando o investimento perde o vigor, oportunidades de investimento que em outras ocasiões seriam consideradas excelentes não são aproveitadas (BARAN, 1960 [1957], p. 86)

O espraiamento espacial do capitalismo, fruto de busca de novas dinâmicas que favoreçam a acumulação de capital é um elemento que ajuda a explicar a industrialização de áreas historicamente não se detinham a essas atividades, com as periferias de regiões metropolitanas que receberam robustos investimentos industriais e de infraestrutura. É o caso, portanto, da Baixada Fluminense.

1.2. A busca pelo desenvolvimento: a Baixada Fluminense e a emergência de governos desenvolvimentistas (1930-1990)

A Baixada Fluminense é periferia imediata da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A evolução de sua ocupação está intimamente ligada ao desenvolvimento da capital. Embora o que seja delimitado como Baixada Fluminense tenha controvérsia entre os pesquisadores (SIMÕES, 2006) optamos por considerar as definições mais abrangentes, desde que circunscritos aos municípios da Região Metropolitana, que incluem os antigos municípios que surgiram da fragmentação de Iguassu e Estrela e os demais municípios da porção oeste da Baía de Guanabara que compõe a região metropolitana. Assim consideramos como parte da Baixada Fluminense: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Japeri, Queimados, parte de Magé, Paracambi, Seropédica, Itaguaí e Guapimirim. Escolhemos essa definição ampliada de Baixada Fluminense, pois o fenômeno de reestruturação econômica e espacial é metropolitano e a metrópole fluminense, inserida na megaregião Rio-São Paulo, apresenta características de dispersão (LENCIONI, 2017).

A Baixada Fluminense não constituiu ao longo dos séculos XVIII e XIX grandes aglomerados com funções tipicamente urbanas, tendo sido desenvolvida na região plantio de cana e em menor grau a monocultura de café (FIGUEIREDO, 2004). A região era também uma zona de passagem das mercadorias produzidas no Vale do Paraíba, em especial o café, com a cidade do Rio de Janeiro e seu porto, mas a navegação fluvial enfrentava constantes problemas de drenagem e assoreamento. No final do século XIX com a construção das estradas de ferro para efetuar aquele transporte do café, a região passou a ser dotada de uma infraestrutura que décadas depois seriam utilizadas para a citricultura na própria região e só me meados do século XX favoreceriam a sua urbanização, pois inicialmente a linhas de trem levavam apenas mercadorias (SIMÕES, 2006, p.68).

O encarecimento do solo urbano no início do século XX nas áreas centrais do Rio de Janeiro e o aumento da regulação sobre os cortiços e outras formas de moradia popular nas áreas centrais da cidade estimularam a ocupação de regiões mais afastadas (ABREU, 2013 [1987]). O grande marco dessa política de mudança do padrão urbano do centro foi a Reforma Pereira Passos, de 1904. A ocupação de freguesias mais distantes se potencializa com a utilização de vias férreas para transporte de trabalhadores, outrora destinada apenas aos transporte de cargas (ALVES, 2003), e ao longo de um processo gradativo de encarecimento do solo urbano na cidade do Rio de Janeiro, e com isso, teremos a viabilidade econômica da urbanização da Baixada Fluminense, “que até então era uma área insalubre e vazia com pequenos núcleos urbanos em torno das estações ferroviárias, será paulatinamente integrada nessa lógica de ocupação urbana” (SIMÕES, 2006, p.81).

Ao mesmo tempo, esta articulação regional e nacional enfraquece os vínculos com a sua periferia imediata que se transforma em local de passagem, perdendo grande parte das funções originais como a de abastecimento agrícola e mesmo a de entrepostos comerciais. A decadência do café significou a estagnação do Vale do Paraíba, mas pouco afetou a economia da cidade do Rio de Janeiro, que acumulou capital suficiente para reorganizar sua economia em novas bases (SIMÕES, 2006, p. 70).

Mesmo com a decadência econômica do Vale do Paraíba por causa do declínio do café a cidade do Rio de Janeiro não sofre os abalos na mesma proporção das áreas produtoras de café e a primazia de suas funções urbanas como serviços financeiros, atividades comerciais e industriais impõe uma outra dinâmica em seu território. De acordo com Maurício de Abreu, esse período no início do século XX deu as bases do modelo metropolitano no Rio de Janeiro:

Já na década de 1920 estavam, pois, lançadas as bases para a formação da Área Metropolitana do Rio de Janeiro. Sua estrutura urbana também já se cristalizava, assumindo cada vez mais uma forma dicotômica: um núcleo bem servido de infraestrutura, onde a ação pública se fazia presente com grande intensidade e onde residiam as classes mais favorecidas, e uma periferia carente dessa mesma infraestrutura, que servia de local de moradia às populações mais pobres, e onde a ação do Estado era praticamente nula. (ABREU, 2013 [1987], p.82)

Para compreendermos esse período de expansão urbana da Baixada Fluminense, e consequentemente, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, precisamos voltar ao momento um anterior a esse processo, e observar o apogeu e declínio da citricultura na região, principal atividade econômica que se desenvolveu na Baixada Fluminense até intensificação de sua urbanização. Ela se desenvolveu em pequenas propriedades que foram fracionadas de latifúndios decadentes existentes na região (FIGUEIREDO, 2004). O potencial econômico da citricultura estimulou os governos federal e estadual a realizarem investimentos na Baixada Fluminense como “obras de saneamento e abastecimento de água à cidade de Nova Iguaçu, reconstrução de estradas de rodagem ligando os polos produtores à sede do município, calçamento e prolongamento de ruas” (FILHO & COSTA, 2019, p. 25). O período mais pujante da produção de laranjas foi entre 1930 e 1939 e entrou em decadência em virtude da superprodução, dificuldades de exportação por causa do início da Segunda Guerra Mundial, aumento do preço dos combustíveis, do frete e a dificuldade do controle de pragas (DUPRÉ apud CARVALHO, 2011, p. 31). A decadência da citricultura possibilitou que antigas áreas de produção agrícola fossem transformadas em loteamentos.

Esse período de apogeu e declínio da citricultura na Baixada Fluminense vai coincidir com a ascensão de governos desenvolvimentistas e um novo papel da indústria na estratégia traçada para o desenvolvimento nacional. Salientamos, que apesar do novo ideário industrializante, a citricultura na Baixada Fluminense, notadamente em Nova Iguaçu, que chegou a ser o maior exportador nacional de laranjas, recebeu apoio e incentivos do governo federal para modernização da produção antes da sua decadência (FILHO & COSTA, 2019, p. 27).

A implementação da Fábrica Nacional de Motores (FNM) em Duque de Caxias, em 1942, foi uma boa indicação de como os planejadores viam a Baixada Fluminense como uma região destinada a receber investimentos produtivos e logísticos futuros. Esse foi o início do processo de um acréscimo populacional significativo na Baixada, atraído por uma vasta oferta de terras nos loteamentos da região (FIGUEIREDO, 2004; ABREU, 2013 [1987]; ALVES, 2003; SIMÕES, 2006).

A busca por integrar territórios fora do núcleo metropolitano foi ação consciente de planejadores que queriam expandir as zonas industriais, “levar o desenvolvimento” às zonas “vazias” e aproveitarem-se do baixo preço do solo, o que permitiria a instalação de grandes complexos industriais. A construção da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, possibilitou uma maior integração da região a partir desse eixo rodoviário. A Rodovia Presidente Dutra foi importantíssima na integração metropolitana do Rio de Janeiro, e, “nas suas margens instalaram-se várias indústrias, para aí atraídas pelos incentivos fiscais oferecidos pelo antigo Estado do Rio” (ABREU, 2013 [1987], p. 121). Essa expansão urbana para fora da cidade do Rio de Janeiro, com construção de infraestrutura e um enorme contingente populacional se deslocando para essas cidades dão vida ao espaço metropolitano. A expansão da rede de transportes, muito influenciada pela evolução da ocupação fundiária e pelos investimentos produtivos, criaram um espaço metropolitano marcado pela dispersão, como apontou Maria Therezinha Segada Soares: “a dispersão, a descontinuidade, são aspectos característicos do modo pelo qual se processa essa integração, que é orientada, em suas grandes linhas, pelas vias de circulação” (SOARES, 1962, p. 155). A ação do Estado de construir rodovias e adequação ao transporte de pessoas pelo trem foram elementos para permitir a integração dessa dispersão que se configurava e ainda se configura a região metropolitana do Rio de Janeiro.

As mudanças de presidente não apresentaram uma grande inflexão na política desenvolvimentista, embora existisse um embate com os setores que defendiam uma “vocação agrária” do Brasil. Portanto as políticas em prol do desenvolvimento e da industrialização continuam presentes no Brasil e se mantiveram dominantes no pensamento econômico do período; o projeto era aprofundar a industrialização, “planejando-a, ampliando a infraestrutura de bens e serviços básicos, garantindo as importações necessárias e evitando interrupção do processo de desenvolvimento por políticas contracionistas” (BIELSCHOWSKY, 1995[1988], p. 406).

A Baixada Fluminense, mais especificamente Nova Iguaçu, continuou como destino de empreendimentos industriais, como o caso da chegada da gigante Bayer. Em 1955, a Bayer comprou a Companhia de Ácidos e deu início a expansão de suas atividades no Brasil e a construção de um complexo industrial na Baixada Fluminense. Esse complexo, até a abertura comercial da década de 1990, passou por um processo constante de renovação e ampliação, pois valeu-se das medidas protecionistas até em então em vigor no país (CARVALHO, 2011).

A Refinaria Duque de Caxias (REDUC) ainda foi um investimento de grande monta pioneiro na constituição de um polo petroquímico em Duque de Caxias em 1961. O município de Duque de Caxias já contava com a Fábrica Nacional de Motores (FNM), desde a década de 1940. Esse conjunto de grandes investimentos fabris, construção de grandes vias como a Presidente Dutra e a Washington Luís corroboram com a ideia de uma expansão metropolitana e de que a Baixada era vista como uma área propícia para grandes investimentos.

Embora o regime militar, de fato, tenha sido um conjunto de governos de matriz desenvolvimentista, a criação do Distrito Industrial de Queimados, no fim da década de 1970, será discutido a seguir de maneira particular, dada a sua importância para compreender fenômenos analisados em nossa pesquisa de dissertação. Entretanto, não há uma ruptura de

projeto, apenas a sua intensificação, e o surgimento do distrito industrial se enquadra na mesma concepção de outros investimentos fabris na Baixada Fluminense.

1.3. Distrito Industrial de Queimados: do surgimento à emancipação do município

O Distrito Industrial de Queimados é um símbolo importante do município, criado em 1990, de tal maneira simbólico para cidade que as fábricas estão representadas no brasão oficial. Todavia, quando o projeto do distrito industrial foi elaborado, Queimados ainda era o 2º distrito de Nova Iguaçu.



Imagem 2 - Brasão do município de Queimados

Fonte: Prefeitura Municipal de Queimados

No século XX se constituíram dois grandes modelos de distritos industriais, os *marshallianos* e os *planejados*. Os distritos industriais marshallianos se configuram por uma complementaridade entre as empresas presentes, serem de um mesmo ramo industrial ou tipo de produto e por ser formado por empresas de pequenos e médio porte (VALLE E BARROSO, 1999 *apud* DAMAS, 2008). Os distritos industriais planejados, no qual o de Queimados se enquadra, é uma área onde o planejador dota de infraestrutura necessária para o desenvolvimento industrial e facilita a obtenção de lotes por parte das empresas (OLIVEIRA, 1976, *apud* DAMAS, 2008).

A Companhia de Distrito Industriais do Estado do Rio de Janeiro (CODIN)⁶ surgiu em 1967 com o objetivo de coordenar e desenvolver os distritos industriais no estado do Rio de Janeiro. A cidade de Nova Iguaçu recebeu o projeto em 1976 de um distrito industrial, no então distrito de Queimados. Esse projeto fazia parte dos investimentos oriundos do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O II PND tinha por objetivo reduzir a concentração industrial em São Paulo e dar prosseguimento ao processo de industrialização ocorrido de 1968 a 1973. O II PND teve como predecessor o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento de 1972-1974 (I PND), que tinha como três eixos sua estratégia de desenvolvimento: expandir a fronteira de ocupação do território brasileiro, melhorar a qualificação da mão de obra brasileira e se utilizar da industrialização do Centro-Sul como base da formação de um mercado interno (BRASIL, 1971). O I PND, ao avaliar estratégias para o “grande espaço econômico”, em

⁶ Em 1982 passa-se a chamar Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, mantendo a sigla CODIN.

especial no Centro-Sul, viu na criação de regiões metropolitanas oficiais de Rio de Janeiro e São Paulo pelo governo uma forma de planejamento capaz de unir todas as escalas do poder público. Essas duas regiões concentravam mais de 50% da produção industrial do país e que deveriam “implantar indústrias de tecnologia refinada e consolidar ramos industriais básicos,

como a siderurgia e a construção naval e criar estrutura integrada de indústria e ciência-tecnologia” (*Idem*). Embora a política de planejamento que realmente impactou em nosso objeto de estudo seja o II PND, podemos observar a preocupação do I PND com a região metropolitana do Rio de Janeiro, que já esboçava uma zona dispersa de investimentos industriais.

É importante ressaltar que essa conjuntura de implementação do I PND foi atravessada pela crise econômica mundial de 1973, que tem o seu momento mais aparente no choque do petróleo, mas que “o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 2008 [1989], p. 135). Apontando que o principal problema nesse período era uma excessiva rigidez em investimento de “capital fixo de larga escala e de longo prazo” e produção em massa, o que presumia que houvesse crescimento econômico e expansão do consumo contínuos –, começou a ser gestado um modelo mais flexível de produção, ao qual Harvey nomeou *acumulação flexível*. Esse novo regime de acumulação⁷ gerou uma mudança significativa em termos organizacionais das empresas, na desregulamentação dos fluxos financeiros, nas formas de regulamentação e organização do trabalho e na forma de organização do Estado. Entendemos que muitos aspectos da produção fordista ainda persistam em uma grande quantidade de empresas, em especial na periferia do capitalismo, e em setores menos avançados tecnologicamente da produção industrial.

Mesmo no período de maior flexibilidade no movimento do capital não cessaram as contradições dos investimentos de capital fixo. David Harvey nos dirá que “apenas os instrumentos de trabalho realmente utilizados para produção de mais-valor são classificados como capital fixo” (HARVEY, 2013[1982], p. 324). O capital fixo é definido a partir de seu uso nas relações sociais de produção, ou seja, um mesmo objeto técnico pode ser e não ser capital fixo, vai depender da forma de sua inserção no processo produtivo. O valor de um maquinário está diretamente ligado a uma relação de três fatores: o seu preço inicial, o mais-valor que ajuda a produzir e o custo de sua substituição – pois durante a vida socialmente útil de uma máquina, ela deve gerar um excedente necessário para sua substituição. Ampliar o mais-valor gerado no processo de produção significa aumentar a mais-valor relativo, a produtividade do trabalho.

Não somente por maquinaria é composto o capital fixo, mas “também itens muito diversos, como navios e portos, ferrovias e locomotivas, [...] construções de fábricas, armazéns etc.” (HARVEY, 2013[1982], p. 344), e os investimentos em infraestrutura que são o capital fixo “autônomo” que funcionam como “as condições gerais de produção”. O capital fixo tem como outra característica sua rigidez no movimento do capital, mesmo se considerando seu estágio mais flexível. Não há como realizar um enorme investimento em maquinário e esse investimento, em caso de redução da atividade econômica, ser convertido em dinheiro, sem causar uma enorme perda, assim como não possível recuperar de forma instantânea o capital investido para construção de uma estrada ou ferrovia.

⁷ Regime de acumulação é a “a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução dos assalariados” (LIPIETZ, 1986 *apud* HARVEY, 2008 [1989], p.117).

O investimento em capital fixo, obriga o capitalista a usá-lo até que a transferência do valor seja recuperada; “quanto mais o capital circula na forma fixa, mais o sistema de produção e consumo fica fechado em atividades específicas adequadas para a realização do capital fixo” (HARVEY, 2013[1982], p. 341). Entendemos que, assim como nos ensina o autor, que o investimento em capital fixo é uma saída para a superacumulação de capital e para que sua reprodução ocorra precisa ser reinvestido. Todavia, o investimento no capital fixo não possuiu a liquidez do capital na forma dinheiro e limita o capitalista quanto às atividades para sua realização. Essa contradição latente no investimento em capital fixo pode ser observada na passagem a seguir:

Por um lado, o capital fixo proporciona uma alavanca poderosa para a acumulação, enquanto o investimento adicional em capital fixo proporciona um alívio pelo menos temporário para os problemas de superacumulação. Por outro lado, a produção e o consumo ficam cada vez mais aprisionados dentro das maneiras fixas de fazer as coisas e cada vez mais comprometidos com linhas de produção específicas. O capitalismo perde a sua flexibilidade, e a capacidade de inovação se vê paralisada. (HARVEY, 2013[1982], p. 341-342).

Veremos a seguir a relação entre o capital fixo e o “milagre econômico” brasileiro, onde o investimento progresso em capital fixo, fruto de facilidades geradas pelo Estado e como solução para investimento do excedente de capital, estava com alta taxa de ociosidade e foi aproveitado em um momento de expansão econômica, novamente com forte apoio do aparelho estatal.

No Brasil, o dito “milagre econômico” iniciou-se em 1968, mas ao fim de 1974 já demonstrava sinais de esgotamento devido ao extenuamento da classe trabalhadora e um grande endividamento externo e interno (MANTEGA, 1980, p. 52). O país saía de um período de cinco anos anteriores de alta inflação, restrição de crédito e enorme capacidade ociosa das empresas. Isso permitia que as empresas instaladas no país pudessem aumentar sua produção com custos fixos reduzidos e aumentando suas taxas de lucro (Ibidem, p.53) No período de vigência do “milagre econômico”, a Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) permitiu a formação de capital fixo com uma política de empréstimos com juros menores e prazos mais longos. Ainda de acordo com Mantega, “o governo bancava uma parte do capital constante, barateando-o para os empresários, com efeitos favoráveis para a taxa de lucro” (1980, p.56). Os gastos das empresas públicas de serviços e as empresas produtivas movimentou a economia com o aumento demanda para seu funcionamento. As empresas estatais produtivas se concentravam em ramos em que o capital nacional ou internacional não havia se desenvolvido, como siderurgia, petroquímica, produção hidroelétrica e mineração e necessitava de um investimento significativo para sua realização. Essas empresas poderiam, pela posição monopolista, “de cobrar preços menores por seus produtos para favorecer a acumulação privada” (Ibidem, p. 57). Devido à grande participação de empresas estrangeiras na vida produtiva nacional, o alto volume de remessas ao exterior contribuiu de forma significativa para construção da crise em 1974.

Embora a quadruplicação do preço do petróleo tenha contribuído para o aumento dos custos internos de produção e de consumo, não foi tão determinante para a crise brasileira. (Ibidem, p.60). Ainda durante o processo expansivo (68-73), em 1971, passou a haver uma necessidade de maiores investimentos em capital fixo, ainda que abaixo da capacidade de

produção, mas quando a capacidade ociosa foi sendo absorvida e requereu que os custos em capital fixo aumentassem significativamente, fazendo-se reduzir as taxas de lucro (Idem). O papel de remessas de capitais ao exterior, expressos na balança de serviços⁸, é definido por Mantega como elemento principal da crise de 1974, e esse mecanismo é entendido como um “canal privilegiado de expropriação de valor por parte do imperialismo” (Ibidem, p. 66).

“No período 1970/75 o déficit de transações corrente (comercial mais serviços) somou 18 bilhões de dólares, cifra idêntica aos empréstimos contraídos pelo país no mesmo período, evidenciando a importância desses últimos na viabilização da acumulação de capital com grande participação de capital estrangeiro. Isso significa que, enquanto houver um afluxo de empréstimos equivalente ao excedente exportado, a acumulação poderá prosseguir. Porém, os financiamentos externos podem se transformar no ponto de estrangulamento do sistema econômico à medida em que diminua a capacidade de endividamento do país” (Ibidem, p. 67)

Concordando com a observação de Guido Mantega, o ciclo expansivo brasileiro prosseguiu até 1980 e, diante da possibilidade recessiva o regime militar, ao invés de realizar um ajuste recessivo, “dobrou a aposta” e intensificou os investimentos para manter a economia brasileira “em marcha forçada” (CASTRO & SOUZA, 1985).

O II PND “partia da meta governamental de concluir a cadeia produtiva interna – bens de consumo leves, bens duráveis e bens de capital – por meio de pesados investimentos em infraestrutura e na indústria de bens de capital” (MARINGONI, 2016, p.46). A adoção do II PND como política anticíclica deslocou para o futuro próximo os efeitos mais recessivos da crise de 1973, que se manifestaram, no Brasil, na década de 1980. O governo militar, diante da crise, optou pela continuidade do investimento para manter o crescimento econômico, via endividamento externo, e não realizar um ajuste fiscal, que poderia ter um efeito negativo de retração econômica que contaminaria as expectativas da burguesia nacional com o surto de crescimento vigente (1967-1973). A crise de 1973 teve como resposta o II PND, que tinha por objetivo último construir uma moderna economia industrial no Brasil (CASTRO & SOUZA, 1985, p. 25). Assim,

[...] o avanço da ação reguladora do Estado, mediante políticas de estímulo e orientação das decisões privadas, bem como a ocupação de novos espaços pelas empresas públicas, era algo inerente à decisão maior de levar adiante o desenvolvimento em meio à crise e responder ao estrangulamento externo através da reestruturação do aparelho produtivo. Em suma, diante da crítica situação com que se defrontava a economia em 1974, o governo que acabava de ser empossado negou-se a delegar ao mercado a condução das decisões econômicas (CASTRO, SOUZA, 1985, p. 42)

Furtado qualificou o II PND como tendo os objetivos corretos a serem alcançados, embora “excessivamente ambicioso”, e criticou os seus idealizadores que, “envoltos na bruma de uma visão paranoica da economia brasileira”, erraram a dose do remédio para a economia

⁸ Contam como balanço de serviços: transportes, viagens internacionais, seguros, pagamento de royalties e remessa de lucros e juros.

brasileira e apostaram todas as suas fichas em um endividamento externo excessivo, que ocorria em condições muito favoráveis com baixas taxas de juros e ainda fruto de um período de expansão no centro do capitalismo (FURTADO, 1981).

O segundo choque dos preços do petróleo de 1979 e o aumento dos juros por parte do FED⁹ estadunidense vai abalar fortemente o milagre econômico e abalar a economia brasileiro na década de 1980. De acordo com Antônio Barros de Castro e Francisco Pires de Souza (1985), as importações com combustíveis líquidos saltam de aproximadamente US\$ 4 bilhões para US\$ 10 bilhões, além do pagamento de juros, referentes aos empréstimos que sustentaram os investimentos para o crescimento brasileiro salta de US\$ 2,7 bilhões em 1978 para US\$ 9,2 bilhões em 1981. A balança de pagamentos do Brasil ficou fortemente combalida com a queda do valor dos produtos primário exportados.

A partir de 1979 ocorreu uma reorientação, por vezes confusa, do planejamento governamental, através da busca de colocar no comando do processo de desenvolvimento econômico o setor privado, colocando como responsável pela estagnação nacional não mais o estrangulamento externo e sim a falta de poupança interna e o excesso de consumo da população. O industrialismo também vai sofrer um revés com a opção pelas “vantagens comparativas” do Brasil na produção agrícola e no extrativismo mineral (CASTRO e SOUZA, 1985, p. 85-86). Ou seja, teremos uma reversão, pelo menos no aspecto do projeto dos planejadores do Estado, do que veio a ser até então a marca da política econômica da ditadura cívico-militar no país e, podemos ir mais além, de uma longa tradição desenvolvimentista inaugurada com a Revolução de 1930.

O Distrito Industrial de Nova Iguaçu (atual Queimados), entrou em funcionamento, com as primeiras empresas operando no período de esgotamento do II PND. Para compreender a dinâmica de funcionamento, instalação de empresas no distrito, fizemos uma busca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no setor de periódicos, sobre o “Distrito Industrial de Queimados”, “Distrito Industrial de Nova Iguaçu” e mais a combinação “Queimados” e “Codin”. Encontramos a maior parte das ocorrências nos periódicos *O Fluminense*, *Jornal do Commercio* e *Jornal do Brasil*, e a partir de reportagens e matérias nesses veículos de mídia observamos a dinâmica de instalação e saída de empresas no Distrito Industrial. Por se tratar de uma obra midiática, é necessário ponderar que são possíveis imprecisões e que muitas mudanças no distrito não foram noticiadas; todavia, é possível observar tendências de crescimento, estagnação e declínio, e é a partir dessas tendências que balizamos nossas análises.

Em 1976, depois do decreto governamental pela criação do Distrito Industrial de Nova Iguaçu e início das obras de infraestrutura para sua instalação, o *Jornal do Commercio* noticiou o adiantamento das obras e que havia previsão de término no primeiro semestre de 1977 (JORNAL DO COMMERCIO, 1976). E em 1978, os primeiros lotes foram disponibilizados pela CODIN e empresas como a CBV Indústria Mecânica o adquiriram (JORNAL DO COMMERCIO, 1978). Em 1979, mais duas empresas compram lotes na perspectiva de instalarem suas plantas industriais em Queimados: a Siderúrgica Hime, que viria a ser incorporada pelo Grupo Gerdau posteriormente (1985), e a Ideal Standard, empresa de louça para banheiros e sanitários (JORNAL DO COMMERCIO, 1979). Em 1980, já havia lotes vendidos para 22 empresas, sendo 6 do ramo metalúrgico, 5 ao mecânico, 5 ao químico, 2 de matéria plástica, 1 de minerais não-metálicos, 1 produtos alimentares e mobiliários e 1 serviços (JORNAL DO COMMERCIO, 1980). A conjuntura de crise fez com que diversas empresas comprassem lotes, mas não realizassem investimentos de montar suas plantas fabris

⁹ *Federal Reserve System* ou em Português, Sistema de Reserva Federal, que seria o equivalente norte-americano ao Banco Central no Brasil.

em Queimados, condizente com o cenário de incertezas vivenciado na economia brasileira a partir de 1980.

Podemos observar pela fala do presidente da Hime que um dos atrativos dos Distrito Industrial de Nova Iguaçu é a sua posição estratégica nas margens da Dutra, a caminho de São Paulo e bem próximo ao núcleo da Região Metropolitana, o Rio de Janeiro. Carlyle Wilson comenta: “Vamos ter mão-de-obra abundante, matérias-primas mais próximas, principalmente ficaremos próximos do grande mercado carioca” (*Idem*). Ainda nessa mesma matéria o diretor da CODIN, José Augusto Assumpção, afirmou a intenção de investir nos municípios da periferia da região metropolitana e que se pretendia promover uma “desconcentração intrametropolitana”. Com esses investimentos, Assumpção esperava obter tais resultados: “redução dos desníveis existentes entre o centro e a periferia; a fixação das populações em seus locais de moradia; a redução dos diários deslocamentos de massa, no sentido periferia/centro; e o descongestionamento da malha viária urbana e redução do consumo de combustíveis” (*Idem*).

Para Floriano Oliveira existe um processo de industrialização que não é só de fuga da região metropolitana, mas sim constituído de “novos segmentos e setores que não dependem [...] de investimentos diretos do Estado” (2008, p. 274). Para o autor, até o final da década de 1980 o processo de industrialização no estado foi orientado para a cidade do Rio de Janeiro e com um grande aporte de recursos públicos, mas o fim desses investimentos significou decadência na produção industrial de vários segmentos. Em sua análise seminal sobre a nova configuração da indústria no estado do Rio de Janeiro e a constituição de regiões mais industrializadas no interior do estado, a economia fluminense passa a ter, especialmente no século XXI, o desenvolvimento de áreas que se integram com atividades produtivas globalizadas e que impõe um novo dinamismo econômico e territorial (OLIVEIRA, F. 2008, p.47). Entretanto, se o processo de ocorrido no estado do Rio de Janeiro foi de “reconstrução de bases industriais sustentadas em novos setores e formas organizacionais” (*Ibidem*, p.140), o processo de desconcentração industrial da cidade do Rio de Janeiro em relação ao restante da região metropolitana tem um forte componente planejado, principalmente pelo principal órgão de organização industrial no Rio de Janeiro: a CODIN. A Baixada Fluminense vai experimentar a contradição de se inserir nesse contexto de reorganização espacial da indústria, mas ao mesmo tempo uma relativa restrição do investimento privado em virtude da crise que se avizinhava.

Entre 1980 e 1981, tivemos três empresas em operação no distrito, a Ideal Standard, a Siderúrgica Hime e a Hughes Tool (JORNAL DO BRASIL, 1981). Ainda em seus anos iniciais de operação houve o anúncio da Cervejaria Kaiser iniciar suas atividades em dezembro de 1983 (JORNAL DO COMMERIO, 1983). Um ano depois, apesar de não aparecer em notícias anteriores a sua instalação, foi noticiado o encerramento das atividades da Randon Nicholas S.A., empresa do setor de mecânica pesada em virtude da recessão econômica no país (JORNAL DO COMMERIO, 1984). Em 1988, em uma reportagem sobre a instalação de gás natural no distrito, revelou-se que havia sete empresas em funcionamento, sendo elas: Consigua, Kaiser, Hughes, Ideal Standard, Multibloco, Semana Ilustrada e Vifrio (JORNAL DO COMMERIO, 1988). Em 1989, foi instalada a Panisol S.A. Painéis (GOLDBERG & CHAGAS, 1990). A década de 1980 se encerra com um total de 8 empresas instaladas no distrito.

A década de 1990, no Brasil, foi marcada pela ascensão do neoliberalismo, tendo como marco a eleição de Fernando Collor de Mello, responsável abertura econômica, com o fim ou diminuição do protecionismo para vários segmentos da indústria. O governo de Itamar Franco, que assume após o impeachment de Collor, é marcado pela criação do Plano Real, e seus efeitos mais contundentes foram sentidos no governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso. A

estabilização fiscal e a inflação controlada do Plano Real foram atreladas a uma rodada massiva de privatizações. Entretanto, o discurso e a prática do neoliberalismo dominaram o debate público, como se não houvesse ação racional e científica que não levasse em conta seus pressupostos. Em suma, esses ideais são baseados na retração do Estado na seara econômica como protagonista, reduzindo-se ao papel de facilitador para os negócios e a primazia do mercado em autorregular-se e promover o bem-estar geral.

As bases materiais da ascensão política do neoliberalismo estão na redução dos ritmos de crescimento mundial pós-abalo da crise de 1973-75. A crise abriu margem para o questionamento dos caminhos até então trilhados pelas políticas keynesianas e de bem-estar social. Hayek, em seu livro *Caminhos da Servidão* (1944), já havia constituído um conjunto de reflexões contrárias às amarras “burocráticas” do Estado em prol de uma maior liberalização econômica, apelando para a sedutora ideia de liberdade (HARVEY, 2008b [2005]). Entretanto, diante do processo expansivo do capitalismo houve pouco impacto dessas ideias nas gestões das políticas econômicas dos principais países capitalistas. A implementação do que se convencionou chamar de neoliberalismo aconteceu a partir 1973, no Chile, na ditadura de Pinochet. A experiência chilena foi um grande ensaio do que viria a ser implementado nos anos seguintes, com respaldo as urnas, pelos governos Reagan, nos Estados Unidos, e Thatcher, no Reino Unido, no final dos anos 1970 e inícios da década seguinte. Em suma, era necessária uma mudança nas formas de regulação econômica do Estado, “libertando” o “espírito animal” do mercado e dos empreendedores para que supostamente a economia pudesse crescer novamente. Harvey capta muito bem as mudanças na forma de atuar do Estado no neoliberalismo:

o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. O arcabouço legal disso são obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado. A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegidos. O Estado, tem portanto, de usar seu monopólio dos meios da violência para preservar a todo custo essas liberdades (HARVEY, 2008b [2005], p. 76)

O Estado deveria renunciar à intervenção direta da economia para gerar mais possibilidades para o mercado agir. A retração das atividades não deveria se dar somente na seara da produção econômica e da redução drástica da regulação dos entes privados, mas também a redução de programas sociais, saúde e educação públicas universais, moradia, mudanças no regime previdenciário com o objetivo final de desonerar o Estado dessas despesas, uma vez que medidas de corte de impostos para os mais ricos e grandes empresas já haviam gerado pressões sobre arrecadação dos Estados e para que se pudesse revolver crescentes problemas fiscais. Vale a pena salientar, que alguns serviços que passam ter atendimento precário no serviço público, tornam-se novas fronteiras para investimentos do mercado: vide o bilionário mercado da educação no Brasil, com a circulação de capitais de fundos financeiros e de grandes empresas estrangeiras investindo na compra de ativos.

Ao longo da década de 1980 teremos um declínio do desenvolvimentismo até a ascensão do neoliberalismo na década de 1990. O período neoliberal vai coincidir com o momento de

emancipação de Queimados de Nova Iguaçu e novas possibilidades de uma gestão municipal “mais próxima” buscar meios para dinamizar o distrito.

1.4. Emancipação de Queimados e a marcha rumo ao progresso

A década de 1990 foi um período de efervescência política na Baixada Fluminense devido as mudanças trazidas pela Constituição de 1988, que possibilitaram emancipações e surgimentos de novos municípios como Mesquita, Japeri, Queimados e Belford Roxo, que apesar ter iniciado os trâmites de sua emancipação ainda no regime militar, seu primeiro prefeito tomou posse apenas no ano de 1993 (SIMÕES, 2006).

Em 1990, ocorreu a emancipação de Queimados, então distrito de Nova Iguaçu, por meio da Lei Estadual nº 1.364, de 11 de dezembro de 1990, após consulta plebiscitária. Seu distrito industrial teve um papel importante no discurso dos defensores da emancipação. O Distrito Industrial de Queimados (DIQ) era visto como um *locus* de riqueza, progresso e desenvolvimento, só que essas benesses eram direcionadas para o centro do município de Nova Iguaçu enquanto o distrito de Queimados sem ficava esses recursos. Só a emancipação, segundo os seus proponentes, seria capaz de libertar o município das “amarras do subdesenvolvimento” (SIMÕES, 2006; MORAIS, 2014).

Agora sob administração direta do distrito industrial, a utopia do desenvolvimento poderia se realizar e mudar a realidade de Queimados, uma vez que os recursos deixariam de ser “drenados” por Nova Iguaçu. Entretanto, vale lembrar que o centro do então distrito de Queimados já era dotado de serviços. Contudo, assim como todo o processo de emancipações na Baixada Fluminense, “resultantes dos ajustes na estrutura jurídico-administrativa que se tornam necessários diante das reestruturações que ocorrem nos campos econômicos, sociais e políticos que alteram o equilíbrio de forças políticas que interagem na região” (SIMÕES, 2006, p. 271), novas elites formadas pelos processos de reestruturação queriam controle mais direto de uma fração do aparelho estado e novas dinâmicas de desigualdades foram estabelecidas. Vejamos as mudanças ocorridas por essa adequação jurídico-administrativa geraram de mudança na gestão do DIQ.

Em janeiro de 1991, saiu uma lista de empresas que tinham inauguração prevista para aquele ano contendo as seguintes empresas: ICC (que havia comprado lote em 1983), Quantum Engenharia, Real Boats e a expansão da Cervejaria Kaiser (CICHOWSKI, 1991). Em 1993, houve o acréscimo na infraestrutura do DIQ, com 60 linhas telefônicas, um destacamento do corpo de bombeiros e um Departamento de Polícia Organizado (DPO). O então prefeito Jorge Pereira Cunha encontrava-se preocupado buscando estratégias para “reativar” o distrito, que chegou a ter 13 empresas e naquele momento contava apenas com 9. As 13 empresas outrora instaladas eram: Cervejaria Kaiser, Ideal Standard, Semana Ilustrada (revista), Sotinge, Multibloco, Vifrio, Romap (Café Orly), Quantum – Engenharia, Power Boats Indústria Náutica, Consigua, Elevadores Sur, Tecmat e Fundação Goytacaz, estando as 4 últimas paralisadas. Estavam em fase de instalação Tecidos Beck Gies (JORNAL DO COMMERCIO, 1993a). Alguns meses depois a Tecmat apareceu como desativada, sendo noticiados leilões judiciais de falência (JORNAL DO COMMERCIO, 1993b). Em 1994, o DIQ contou com a gigante Pepsi iniciando suas operações no final do ano (JORNAL DO COMMERCIO, 1994). Em 1995, aquele ano ainda contaria com a implementação de mais 4 empresas: a SayoArte, Diz Ferramentaria e Estamparia (subsidiária da GE), Neoplástica e uma fábrica de concreto e gesso que não teve o nome relevado pela matéria (VITURINO, 1995). Outro aspecto importante de

salientar é que existem empresas relevantes também fora do distrito industrial de Queimados como a Dulorem, Forjas Brasileiras, Rodobrás, Cerâmica Vulcão, Johelle e Megatteaux (*Idem*). Ainda em 1995, o grupo Nebraska de materiais de irrigação mudou sua sede de Anápolis (GO) para o DIQ (MANSUR, 1995). Em 1996, foi a Coca-Cola instalou uma fábrica e contou com um investimento de U\$ 60 milhões e com previsão de 400 empregos diretos criados (JORNAL DO COMMERCIO, 1996). Em 1997, tivemos o leilão judicial do galpão da falida empresa Back Gies (JORNAL DO COMMERCIO, 1997). Em, 1998 houve instalação de infraestrutura de nova iluminação no DIQ e, segundo a CODIN, já existiam 17 indústrias em funcionamento, sem citá-las nominalmente (JORNAL DO COMMERCIO, 1998).

Em 1994, a Câmara de Vereadores de Queimados aprovou a lei nº 100/94, garantindo isenção para as indústrias que vierem se instalar na cidade de todos os tributos municipais. Para as prestadoras de serviços, foi garantida redução do Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza (ISS) para 0,5% no primeiro ano e 1% nos nove seguintes, com o requisito de que tivessem pelo menos 8 funcionários contratados (LEI MUNICIPAL DE QUEIMADOS Nº 100/94).

Podemos perceber que, com oscilações do número de empresas em funcionamento ao longo da década de 1990, os números variavam entre 9 e 17 empresas instaladas, estando por um período considerável com um total de 13 empresas em funcionamento no Distrito Industrial de Queimados. Cabe dizer que a vinda de duas gigantes do ramo de bebidas como a Pepsi e a Coca-Cola demonstram que a década de 1990 foi um período de dinamismo para o DIQ, embora não tenha se concretizado o projeto de ocupar todos os lotes disponíveis. Todavia, sem dúvidas, a década de 1990, em comparação com a década anterior, foi o melhor momento até então. Em matéria de 1997, o Jornal do Brasil fez uma pauta muito elogiosa ao desenvolvimento econômico de base industrial pelo qual Queimados passava, tendo como mote um ranking da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) sobre investimentos privados no estado do Rio de Janeiro; entretanto, a matéria pontuava as contradições do processo como precariedade da vida da população na cidade e que a renda era concentrada nas mãos de quem comandava o processo de desenvolvimento.

A matéria ainda trazia o caso de dois trabalhadores da Cervejaria Kaiser, relatando como era a vida deles antes de trabalhar na Baixada Fluminense e os percalços para chegar no trabalho na Zona Norte do Rio de Janeiro (Tijuca e Quintino). Essa matéria vai ao encontro de uma certa utopia presente nos discursos de autoridades e empresários, ao afirmarem que a chegada de fábricas faria o trabalhador da Baixada Fluminense poder trabalhar em seu município de origem (JORNAL DO BRASIL, 1997). Esse ideário apareceu na gestão do prefeito Jorge Cezar Pereira da Cunha, em 1995: “com o crescimento da Baixada, os municípios deixaram de ser cidades dormitórios” (VITURINO, 1995, p. 15). Embora a denominação utilizada por Jorge Pereira Cunha para as cidades da Baixada olvide a complexidade do fenômeno metropolitano, e que a ideia de cidade-dormitório seja ultrapassada, não refletindo as dinâmicas complexas da vida cotidiana, ela é cristalina para observar a visão dos planejadores sobre esses espaços.

Nas pesquisas referentes ao decênio 2000-2010, o número de notificações pelas buscas de “Distrito Industrial de Queimados” decaiu bastante em relação às décadas anteriores, se tornando em geral anedóticas, com poucas notícias sobre entrada ou saída de novos empreendimentos, tanto no Jornal do Comercio, como no Jornal do Brasil e n’O Fluminense. Não foi noticiado nesses periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional a saída da Coca-Cola e da Pepsi do DIQ e da movimentação de entrada e saída de inúmeras outras empresas. Recorremos ao acervo digital do Jornal O Globo para buscar extrair informações desse período e conseguir traçar um panorama do que julgamos o momento de declínio do distrito.

Em 2001, já foram noticiados sinais de crise no DIQ, com a saída da Pepsi e da Consigua, explicadas pela falta de um viaduto que integrasse o distrito a Rodovia Presidente Dutra. A falta do viaduto fazia com que o acesso do distrito para quem vem do Rio necessitasse ser feito pelo viaduto de Japeri, o que aumentava o trajeto em aproximadamente 20 km. As empresas alegam altos custos de frete e demora, o que aumentava os seus gastos e reduzia sua lucratividade (CERQUEIRA, 2001). Em 2003, novamente a falta de acesso para quem vem do Rio pela Rodovia Presidente Dutra é um entrave para atrair novos investimentos: a matéria informa que o distrito se encontra com 17 empresas instaladas, que empregam um total de 1.600 pessoas (JORNAL O GLOBO, 2003). Em 2004, a Sannis entrou em funcionamento, empregando cerca de 100 pessoas e havia previsão da instalação da Quartzolite e uma outra empresa não revelada. Em 2004, a Cervejaria Kaiser, que vinha operando com quase 70% de capacidade ociosa, encerrou atividades no DIQ¹⁰.

Em 2005, a Câmara Municipal de Queimados aprova a lei nº 748/05, garantindo às empresas que viessem a se instalar no Distrito Industrial de Queimados a isenção de todos os tributos municipais, e, com a exceção do ISS que teria alíquota reduzida, todos esses benefícios teriam a vigência de 10 anos. Existiam alguns requisitos para instalação dessas empresas, como, por exemplo, contratar pelo menos 30 funcionários, preferencialmente residentes do município. Para as prestadoras de serviço o ISS ficava reduzido a 2% nos dois primeiros anos de atividade, tendo como quadro mínimo de funcionários ao menos 8 pessoas (LEI MUNICIPAL DE QUEIMADOS Nº 748/05). Essa lei substituiu a Lei Municipal n.º 110 de 1994, que apresentava benefícios similares: entretanto salientamos algumas diferenças como: a não exclusividade de instalação apenas de indústrias, possibilitando assim que galpões logísticos pudessem gozar desses benefícios; a obrigatoriedade de contratação de ao menos 30 funcionários; e a redução do total da isenção de ISS e do tempo do benefício para as prestadoras de serviço. Um outro aspecto interessante dessa lei é que os pedidos de isenção ficam submetidos ao chefe do executivo, e, portanto, cabe a ele conceder ou não tais incentivos.

Dentre as poucas ocorrências obtidas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional três ocorrências são importantes de serem analisadas. Em 2005, numa notícia sobre a construção de um viaduto de acesso no DIQ, a reportagem revelou que havia 13 empresas em funcionamento (JORNAL DO COMMERCIO, 2005). Em 2006, a Quartzolite Weber consegue um financiamento de R\$ 11,650 milhões para uma fábrica instalada no distrito (JORNAL DO COMMERCIO, 2006), o que significa que nesse período, entre os anos 2000 e 2006, teve sua fábrica instalada. Em agosto, do mesmo ano, foi a vez da JRM 21 Indústria e Comércio de Plásticos e Reciclagem iniciar suas atividades no DIQ (FRÓES, 2006).

Com a construção do viaduto de acesso ao DIQ, uma demanda antiga dos empresários locais, uma série de investimentos passaram a ser noticiados na imprensa. O Globo noticiou a chegada de mais nove empresas (PAES, 2007). Elemento importante que apareceu na reportagem é a dificuldade de a população conseguir ocupar as vagas qualificadas na indústria, sendo necessário recorrer a população de fora do município.

Na tese de 2006 de Manoel Simões, Queimados é apresentada como uma cidade com pouco desenvolvimento do setor de comércio e serviços e que apresentava o 2º pior Produto Interno Bruto (PIB) entre as cidades da Baixada Fluminense. A especificidade do município seria a participação da indústria no PIB com 41,7% (SIMÕES, 2006, p. 199). O autor, apesar de não realizar um debate mais aprofundado sobre a dinâmica econômica no interior do distrito, avalia que não existe uma sinergia entre o DIQ e o restante da cidade, uma vez que não

¹⁰ <https://www.dci.com.br/industria/kaiser-fecha-a-fabrica-de-queimados-no-rio-1.40988> acessado novembro de 2019.

contratam empresas locais para realizar serviços administrativos e financeiros e acabam não absorvendo mão de obra local por falta de qualificação (*Idem*). O papel de Queimados na divisão territorial do trabalho, apesar do crescente desenvolvimento industrial, esbarrou na falta de qualificação para sua população poder usufruir do principal benefício da vinda de empresas que são atraídas por benefícios fiscais:

De um lado temos uma população de baixa escolaridade que serve de mão de obra barata para atividades econômicas em outros municípios, que proporciona um grande movimento na estação de Queimados do ramal ferroviário da na EFCB [...] Esta é a de maior movimento na Baixada, superando a de Nova Iguaçu que possui uma população dez vezes maior. [...]

Do outro lado, temos uma produção industrial relativamente grande, o que denota uma função industrial do território do município. Contudo, os dados apontam para um modelo exógeno, integrado muito mais aos mercados regionais do que a economia local. O distrito industrial mais parece um “quisto” no interior do município do que um organismo integrado ao sistema produtivo local. (SIMÕES, 2006, pp. 202-203)

É importante salientar que a cada novo investimento o que chega ao Distrito a imprensa fala em “novo”, o “desenvolvimento não pode parar”, há “uma nova fase de investimentos”, fazendo eco ao entendimento de que uma nova era se iniciaria. A Baixada constantemente é representada por essa característica de ausência, carência, miséria, violência indiscriminada e precariedade de infraestrutura (ROCHA, 2014, p. 44) e qualquer notícia que contrarie essa representação abre possibilidade para advogar-se o início de novos tempos, de uma nova era. Essas representações negativas se consolidaram no período de expansão urbana da Baixada e são frutos da: “conjugação da produção territorial da urbanidade da metrópole, na qual essa Baixada está inclusa; e das práticas políticas dos grupos sociais em âmbito local (municípios) e regional (Estado)” (ROCHA, 2014, p. 46). Toda representação de nova dinâmicas possibilitam o surgimento de uma “Nova Baixada” que é a negação ou a superação dessas representações hegemônicas.

O Jornal O Globo, constantemente ao falar do DIQ, se refere como este em algum momento tendo 32 empresas, entretanto em nenhum momento da pesquisa em outros três jornais esse número esteve próximo de se realizar. O que podemos atribuir ao número aproximado, é a estimativa da capacidade empresas para qual o DIQ foi projetado, em um total de 35, o que de certa forma varia, uma vez que o número de lotes adquiridos pelas empresas varia de acordo com a sua necessidade produtiva. Na reportagem intitulada “*O novo Distrito Industrial de Queimados*” (BRUNO, 2005) foi citado um período de uma década de abandono e que nesse “novo” momento poderia ganhar até o fim do ano mais 9 fábricas. Isso aconteceria porque a CODIN devia o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ao município e para pagar a dívida cederia os lotes para o controle da prefeitura; com isso, a prefeitura cederia de graça o espaço para empresários que quisessem investir no DIQ. A década de abandono não se reflete em redução do número maciço de empresas, mas com a saída de gigantes como Pepsi, Coca-Cola e Kaiser. Entretanto, até a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2010 – que trataremos com mais profundidade no capítulo seguinte –, não houve aporte maciço de investimentos no DIQ acima do padrão histórico, com algum tipo registro nos periódicos e a grande iniciativa até então foi a construção do viaduto de acesso na Rodovia Presidente Dutra, concluído em 2008. Para corroborar com a nossa afirmação, em um

informe publicitário de 2009 do Jornal O Globo, falou-se de 12 empresas em operação e mais 10 que estariam chegando, lembrando que provavelmente tal grupo das 10 novas empresas é composto pelas 9 nove empresas que foram anunciadas anos antes como chegando a Queimados. Das 12 empresas já instaladas – Arfrio S.A, Loja Citycol S.A, Sanes Brasil, Multibloco Ind., Hanh Ferrabraz, JRM 21, Reluz Ind. Comésticos, Knauf do Brasil, Vifrio Armazens Frigoríficos, Ecopack, Real Class – Power Boats e Quartizolit (JORNAL O GLOBO, 2009) – apenas três estavam instaladas desde a emancipação: Multibloco, Vifrio e Real Class – Power Boats, o que demonstra uma alta rotatividade de empresas no distrito em um período menor do que 20 anos.

Utilização de matérias de periódicos nos auxiliam a observar tendências, pois as informações muitas vezes carecem de precisão e especulações, tanto quando se referem à chegada de empresas oferecendo certezas a projeções, quanto pelo fato do fechamento de unidades produtivas poder não ser merecedor do destaque devido. Entretanto, devido à falta de registros de acesso público sobre essa movimentação, tal metodologia foi utilizada para entendermos a evolução histórica das atividades no DIQ e compreendermos a magnitude das mudanças ocorridas na Gestão de Max Lemos (2009-2016). Em nossa análise, não se pode observar essas transformações apenas pela ótica local, mas principalmente em escala metropolitana e muito atentos às influências das esferas estadual e nacional na dinâmica regional.

CAPÍTULO II

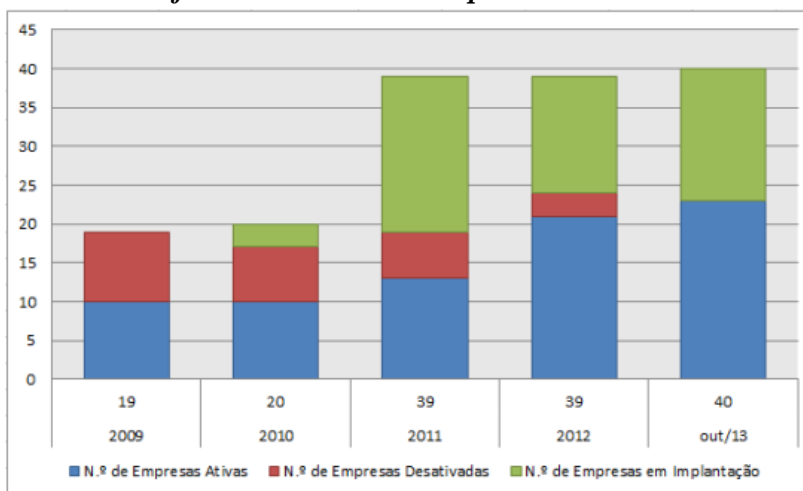
A GESTÃO DE MAX LEMOS (2009-2016): SURGIMENTO E APOGEU DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Este capítulo visa analisar as bases do crescimento econômico vivenciado em Queimados entre 2010 e 2015. Este esteve assentado sobre três pilares, a conjuntura econômica favorável no Rio de Janeiro e no Brasil, a chegada de novas empresas depois da aprovação de isenções fiscais e a expansão da construção civil, com maciço financiamento público. Esses pilares são analisados através dos conceitos de reestruturação regional, com a ascensão do Extremo Oeste Metropolitano, empresariamento urbano com as ações de Max Lemos e máquina de crescimento, a partir da conformação de uma aliança em diversas escalas para potencializar a economia de Queimados. A gestão de Max Lemos foi atravessada por esses fenômenos e observamos as ações do poder público para constituir um ambiente negócios no território e as articulações políticas, registradas em redes sociais e entrevistas para conformar a máquina de crescimento, além das contradições das promessas do desenvolvimento.

2.1. Da estagnação econômica dos anos 2000 à redinamização do Distrito Industrial de Queimados (DIQ)

A saída de grandes empresas do DIQ nos 2000 deu ares de esvaziamento econômico e criou uma necessidade por parte da gestão municipal de “reativar” esse símbolo do desenvolvimento. Entendemos que havia um processo de reestruturação da economia fluminense desde a década de 1990 e do interior da região metropolitana desde 1980, com ações para atrair investimentos para fora da capital. Essa reestruturação foi multifacetada e ocorreu com diversas intensidades, atuando de forma desigual nos municípios. A chegada de novos investimentos logístico-fabris ao DIQ depois de 2010 nos mostra um evidente aquecimento econômico do polo mais dinâmico da economia municipal.

Gráfico 1 - Número de empresas estabelecidas no DIQ

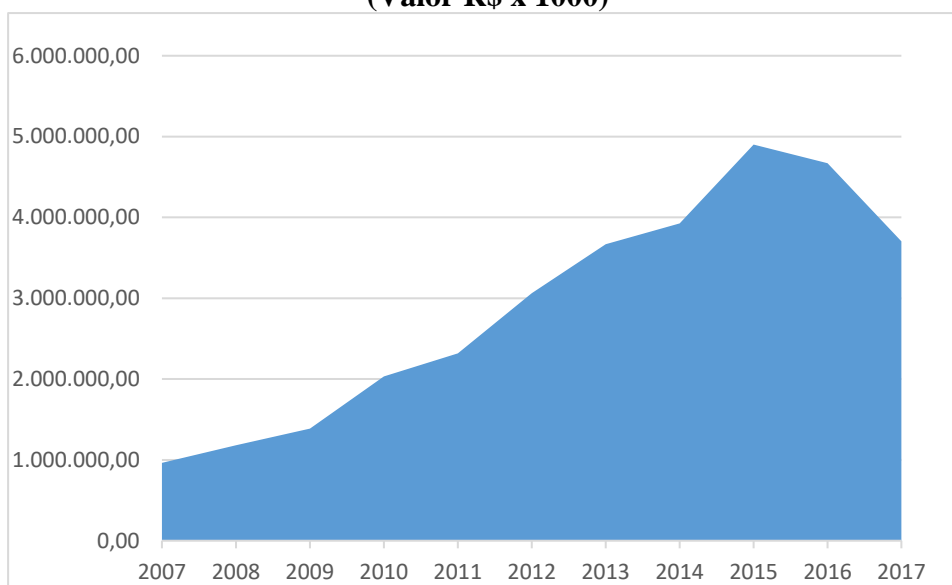


Fonte: MORAIS, 2014, p. 39

Podemos observar no gráfico 1 que depois de 2009 teve início um processo de instalação de novas fábricas, mostrando que houve de fato um processo de redinamização do DIQ. O fator principal a que atribuímos essa virada foi a aprovação de Lei Estadual nº 5636/2010, que reduziu o Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços (ICMS) de 19% para 2%. Essa lei afetou mais de uma dezena de cidades e seus distritos industriais, entre elas, Queimados.

Ao analisar a evolução do Produto Interno Bruto Municipal notamos que, além do ano de 2010 ser um marco por causa dos incentivos, houve um processo de crescimento econômico na cidade entre os anos de 2010 e 2015, como fica bem evidente no gráfico 2. Entre 2007 e 2010 já havia uma orientação de crescimento, mas não comparável ao período subsequente.

Gráfico 2 - Produto Interno Bruto Municipal de Queimados 2007-2017
(Valor R\$ x 1000)



FONTE: IBGE Cidades (Organização própria)

O processo de dinamização da economia queimadense foi puxado pela indústria. Os investimentos industriais na cidade nunca escassearam, apesar de um período de saída de grandes empresas no início dos anos 2000. Para observar a importância de cada setor econômico nesse processo de crescimento, analisamos a evolução do Valor Adicionado Bruto da agricultura, serviços e administração pública entre 2007 e 2017.

**Tabela 1 - Valor Adicionado Bruto dos setores da economia em Queimados
(x R\$ 1.000)**

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços	Adm. Pública
2007	1.813,00	190.169,00	271.206,00	377.359,00
2008	1.914,00	253.193,00	323.095,00	445.242,00
2009	2.090,00	335.745,00	381.132,00	490.865,00
2010	2.778,00	620.849,00	515.933,00	562.630,00
2011	2.499,00	736.529,00	583.810,00	617.302,00
2012	2.374,00	1.239.009,00	754.943,00	652.111,00
2013	2.488,00	1.502.716,00	959.721,00	746.542,00
2014	2.089,69	1.001.261,16	1.536.026,94	816.000,39
2015	2.536,78	1.393.609,98	1.992.625,09	886.678,44
2016	2.996,82	1.077.713,17	2.044.180,36	944.513,21
2017	2.760,84	554.314,50	1.730.108,94	976.603,73

Fonte: IBGE Cidades (Org. Própria)

Podemos notar que existe um crescimento significativo em todos os setores da economia, excetuando a agricultura, desde 2008. Até o ano de 2009, a Administração Pública, em todos os níveis, era o setor com mais contribuição ao PIB municipal, vale registrar que os pagamentos de aposentadorias, pensões e programas sociais de todos os níveis são computados neste setor. Entendemos que essa característica é preponderante em uma economia com forte presença estatal, com um grande corpo de funcionários públicos e empresas públicas, o que não é o caso de Queimados, ou de uma economia pouco dinamizada com um forte peso de pensões e aposentadorias. De acordo com dados do INSS obtidos no Observatório do Estado Social Brasileiro, em 2010, existiam 30.225 benefícios pagos pela previdência social em Queimados, o que corrobora com nossa argumentação sobre o peso da administração pública no PIB (OBSERVATÓRIO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO, 2020). Um aumento interessante de observar é o ocorrido nos valores da indústria entre os anos de 2010 a 2013. O crescimento industrial alavanca todos os outros segmentos econômicos, excetuando a agricultura. O próprio setor de serviços continua em expansão, mesmo após a retração da indústria só regredindo no ano de 2017, o segundo de recessão e quando a indústria despenca para patamares anteriores a redinamização da economia municipal.

A indústria é o motor do crescimento econômico queimadense, mas os dados de valor adicionado bruto incluem a indústria extrativista, a indústria de transformação e indústria de construção. Uma das formas de avaliar o crescimento de cada setor é através do número de empresas fundadas em cada ramo de atividade e observar o crescimento, redução ou estabilização do número de empresas para compreender os polos dinâmicos desse processo de crescimento industrial. A análise através do número de empresas por ramo de atividade, disponível pelo Cadastro Geral de Empresas do IBGE não nos permite diferenciar a magnitude de capital de cada estabelecimento, mas apenas o setor de atividade, o ano de fundação e o número de pessoas ocupadas. Escolhemos três momentos distintos para a nossa análise, os anos de 2007, 2013 e 2017, e excluímos a variante do número de pessoas ocupadas, uma vez que faremos a frente uma análise dos dados sobre a força de trabalho e ocupação na cidade.

Entendemos que esses três anos possibilitam observarmos os momentos de crescimento, auge e declínio das atividades industriais no município a partir dos dados do PIB disponibilizados na tabela 1.

Na tabela 2, veremos a situação em que se encontrava o quadro de empresas do ramo industrial em Queimados em um período de aquecimento conjuntural da economia, tanto nacional, como fluminense, mas que no município ainda não havia iniciado um processo significativo de expansão. De um total de 1087 empresas com inscrição na cidade, temos 110 nos três ramos de atividade analisados. No ano de 2007, das 65 indústrias de transformação, os anos de fundação eram relativamente bem distribuídos entre os períodos, com somente 35% delas fundadas depois dos anos 2000.

Tabela 2 - Empresas por ramo de atividade e ano de fundação em Queimados (2007)

Ano de fundação	Total	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Construção
Total	1087	5	65	40
Até 1966	4	1	-	-
1967 a 1970	8	-	1	-
1971 a 1980	53	-	3	-
1981 a 1990	119	-	8	2
1991 a 1995	143	-	9	2
1996 a 2000	282	2	21	15
2001 a 2003	170	1	12	6
2004	57	1	3	-
2005	88	-	2	3
2006	64	-	1	3
2007	99	-	5	9

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas (org. própria)

Na tabela 3, observaremos o aumento de 329 empresa do total em relação ao ano de 2007, o que confirma o nosso argumento de maior dinamismo econômico na municipalidade. Dos três principais ramos da atividade industrial, apenas as indústrias extrativistas não apresentaram um aumento significativo de empresas ativas. As indústrias de transformação tiveram um incremento de aproximadamente 37%, com 24 empresas ativas a mais que no período anterior. Nos interessa apontar que, mesmo com uma variação do total de empresas fundadas antes do ano 2004 oscilando para baixo, o número de empresas fundadas ativas entre 2010 a 2013 foi de uma magnitude muito maior os números apresentados na tabela 3, de empresas ativas de 2004 a 2007. O aumento das empresas de construção ativas nos dois períodos é de 197,5%, o maior entre todos os setores. Poderemos observar na tabela 4 que no ano de 2013 o número de empresas fundadas a partir de 2010 corresponde a 57,9% do total de empresa em atividade naquele ano, o que demonstra que os incentivos às indústrias de transformação atraíram investimentos também para a construção civil.

Tabela 3 – Empresas por ramo de atividade e ano de fundação em Queimados (2013)

Ano de fundação	Total	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Construção
Total	1416	7	89	119
Até 1966	2	1	-	-
1967 a 1970	5	-	-	-
1971 a 1980	40	-	4	1
1981 a 1990	88	-	4	3
1991 a 1995	108	-	6	4
1996 a 2000	197	2	13	15
2001 a 2003	106	-	7	9
2004	30	1	1	-
2005	58	-	2	3
2006	36	1	2	1
2007	62	-	3	2
2008	74	-	4	6
2009	100	-	4	6
2010	130	1	14	15
2011	128	-	10	16
2012	140	1	8	20
2013	112	-	7	18

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

Comparando as tabelas 2 e 3, notamos uma grande oscilação do número de empresas ativas que foram fundadas em anos que aparecem nas duas tabelas, como por exemplo, as empresas fundadas em 2004, no ano de 2007 existiam 3 indústrias de transformação e ano de 2013 apenas 1, significando que em um período de 6 anos, 2 indústrias fundadas em 2004 encerraram suas atividades. Essa situação se reproduz para empresas fundadas em outros anos o que confirma a ideia de que há uma grande movimentação de empresas abrindo, fechando e retomando atividade de acordo com a dinâmica da economia municipal.

A tabela 4 nos mostrará o momento de declínio das empresas em atividade em todos os ramos da indústria, acompanhando a retração da economia queimadense. Em 2017, o número de empresas surgidas no período do *boom* econômico reduziu-se consideravelmente. Observemos a comparação das tabelas 3 e 4, as empresas fundadas nos anos de 2010 a 2013, em atividade no ano de 2013, na indústria de transformação e da construção, totalizavam 108 empresas ativas, já em 2017, as empresas daquele período que ainda estavam na ativa, eram um total de 55. O declínio da construção civil e da indústria de transformação, em especial das empresas surgidas durante o *boom* econômico, são fortes indícios de que não se pode explicar o crescimento da economia queimadense e nem a sua crise, sem observar esses dois ramos de atividade. A comparação entre as tabelas 2 e 4 mostra a excepcionalidade da bonança do período representada na tabela 3, que é o auge da atividade industrial na cidade e ocorre durante o segundo governo de Max Lemos.

Tabela 4 – Empresas por ramo de atividade e ano de fundação em Queimados (2017)

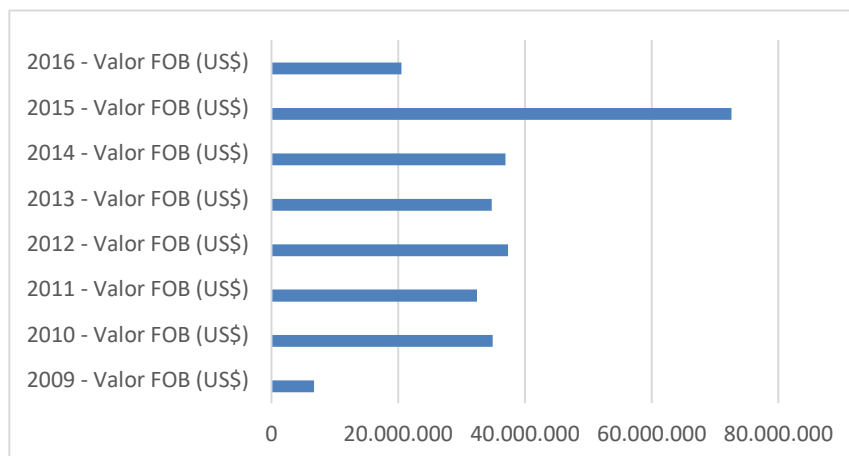
Ano de fundação	Total	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Construção
Total	1179	5	83	90
Até 1966	2	-	-	-
1967 a 1970	5	-	-	-
1971 a 1980	35	-	3	1
1981 a 1990	70	-	3	1
1991 a 1995	80	-	5	2
1996 a 2000	121	1	10	8
2001 a 2003	57	-	4	6
2004	19	1	2	1
2005	37	-	1	2
2006	22	-	-	1
2007	37	-	3	-
2008	50	-	3	1
2009	58	-	2	3
2010	78	1	10	5
2011	74	1	8	9
2012	72	1	3	7
2013	86	-	4	9
2014	56	-	5	5
2015	76	-	6	13
2016	69	-	4	7
2017	75	-	7	9

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas (org. própria)

Os dados expressos nas tabelas 2, 3 e 4 são relativos a toda a economia municipal e não restritos ao DIQ, mas sua redinamização foi central para o crescimento de toda economia municipal. A utilização da infraestrutura já instalada para acomodar as novas empresas foi fundamental para baratear custos e atrair os novos investimentos, pois o distrito já contava com uma subestação de energia elétrica exclusiva, redes de fibra ótica para telefonia digital, internet banda larga, gás canalizado, abastecimento de água e cabine de segurança da polícia militar (MORAIS, 2017). Outro aspecto relevante para as empresas é a proximidade com importantes eixos logísticos, como o Porto de Itaguaí e a Rodovia Presidente Dutra, além da proximidade com o Arco Rodoviário Metropolitano, que na época estava em fase de construção.

Outro elemento que nos ajuda a demonstrar o crescimento da economia pós-2010 foi o aumento das exportações do município, como fica evidente no gráfico 3. Houve um aumento significativo do ano de 2009 para o ano de 2010 e a manutenção desse patamar até o ano de 2015, onde ocorreu um aumento significativo das exportações.

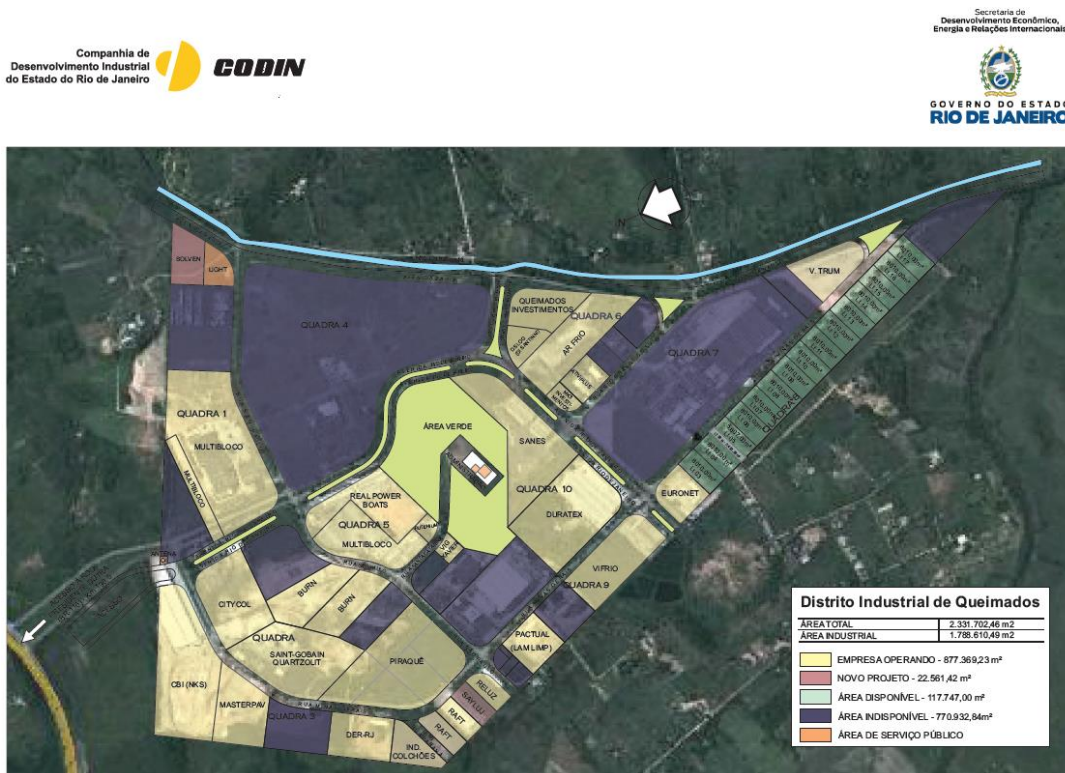
Gráfico 3 - Exportações de Queimados por valor FOB (US\$)



Fonte: Comex-Vis (Org. própria)

A atração de empresas para o DIQ estimulou que houvesse sua expansão física. O Governador Sérgio Cabral editou o Decreto N° 42.919 de 7 abril de 2011, ampliando o distrito em mais 3.003.188 m² (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2011, p. 2). Essa medida demonstra o otimismo por parte do poder público em virtude do dinamismo gerado pela chegada de empresas a partir de 2010. Apesar da expansão, pelo curto fôlego do período expansivo da economia queimadense, a ocupação fabril se deu na área antiga ociosa do DIQ. Numa imagem obtida no site da CODIN, nota-se que a ocupação ocorreu nos cerca de 2.3000.000 m² originais da fundação.

Imagem 3 – Ocupação do Distrito Industrial de Queimados



Fonte: CODIN

É necessário avançar na análise para além de fatores locais para compreender a complexidade de fatores envolvidos no processo de crescimento da economia queimadense. Observamos até aqui os impactos da Lei Estadual nº 5636/2010, que reduziu o ICMS para empresas instaladas no DIQ e como essa afetou a indústria de transformação. Contudo, a redução de impostos e tributos não são os únicos fatores que levam as empresas a realizarem pesados investimentos para construir novas plantas fabris, é necessário que haja uma conjuntura propícia ao investimento, que transcenda o nível local. A redinamização da economia municipal está inserida em um processo mais amplo, gerado por mudanças econômicas na economia fluminense e brasileira, que impactaram Queimados e a sua região.

2.2. “Novo desenvolvimentismo” e reestruturação regional no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense

O Brasil viveu um ciclo expansivo de sua economia, com crescimento acima da média da década de 1990, entre 2004 até 2014, e aumento dos investimentos públicos e privados. Em 2002, ocorreu a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Essa eleição se inseriu em um contexto de presidentes eleitos na América Latina que questionavam, em algum grau, os ditames do neoliberalismo, a chamada Onda Rosa¹¹. O PT governou o país de 2003 a 2016, vencendo quatro disputas presidenciais seguidas e tendo o último mandato eleito, o da presidente Dilma Rousseff, sido deposto por um golpe de estado disfarçado de impeachment – um golpe jurídico-parlamentar ou ainda um *golpeachment* (SOUZA, 2017). Esse período de gestões do PT foi chamado de *neodesenvolvimentista* (BOITO JÚNIOR, 2015), de *novo desenvolvimentismo* (MERCADANTE, 2010) e *Social-desenvolvimentismo* (POCHMANN, 2010) mais pelas inflexões na política econômica e social em relação período liberal do que por uma referência clara nas políticas desenvolvimentistas que vigoraram ao longo do século XX no Brasil.

Para Boito Júnior, existiu uma frente política neodesenvolvimentista que retomou a política de crescimento econômico e transferência de renda que vigorou no Brasil entre 2003 e 2016. Tal frente é dirigida pela burguesia brasileira de produção nacional e composta por “classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco de poder” (BOITO JR., 2015, p. 211) e se confrontam com o bloco neoliberal ortodoxo, composto pelo “grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média” (*Ibidem*, p. 212). Sob nossa perspectiva, essa política exprime uma visão de que existe uma fração de classe da burguesia brasileira industrialista e produtiva que necessita de uma aliança com as classes populares, e da política de proteção industrial e de crescimento do mercado interno para garantir o um crescimento sustentado. Concordamos com autor que a constituição desse bloco ocorreu

¹¹ A eleição de Hugo Chávez Frias na Venezuela em 1999 foi um marco para América Latina por se o pioneiro de uma série de governo críticos ao neoliberalismo, com maior ou menor intensidade, ao longo dos anos 2000. Esse crescimento é atribuído ao fracasso das promessas de desenvolvimento para a região em gestões de presidentes alinhados ao neoliberalismo. Podemos inserir como as principais chegadas ao poder pertencentes a *Onda Rosa*: Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2003, Nestor Kirchner, na Argentina, em 2003, Tabaré Vázquez, no Uruguai, em 2005, Evo Morales, na Bolívia em 2005, Rafael Correa, no Equador, em 2007 e Fernando Lugo, no Paraguai, em 2008.

por um alinhamento excepcional e conjuntural entre burguesias e segmentos das classes trabalhadoras e não por um projeto nacional em comum, que pudesse apontar diretrizes mais estratégicas e estáveis para essa frente política. As diversas frações de classe da burguesia nacional fora das condições excepcionais que existiram durante os governos petistas, de maneira geral, se alinham de forma mais coesa e contra os interesses das classes trabalhadoras “excluídas dos blocos de poder”.

Boito Jr. aponta ainda que existiriam muitas diferenças em relação ao antigo desenvolvimentismo, mas ainda assim, pela quadra histórica de hegemonia neoliberal seria possível essa fazer essa referência pela existência de uma política econômica e social “que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país” (*Ibidem*, p. 214). As bases da política econômica dessa frente “neodesenvolvimentista” seriam: política de recuperação da renda dos trabalhadores, com aumentos sucessivos do salário-mínimo e políticas de transferência de renda; aumento financiamento público através BNDES; política externa de apoio aos negócios de grandes empresas brasileiras no exterior; política econômica anticíclica nos momentos de crise; e aumento do investimento estatal em infraestrutura (*Ibidem*, p. 214).

As concepções de Mercadante sobre o “novo desenvolvimentismo” incluíam esferas para além das questões econômicas, como a consolidação da democracia e das instituições, o desenvolvimento sustentável, construção de uma sociedade do conhecimento e uma dimensão social (MERCADANTE, 2010). As concepções políticas mais gerais são orientadas por uma certa dimensão utópica de emersão do Brasil em um cenário de estabilidade, similar às democracias liberais do velho continente, que a imposição da realidade viria a contradizer poucos anos depois, com a deposição de Dilma Rousseff. Na avaliação de Mercante, o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva foi excessivamente cauteloso “pelo esforço de reverter o processo de desestabilização e reativar a economia a partir do impulso às exportações, e o segundo, mais centrado na aceleração do crescimento e na construção das bases endógenas para sua sustentação” (MERCADANTE, 2010, p. 124).

Em relação às características apontadas por Boito Jr; entendemos que a análise de Mercadante esteja em consonância com os pontos apresentados e que ainda enfatize a questão social como eixo de desenvolvimento para o “novo desenvolvimentismo”. O acerto de contas com o passado de histórica desigualdade social, sendo combatido através de políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, o aumento real do salário-mínimo, a maior formalização do emprego e a democratização do crédito. Em nosso entendimento, a política que teve mais impactos dentre as listadas por Mercadante foi a valorização real do salário-mínimo, uma vez que uma esmagadora parcela dos assalariados do país e dos aposentados o tem como balizador de sua renda. Foi durante as gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal (2003-2016) que essa política que chegou a acumular uma valorização de nominal de 340% e um valorização real, descontando a inflação, de 77,18% (DIEESE, 2016, p. 4).

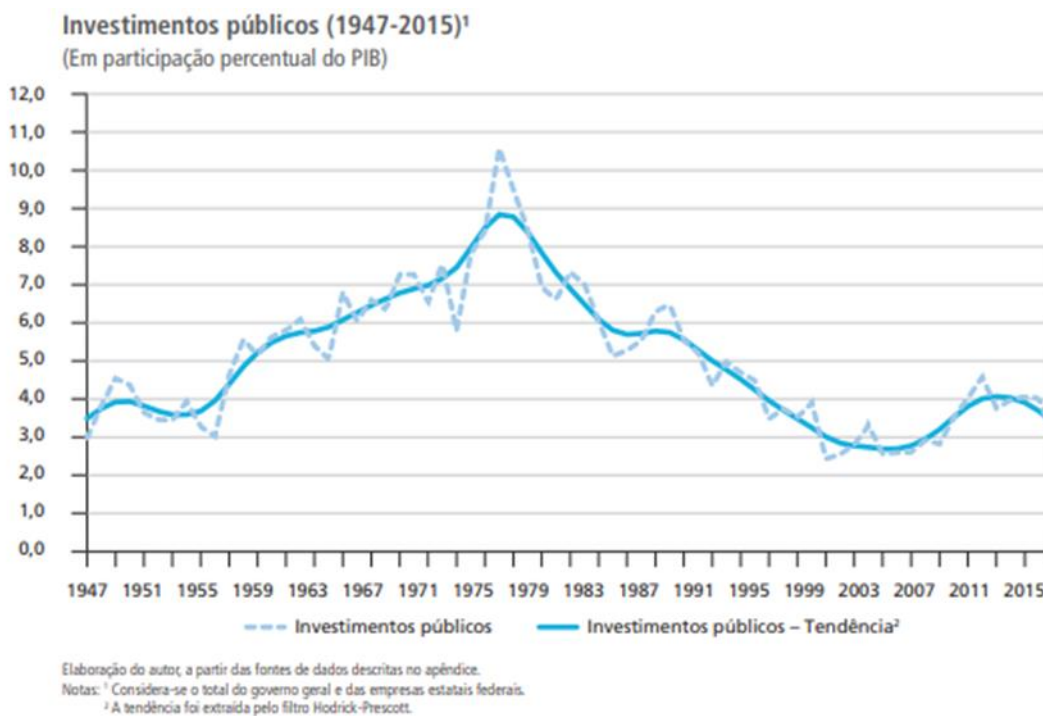
A retomada do crescimento econômico, embora ainda bem distante do período do “antigo” desenvolvimentismo, diferia do que foram os momentos de estagnação da economia do final da década de 1980 e a década de 1990, o que se tornou suficiente para dinamizar alguns setores da economia. Para Carvalho, o crescimento econômico do período pelas características dos setores dinâmicos trouxe consequências diferentes do “milagre econômico” da ditadura civil-militar. A inclusão de uma parcela historicamente excluída levou a expansão da construção civil e serviços não-complexos, setores que necessitam menor qualificação de mão-

de-obra. A passagem a seguir revela as características principais da qualidade do desenvolvimento nesse período:

O crescimento centrado em serviços e construção civil, embora não tenha ajudado a promover avanços tecnológicos e ganhos de produtividade para a economia brasileira, teve claro benefício de incluir no mercado de trabalho formal uma mão de obra menos qualificada, que o país tem em abundância, elevando seu poder de barganha e salários em relação aos demais trabalhadores (CARVALHO, 2018, p. 17).

Além do incremento na renda, esse período ficou marcado pelo aumento dos investimentos públicos, seja através de gastos diretos do governo ou de investimentos de empresas estatais. Embora estejamos longe do pico de investimentos como ocorridos nos anos de 1970, a partir de 2003 o país apresentou uma ligeira retomada como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Evolução histórica dos investimentos públicos



Fonte: ORAIR, 2016, p. 13.

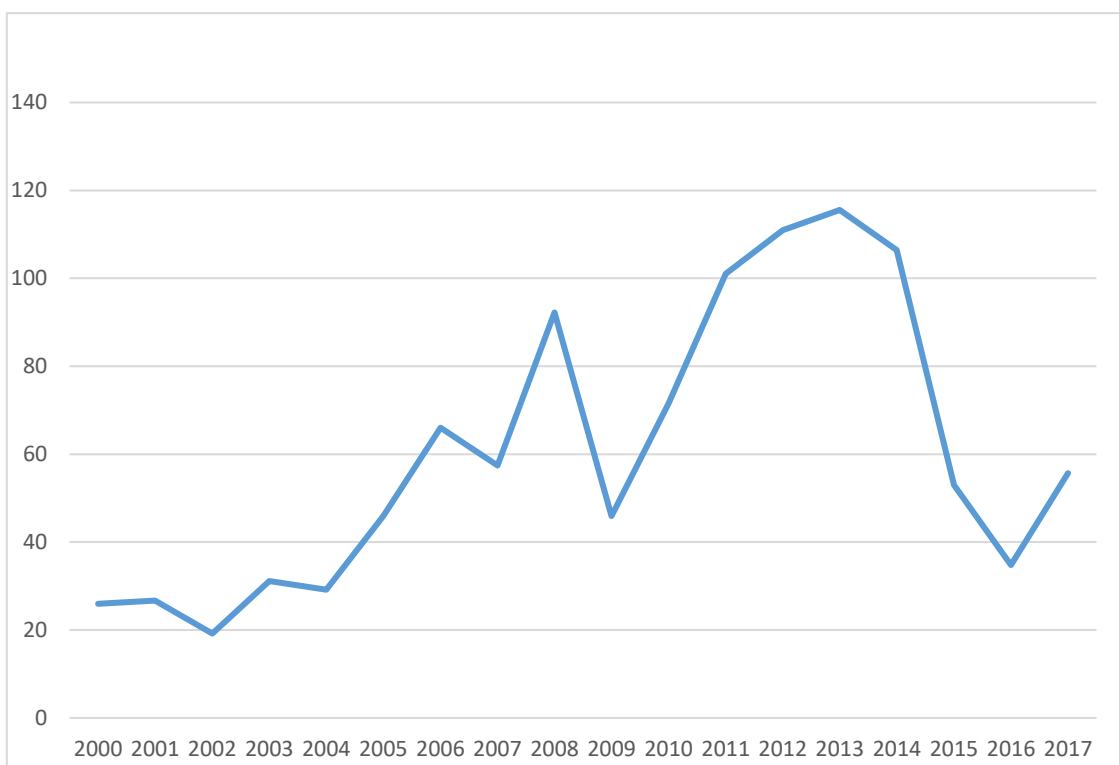
Todas essas inflexões listadas como características do “novo desenvolvimentismo” se dão, em parte, por uma mudança conjuntural causada pelo crescimento econômico chinês e o aumento de demanda por produtos primários, que gerou um aumento significativo nos preços internacionais desses produtos.

A alta nos preços das *commodities* reforçou processo, não só porque aumentou incentivos e recursos disponíveis para investimentos nos próprios setores produtores de *commodities* (com destaque para a Petrobrás), mas também

porque gerou efeitos em cadeia para os setores relacionados (fornecedores, por exemplo) e elevou a própria arrecadação do governo, ajudando a criar espaço fiscal para a expansão dos investimentos públicos (CARVALHO, 2018, pp. 23-24)

Por ser um grande produtor de petróleo, no estado do Rio de Janeiro os impactos desse período de preços elevados das *commodities* teve efeito direto no aumento das receitas de *royalties* recebidos e ampliou a capacidade orçamentária do Estado e de alguns municípios. Isto possibilitou a realização de maiores investimentos, bem como a negociação de adiantamento de valores futuros. Para demonstrar o aumento do preço do petróleo levantamos o histórico das médias de preços em janeiro de cada ano no portal *Investing BR*. Poderemos observar que a partir do ano de 2004 o preço internacional do petróleo inicia uma subida considerável e que, mesmo com oscilações, chegou a um patamar em 2013 muito acima dos demais períodos, para logo a seguir ter uma brusca desvalorização.

Gráfico 5 - Média do preço em dólares de petróleo Brent¹² em janeiro



Fonte: Investing BR (Organização própria)

O estado do Rio de Janeiro foi foco de um grande aporte de investimentos, com o reaquecimento da indústria de petróleo e da indústria naval e a realização de três megaeventos: Jogos Pan-Americanos de 2007, sede principal da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016. As obras de infraestrutura necessárias para os eventos impactaram fortemente a região metropolitana do Rio de Janeiro. A conjuntura de crescimento econômico e o aumento do investimento público e renda geraram estímulos ao investimento privado e à expansão de

¹² Petróleo Brent é a denominação dada ao petróleo cru com características mais leves.

empresas. Tanto os territórios que eram carentes de investimentos quanto aqueles que outrora receberam investimentos, mas que perderam dinamismo e entraram em declínio, se tornaram uma opção atrativa para receber investimentos em um novo ciclo expansivo da economia. O capital está sempre em busca de potencialidades nos territórios e em constante deslocamento para ampliar as suas possibilidades de reprodução. Entendemos que esse processo se aproxima do Soja (1993) conceituou como reestruturação regional:

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural (SOJA, 1993, p. 193).

Desmoronamento e reconstrução são tônicas da própria dinâmica espacial desigual do capitalismo, que cria, desfaz e refaz espaços econômicos de acordo com a conveniência dos processos de acumulação de capital. Os períodos de estagnação ou crise são momentos em que o processo de acumulação se vê diante de suas contradições e busca saídas, econômicas, espaciais e temporais para retomar o processo de reprodução ampliada do capital. Apesar de nossa análise estar focada em Queimados, entendemos que esse processo de reestruturação é regionalizado e atinge com intensidade praticamente toda borda oeste metropolitana (OLIVEIRA & ROCHA, 2014), e que integrou essa região ao processo mais geral de reestruturação espacial da indústria no estado iniciado na década de 1990 (OLIVEIRA, 2008).

É neste contexto que veremos a emergência da Região Econômica do Extremo Oeste Metropolitano (EOM), formada por uma parcela dos municípios da Baixada Fluminense que passaram por um processo de reestruturação regional com características comuns: Queimados, Japeri, Paracambi, Seropédica e Itaguaí (OLIVEIRA, 2015). Os municípios que formam o EOM passaram a conformar uma região a partir das transformações comuns que sofreram no processo de reestruturação contemporâneo, baseadas especialmente nos recentes aportes industriais e logísticos, e não por relações históricas de integração econômica como o restante da Baixada Fluminense. Na imagem 4 veremos a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e as subregionalizações em seu interior. Salientamos a interseccionalidade dos municípios que formam o EOM e a Baixada Fluminense. O EOM como um recorte analítico das transformações econômicas contemporâneas nessas 5 cidades e que guardam entre si um nível considerável de diferenças.

Imagem 4 – Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro regionalizado



Fonte: FORTES, A.; OLIVEIRA, L.; SOUSA, G, 2020

A ascensão do EOM e o processo de reestruturação regional estão diretamente relacionados, pois a constituição dessa região econômica está ligada a localização das cidades que a constituem, estando na proximidade de eixos logísticos e com grandes centros consumidores. O espraiamento dos investimentos nesses territórios também foram fruto de um processo de articulação política e de políticas públicas visando atração de empresas. Soja demonstra que um processo em que o capital busca por novos espaços mais vantajosos do ponto de vista da acumulação podem levar a “inversões de papel das regiões”, na medida em que áreas industriais antes prósperas vão declinando de forma simultânea à rápida industrialização de periferias regionais antes menos desenvolvidas” (SOJA, 1993 [1989] p. 193). E embora o processo de industrialização nessas cidades remeta a momentos anteriores e não sejam inteiramente novos, há um novo impulso em curso gerado pelo crescimento econômico fluminense e nacional, que causa transformações espaciais significativas. Esse processo está diretamente ligado à expansão da economia fluminense e o espraiamento metropolitano das atividades econômicas, mais especificamente nesse caso, para as suas bordas, com o surgimento de novas economias de aglomeração urbana, “reconstituindo os novos empreendimentos produtivos como centralidades urbanas e requalificando a indústria [...] como vetor de progresso em áreas mais pobres” (OLIVEIRA, L. 2015, p. 5). Em outro trabalho, Oliveira, L. (2020) aborda sobre a heterogeneidade histórica das relações entre essas cidades da região, reafirmando que o elemento em comum é questão produtiva-logística e acrescentamos o processo de reestruturação regional:

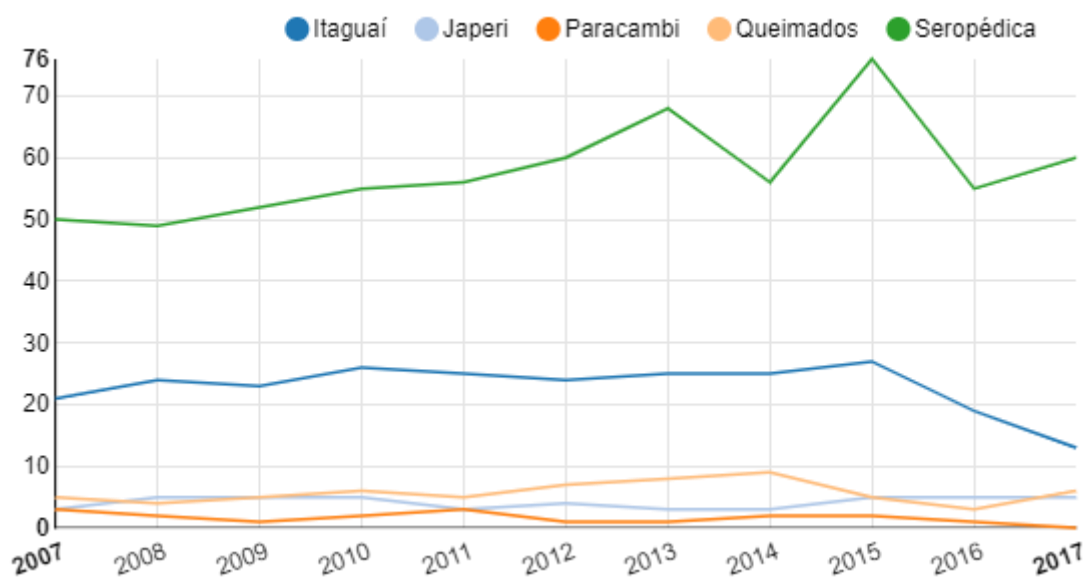
O que aproximou Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Queimados e Japeri foi o trunfo territorial produtivo-logístico. São cidades com histórias diferentes: Itaguaí pertence historicamente ao bloco regional da Costa Verde; Seropédica foi emancipada de Itaguaí apenas em 1995; Paracambi é uma cidade formada pela integração de partes emancipadas dos municípios de Vassouras e Itaguaí, no ano de 1960; por sua vez, Queimados e Japeri possuem histórias mais próximas à Baixada Fluminense strictu sensu, emancipadas de Nova Iguaçu respectivamente em 1990 e 1991. (OLIVEIRA, L., 2020, p. 8)

Em todo o EOM floresceram atividade em condomínios e distritos industriais com a chegada de novos investimentos e de empresas, como poderemos observar nos gráficos 6, 7 e 8. Os gráficos a seguir foram criados a partir do número de empresas instaladas nos municípios. Esses dados não levam em conta o tamanho da empresa e sim sua inscrição como pessoa jurídica. E apesar de não captar o impacto da chegada de uma grande empresa isoladamente, nos ajuda a interpretar uma movimentação global de crescimento ou declínio de um determinado setor econômico.

Analisando o gráfico 6, notamos uma concentração das indústrias extrativistas em Seropédica e Itaguaí, sendo pouco relevante nos demais. Somente em Seropédica houve um crescimento significativo destas atividades – a cidade é sede de inúmeros areais e áreas de extração de brita – e que depois de um crescimento contínuo até 2013, ocorreu um período alternado de queda e crescimento do número de empresas. Em Itaguaí, esses números se apresentam em contínuo descenso pós-2015, inclusive em patamar inferior ao de 2007. Entretanto, não é a indústria extrativista a marca principal do processo de reestruturação regional ocorrida no EOM, mas a indústria de transformação, como ficará expresso no gráfico 7.

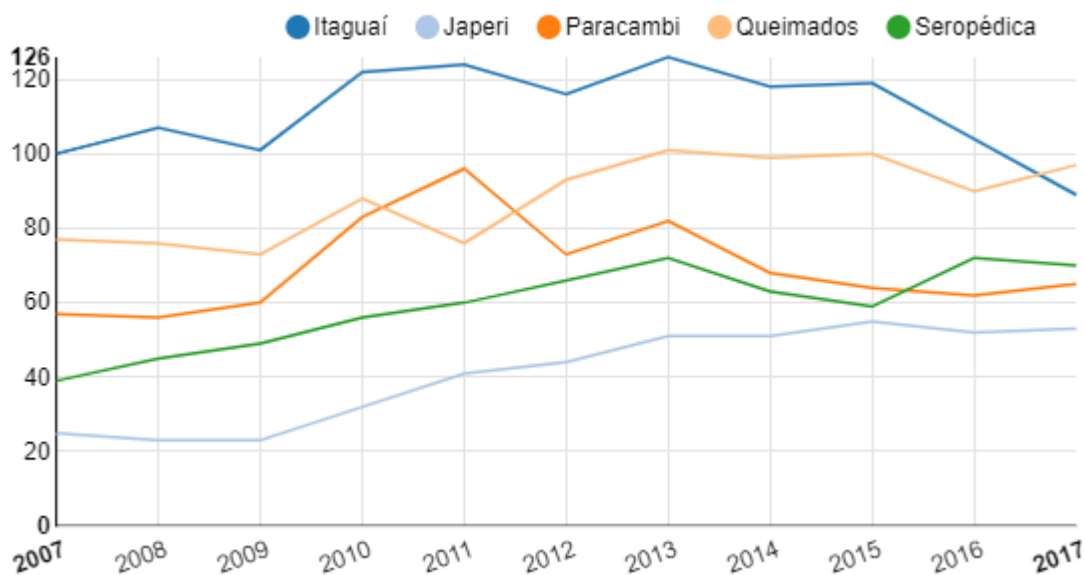
O gráfico 7 demonstra um crescimento significativo de indústrias de transformação em pelo menos algum momento pós-2007 em todo EOM. A dotação de zonas, condomínios e distritos industriais foram cruciais para ordenar e atrair esses investimentos. No caso específico de Paracambi, Queimados e Japeri houve ainda o benefício da Lei Estadual nº 5636/2010 que reduziu o ICMS de 19% para 2%, atraindo investimentos, em especial, para Japeri e Queimados, onde notamos um crescimento significativo das atividades após o seu sancionamento.

Gráfico 6 - A evolução histórica das indústrias extrativistas no Extremo Oeste Metropolitano (2007 - 2017)



Fonte: IBGE – Demografia de Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo (Org. Própria)

Gráfico 7 - A evolução histórica das indústrias de transformação no Extremo Oeste Metropolitano (2007 – 2017)

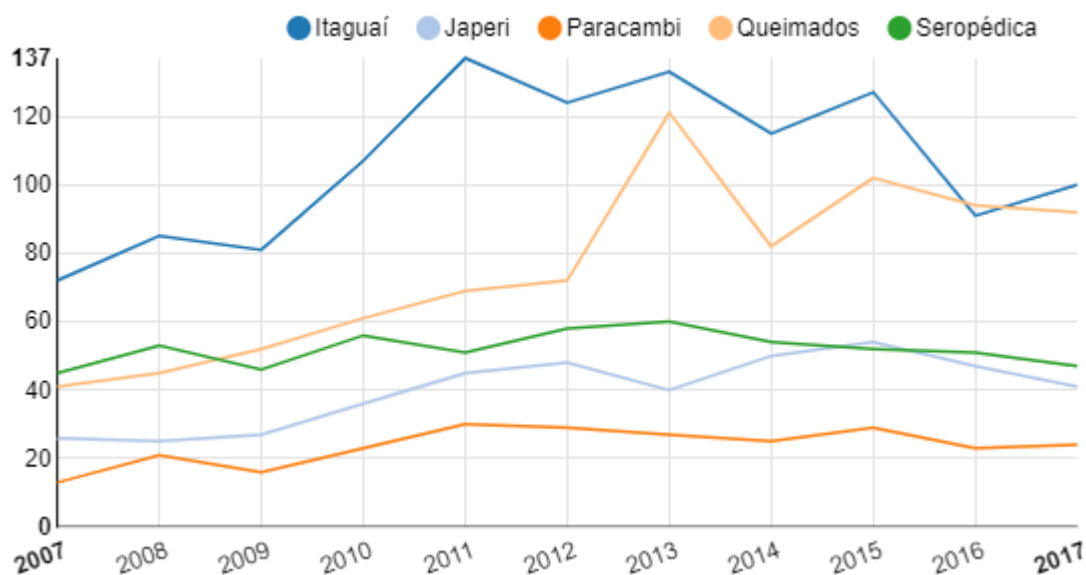


Fonte: IBGE – Demografia de Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo (Org. Própria)

No gráfico 8, o comportamento da indústria da construção civil é de significativo crescimento em Queimados e Itaguaí, ao passo que nas demais cidades não houve um crescimento expressivo do setor. Especificamente em Queimados, avaliamos que o crescimento esteve atrelado a um processo de renovação urbana para atender aos novos investimentos que

chegaram com o retorno das fábricas e da redinamização econômica de seu distrito industrial (MORAIS, 2017).

Gráfico 8 - A evolução histórica das indústrias de construção civil no Extremo Oeste Metropolitano (2007 – 2017)



Fonte: Demografia de Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo (Org. própria)

Embora haja um fenômeno comum em todas as cidades do EOM, é importante salientar as particularidades do processo de cada cidade envolvida. O DIQ é o grande protagonista da retomada do crescimento econômico em Queimados, principalmente em virtude da aprovação de incentivos tributários. É importante ressaltar que as isenções fiscais e tributárias não geram automaticamente uma corrida de empresas para o local. Este é favorecido, sobretudo, pela conjuntura de aquecimento econômico nacional e fluminense, determinante para que tais incentivos tivessem resultados efetivos.

2.3. A gestão de Max Lemos e o empresariamento urbano

A administração municipal de Max Lemos (2009-2016) em Queimados foi emblemática para nossa pesquisa por diversos fatores, pois ele marcou o auge e o apogeu do crescimento econômico e as suas ações a frente do poder público de buscar investimentos para a cidade. Atualmente é deputado estadual pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas eleito pelo Movimento Democrático Brasil (MDB) – foi por este partido teve toda sua trajetória política, tanto de vereador, sendo presidente da Câmara Municipal de Queimados, ou como prefeito de Queimados entre 2009 e 2016. O crescimento econômico possibilitou o surgimento de um discurso de desenvolvimento e de progresso para a cidade, e que por meio da ação do poder local os negócios se instalariam no município, gerando emprego e renda para a sua população. Quão maior fosse o esforço para tornar a cidade um ambiente favorável aos negócios,

quão maior seria o desenvolvimento de Queimados. Em seu *website* oficial como deputado, o crescimento econômico ocorrido na cidade ocupa papel de destaque em sua biografia, como podemos notar no trecho a seguir:

A história da cidade está definitivamente associada às transformações empreendidas por Max e seu grupo político. Os números são fartos e atestam a mudança de patamar socioeconômico do município: 34 novas indústrias, 3 mil novos empregos e investimentos privados de R\$ 1,1 bilhão, além de R\$ 750 milhões em obras dos governos do Estado e da União. Nunca a cidade havia assistido a algo parecido. A receita orçamentária mais do que dobrou, passando dos R\$ 300 milhões. A arrecadação de ICMS também disparou e o ISS triplicou. (WEBSITE OFICIAL MAX LEMOS, 2020)

A pujança econômica da cidade é apontada como fruto de uma estratégia política e, conseqüentemente, de sua competência ao se responsabilizar por algo extremamente novo e sem comparação na história da cidade. A chegada das chaminés trouxe empregos, investimentos, obras e aumento da arrecadação municipal. É uma peça de *marketing* político contada através de uma mitificação do desenvolvimento queimadense durante o seu governo, ocultando os aspectos conjunturais.

Escolhemos algumas declarações em veículos de imprensa, entrevistas a canais de televisão e postagens em redes sociais do ex-prefeito Max Lemos para captar sua visão sobre o papel das indústrias para o desenvolvimento municipal. Entendemos que a visão de Lemos é importante, até porque foi reeleito em 2012 com mais de 93,10% dos votos válidos, segundo o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, o que demonstra a ampla aceitação popular desse projeto político-econômico, que tem no poder local sua faceta mais visível para a população.

Na abertura da Expo Queimados 2013, uma feira de exposição que ocorre em meio ao auge do crescimento industrial do município, Max Lemos dá uma entrevista ao portal TVPrefeito.com em que agradece ao poder executivo estadual e explica a importância dessa articulação, e da chegada dos negócios à cidade para “aquecimento o desenvolvimento”:

A parceria que a gente tem com o Sérgio Cabral e com o Pezão é maravilhosa. O Júlio Bueno, nosso secretário do estado de e desenvolvimento econômico, um parceiro, pronto para receber desde o empresário com pequeno investimento, ao médio, ao grande investimento. Isso que é importante, é isso que fomenta a economia. A minha expectativa que esse momento impulse mais ainda a economia. É isso que eu penso, uma fábrica vai trazendo outra, um investimento vai trazendo outro investimento e a roda da economia vai girando. Na medida em que a gente emprega lá no distrito industrial uma pessoa, ele consome no comércio da cidade e isso gera mais um emprego [...] Minha expectativa agora é o aquecimento do nosso comércio, que já tá acontecendo, e por isso as grandes lojas chegaram. Se você imaginar que Queimados não tinha até outro dia uma Leader, Grippon, Lojas Americanas, Casa & Vídeo, e tudo veio na minha gestão. É porque existe poder de compra e o poder compra foi gerado pelo aquecimento do desenvolvimento que temos aqui (LEMOS, 2013).

Nessa fala é nítida a visão de que a indústria é o cerne de um círculo virtuoso, capaz de atrair mais investimentos e desenvolver a municipalidade. A visão de Max expressa nessa entrevista é de que o desenvolvimento é possível partir de muita articulação política e com os empresários que buscam um bom ambiente de negócios. Queimados viveria um momento ímpar em sua história, pois essas ações teriam possibilitado a chegada de empreendimentos que só vieram devido ao aumento do poder de compra da população; ou seja, “o desenvolvimento traria mais desenvolvimento”.

Em 2015, em entrevista ao programa televisivo Jogos de Poder da CNT, os entrevistadores buscaram saber como Max Lemos conseguiu tornar Queimados expressão de crescimento e “desenvolvimento” econômico. A resposta privilegiou como fatores explicativos cinco elementos: [i] as articulações com o executivo e legislativo estadual; [ii] a infraestrutura já existente no DIQ; [iii] a proximidade da cidade do Rio de Janeiro (45km); [iv] a proximidade com a via Dutra; e, [v] os incentivos fiscais de ordem estadual e municipal. No momento em que apresentava as vantagens para implementação de negócios na cidade, o gestor pareceu apresentar o portfólio de um produto a ser vendido. Sabendo das dificuldades em que a cidade e seu distrito industrial se encontravam antes da chegada de Lemos ao poder, em sua visão, a ação da prefeitura de buscar empresários para investir na cidade. Selecionamos um trecho em que fica aparente a crise no DIQ e a mudança, na visão de Lemos, de postura de sua gestão em relação a busca por negócios:

Esse distrito industrial que existe há mais de 30 anos, você tinha um distrito, que já teve no passado vinte e tantas fábricas, marcas fortes, marcas internacionais, eu recebi a cidade com 7 fábricas apenas, sendo que duas já estavam indo embora. [...] Então nós topamos o desafio de governar a cidade lá de dentro [do distrito]. O ponto nosso de partida todos os dias, de saída, sempre foi o distrito industrial (LEMOS, 2015).

O ponto de partida de uma gestão ser o distrito industrial é emblemático de uma certa concepção de cidade, numa concepção que é focada no desenvolvimento econômico por meio da atração de empresas para dinamizarem a economia local. A gestão de Lemos se assemelha ao que David Harvey refletiu sobre uma reorientação da política urbana, migrando de uma abordagem *administrativa* para uma abordagem *empreendedora*, em que havia um maior envolvimento dos governos locais nas atividades de desenvolvimento econômico (HARVEY, 2006, [2001] p. 167). Em que pese uma substantiva diferença nas estruturas administrativas e político-territoriais entre os países analisados por Harvey e o Brasil, na falta de um protagonismo do governo federal em uma política clara de desenvolvimento econômico urbano, coube aos governos locais uma ação na busca de investimentos produtivos em seus territórios. Esse cenário desencadeou uma competição acirrada entre as cidades em busca de receber esses investimentos, operando melhorias no território para atrair empresas, mesmo em detrimento da oferta de bem-estar a sua população (HARVEY, 2006 [2001], p. 182). Como atestado de que essa não é uma questão circunscrita aos países desenvolvidos, Milton Santos e Maria Laura Silveira também nos alertaram sobre a “guerra dos lugares” (SANTOS, 1996), pois “no período da globalização, a velocidade com que os pedaços do território são valorizados e desvalorizados, determinando mudanças de usos, é temerária” (SANTOS e SILVEIRA, 2008 [2001], p. 112). Vemos que o acirramento da disputa das cidades globalmente ou em um menos país ou estado, leva a um projeto de transformar a cidade dócil para os negócios.

A cidade para os negócios necessita de um novo arranjo político, de uma aliança entre os agentes sociais que constroem e disputam o espaço para formar estratégias comuns e intervenções orientadas do poder público, como fica expresso na passagem a seguir:

O poder real de organização da vida urbana muitas vezes está em outra parte, ou, pelo menos, numa coalização de forças mais ampla, em que o governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador e coordenador. O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais. (HARVEY, 2006 [2001], p. 171)

A página de *Facebook* Max Lemos¹³, utilizada sua para divulgar sua atuação política, é um registro de algumas de suas ações enquanto prefeito e por isso, buscamos postagens com as seguintes palavras-chave: “emprego”, “desenvolvimento”, “crescimento”, “empresa” e “indústria”. Selecionamos apenas as postagens anteriores à 1.º de janeiro de 2017, período em que ainda era prefeito de Queimados. Identificamos dois perfis de postagens que coadunam exatamente com a declaração dada na Expo Queimados 2013: um padrão de postagens onde o prefeito participa de articulações políticas e reuniões com poderes competentes para planejar o desenvolvimento econômico e outra em que ele participa da inauguração ou obras de instalação de diversos estabelecimentos, como fábricas, farmácias, restaurantes *fast food*, comércio varejista e diversos outros estabelecimentos, sempre apontando-os como elementos de desenvolvimento, geração de emprego e renda na cidade. Selecionamos apenas uma postagem, de 28 de outubro de 2016, sobre a inauguração de um Apart-Hotel em Queimados:

APART-HOTEL: SINÔNIMO DE MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO - Fiquei literalmente impressionado com a beleza e funcionalidade do "Premier Flat", o primeiro Apart-hotel de Queimados, que inauguramos agora há pouco. Não perde em nada para nenhum empreendimento deste tipo no Brasil. Representa para a nossa cidade uma quebra de paradigma em investimento e desenvolvimento. Além de gerar 100 empregos diretos para a nossa população, o estabelecimento vem para suprir uma demanda que tínhamos de ter um local para receber os empresários que veem em nosso município segurança para aplicar seus investimentos. Ficou muito bacana: o espaço conta com 156 unidades hoteleiras e equipamentos como academia, SPA com hidromassagem e sauna, centro de convenções e restaurante. Queimados não vai parar de crescer!!! (LEMOS, 2016).

Entendemos que uma atitude pró-empresarial na gestão municipal sem uma conjuntura nacional e estadual de crescimento e aumento dos investimentos públicos não resultaria em um efeito tão significativo na dinamização da economia. Percebemos que existe um elemento além das atividades das indústrias de transformação que são importantes para compreensão do crescimento queimadense, que é o papel da indústria de construção civil. E como veremos a seguir, esse papel foi impulsionado por um largo investimento público do governo federal.

2.4. O papel da expansão da indústria de construção civil e a formação da máquina de crescimento queimadense

A Baixada Fluminense esteve durante muito tempo associada, majoritariamente, a uma imagem de violência, pobreza e de infraestrutura precária, mas o crescimento econômico vivenciado a partir de meados dos anos 2000 deu força a um outro discurso. Esse outro discurso

¹³ www.facebook.com/maxlemosoficial acessado em 06/05/2019

visava salientar uma “nova” Baixada, em que os elementos negativos se tornassem minimizados e que se celebrasse o surgimento de novos empreendimentos, o crescimento imobiliário com requalificação urbana, a pujança de seus centros varejistas e os novos serviços disponíveis para a “nova classe média”. O crescimento econômico de Queimados está inserido nesse contexto de uma “nova” Baixada Fluminense, e em nosso entendimento, isso possui bases materiais para sua efetivação no momento de expansão da economia brasileira e fluminense entre 2002-2014.

Esse período de bonança na cidade se converteu também em um aumento da renda média do trabalhador e um aumento do número de pessoas ocupadas com salário. A tabela 5 nos mostra que a renda média até o ano de 2015, último ano de crescimento econômico na cidade, nunca esteve abaixo de 2,4 salários-mínimos, tendo em 2012 um pico de 3,1 salários. Esse aumento constante da massa de rendimentos de salário entre 2008 e 2013, significou um contingente maior da população com capacidade de consumo e o aumento do rendimento médio, mesmo que tenha ocorrido oscilações ao longo dos anos, possibilitou um incremento desse consumo.

Tabela 5 – Evolução histórica em Queimados da renda média e das pessoas ocupadas com salário

Ano	Rendimento em salários mínimos	Pessoas ocupadas com salário
2006	2,6	9.402
2007	2,5	9.756
2008	2,5	10.819
2009	2,6	12.584
2010	2,4	13.693
2011	2,4	16.911
2012	3,1	22.478
2013	2,6	23.234
2014	2,4	16.388
2015	2,4	16.577
2016	2,3	15.107
2017	2,3	15.531

Fonte: IBGE Cidades

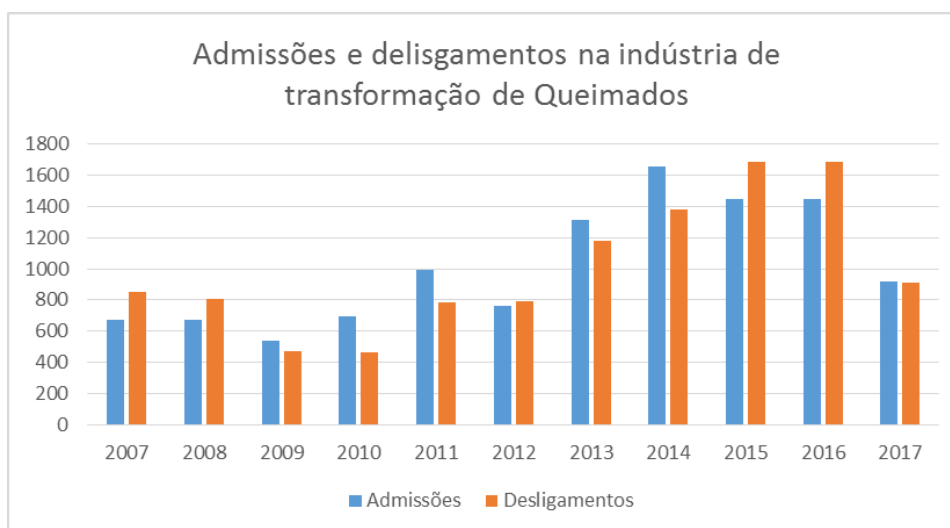
Atraídas por esse mercado consumidor, a cidade recebeu novos investimentos imobiliários e a chegada de novos empreendimentos comerciais e de serviços, como fica evidente na pesquisa de dissertação de Moraes:

Estes novos empreendimentos imobiliários surgem para suprir uma demanda mais qualificada por moradia, a periferia dos loteamentos populares e da autoconstrução assiste à chegada de imóveis residenciais com quartos de empregadas, suítes e três ou quatro quartos, compondo um padrão bem diferente do de grande parte da cidade e definindo novos usos para o espaço urbano periférico. É “o aparecimento de novas [...] centralidades na periferia”, (SPOSITO, 2004, p. 305) uma das características mais fundamentais deste processo em curso de reestruturação urbana. (MORAIS, 2017, p.69)

Podemos observar na tabela 5, que apesar da média de rendimento de salários-mínimos ter se mantido estável na maior parte do período, com ligeira queda entre 2006 e 2010, observamos que a massa de trabalhadores ocupada aumenta de forma significativa, até encontrar o seu auge em 2013. É importantíssimo observar o ano de 2012, em que tiveram 22.478 trabalhadores ocupados e uma média salarial de 3,1 salários-mínimos. Um elemento que deve ser levado em consideração ao analisarmos os ganhos em termos de salários-mínimos, foi que durante as gestões do Partido do Trabalhadores no governo federal (2003-2016) tivemos uma política de valorização. Podemos concluir a partir desses elementos que apesar da proporção em termos de salários-mínimos tenha se mantido estável, com a excepcionalidade do ano de 2012, compreendemos que a massa salarial aumentou significativamente, pois o poder de compra do salário-mínimo elevou-se até 2016.

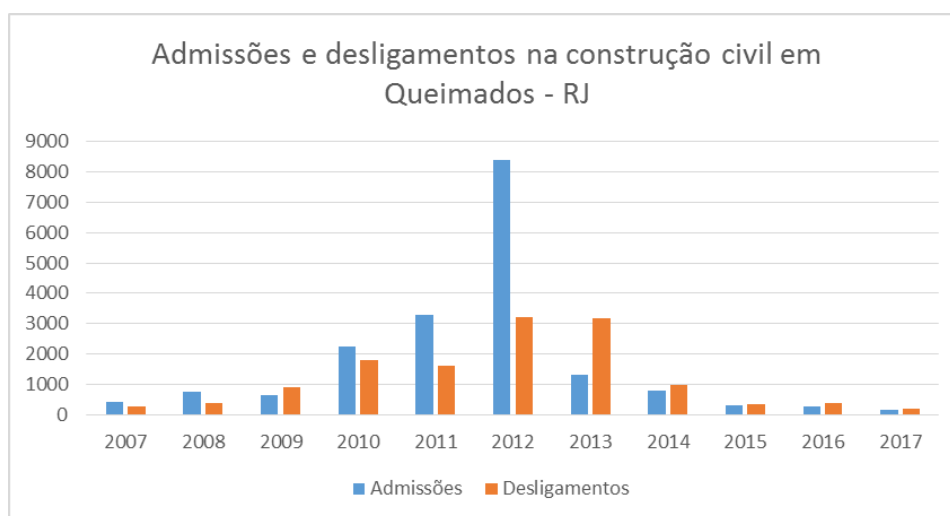
Através de pesquisa por ramo de atividade no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados detalhamos a participação da indústria de transformação e da construção civil nos empregos gerados na cidade entre 2007 e 2017. Quanto ao gráfico 9 podemos notar o aumento das admissões pós-2010, e mesmo com aumento nos desligamentos, gerou-se um saldo positivo de admissões até o ano de 2014. A construção civil, expressa no gráfico 10, gerou saldos positivos de emprego entre 2010 e 2012, sendo este o ano com a maior necessidade de contratação de trabalhadores e influenciou o aumento significativo da renda e da ocupação presentes nos dados na tabela 5. Salientamos que nos anos posteriores não houve demissões na mesma magnitude das admissões de 2012, mostrando que o setor de construção civil manteve um ritmo de atividade econômica que absorveu parte dos trabalhadores contratados em 2012.

Gráfico 9 - Admissões e deligamentos na indústria de transformação (2007-2017)



Fonte: CAGED – MTE (Organização própria)

Gráfico 10 - Admissões e desligamentos na construção civil (2007-2017)



Fonte: CAGED – MTE (Organização própria)

E se fazendo uma comparação entre a indústria de transformação, a propulsora do crescimento local, e a indústria de construção civil, veremos que a capacidade de absorção da construção civil é muito maior, bem como que é inegável seu papel de destaque em Queimados. Agentes imobiliários passam investir na cidade por causa de sua expansão industrial e essa expectativa de atração de um novo perfil da população estimula investimentos, que acabam por alimentar o próprio crescimento econômico e que por sua vez estimula que novos investimentos imobiliários surjam.

Compreendemos que o papel da construção civil no aumento de investimentos e empregos gerados potencializaram o próprio desenvolvimento econômico em curso, apresentando muitas similitudes com a concepção de *máquina de crescimento*. Esse conceito foi criado para pensar uma economia política das práticas especiais no espaço urbano, ao refletir como alianças políticas são orientadas por um consenso em torno do crescimento econômico (MOLOTCH, 1976, p. 310). Para Molotch, cada porção do espaço é cortada por interesses que competem e que podem motivar os proprietários de terra a fazer uma coalizão, em especial para uma competição em uma escala mais elevada; como exemplo, promotores imobiliários podem disputar entre si melhores espaços urbanos para realizarem seus empreendimentos, mas formarem uma aliança para obrigar a prefeitura a tornar as regras para construção mais permissivas (MOLOTCH, 1976, p. 311). Os responsáveis pelo poder local se tornam embaixadores da cidade na busca por investimentos, com os impostos custeando a construção de facilidades para as empresas. Parte do elã ideológico da máquina de crescimento é a geração de empregos, posta como carro-chefe do projeto de desenvolvimento para convencer amplos setores da população da sua necessidade. Em suma, para Molotch, a máquina de crescimento seria essa coalizão e a instrumentalização do poder local para gerar valorização fundiária e a competição pela instalação de investimentos na cidade.

Neil Brenner critica a abordagem excessivamente localista em estudos sobre máquinas de crescimento urbanas, por ignorarem todo entrelaçamento de políticas nacionais e até globais no que ocorre no local, e que apesar dos governos locais possuírem um grande protagonismo para as colocarem em funcionamento, existe outras escalas de coalizão que não devem ser ignoradas. Em grande parte dos estudos, “pressupõem-se a existência de parâmetros político-

econômicos extralocais, uma vez que a análise se concentra principalmente em coalizões intralocais e arranjos institucionais dentro de uma determinada cidade” (Brenner, 2020, p. 253). Para Brenner, os arranjos que permitem a existência de máquina de crescimento dependem de questões nacionais, como regulação do uso do solo, estrutura tributária, política macroeconômica e outras competências do governo federal.

Tanto Molotch quanto Brenner pensam as máquinas de crescimento analisando a experiência estadunidense, com suas particularidades em termos de pacto federativo, a autonomia dos entes de federados, o papel do crescimento urbano para a economia local e, principalmente, para a arrecadação dos governos locais, como fica demonstrado no trecho a seguir:

Embora a dependência estrutural do Estado em relação ao capital para receitas fiscais seja uma característica universal das formações sociais capitalistas (OFFE, 1984), essa dependência é articulada numa forma espacial profundamente localizada dentro do sistema intergovernamental dos EUA devido ao caráter descentralizado das finanças do governo local. Uma vez que o investimento imobiliário constitui uma fonte crucial de receitas fiscais locais, os municípios dos EUA são estruturalmente “pré-programados” para apoiar as estratégias de desenvolvimento da máquina de crescimento da propriedade. (BRENNER, 2020, p. 258)

É possível uma coalização capaz de formar uma máquina de crescimento em uma cidade brasileira como Queimados? Defendemos que é possível fazer algumas aproximações com o conceito e que ele nos ajuda a revelar a atuação dos arranjos políticos entre os atores sociais e do uso da construção civil, da construção de infraestrutura logística, reforma urbana e habitações como forma de alavancar o crescimento econômico municipal. Apesar da observação de Brenner ao afirmar que quando as prefeituras não dependem da venda de títulos imobiliários para arrecadar, torna-se mais difícil ocorrer uma máquina de crescimento (BRENNER, 2020 p. 260). Mas em nossa pesquisa, observamos que não foi a venda de títulos imobiliários que marcaram o surgimento da máquina de crescimento queimadense, mas sim a articulação política para trazer para o território da cidade largo financiamento público para a ação de construtoras.

Max Lemos, na condição de prefeito, foi a expressão de uma aliança pelo desenvolvimento econômico que abarcou não somente o governo ao nível estadual, como também em âmbito federal. O MDB, partido de Lemos, era a base do governo de Dilma Rousseff, tendo também apoiado a reeleição de Sérgio Cabral. Parte de investimento federais em Queimados é fruto de coalizões e convênios que articularam as três esferas de poder – municipal, estadual e federal – e que foram importantíssimas para impulsionar a bonança econômica. Ademais, houve tanto um maior dinamismo econômico, quanto um maior investimento em obras públicas, com os aportes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Foram injetados bilhões de reais na economia fluminense e parte desses recursos foram aplicados diretamente em Queimados ou na Baixada Fluminense, também impactando indiretamente a cidade.

O PAC foi iniciado em 2007 e segundo a página do próprio programa: “promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável” (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, s/d). Selecionamos a partir do último relatório disponível no site do PAC, o 7.º balanço 2015-2018, as obras que afetavam

apenas o município de Queimados para termos uma melhor compreensão sobre os investimentos concentrados no município.

Tabela 6 - Obras do PAC em Queimados-RJ propostas pelo município de Queimados

Empreendimento	Investimento (x R\$ 1000)
Urbanização Parque Eldorado II	3.271,74
Urbanização do Bairro Eldorado - Etapa 3	37.037,41
Urbanização - Parque Eldorado - Construção de 106 unidades habitacionais, pavimentação e drenagem.	15.124,82
Obras de Contenção de Encostas em Queimados	3.574,80
Elaboração/Revisão de Plano Municipal de Redução de Riscos	102,40
UBS - Queimados - RJ - UBS I (8 unidades)	1.933,33
Centro de Artes e Esportes Unificados - Queimados - RJ - Modelo 3000m ²	2.220,98
Total	63.163,08

Fonte: PAC – 7.º balanço 2015-2018, Cartilha Regional Rio de Janeiro

O valor de aproximadamente 63 milhões investidos pelo Governo Federal nas obras do PAC em Queimados é um valor significativo, considerando que os orçamentos para investimentos das cidades muitas vezes são estrangulados pelo comprometimento com outros gastos. Tivemos na cidade três obras de urbanização no Parque Eldorado, sendo uma delas de construção de um conjunto habitacional com 106 unidades. O PAC é só uma parcela pequena dos investimentos urbanos, mas demonstra que o poder público é um ator importantíssimo nas transformações ocorridas.

O programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) surgiu em março de 2008, por iniciativa do Governo Federal, com o objetivo de financiar um grande projeto de construção de moradias. De acordo com o sítio virtual do projeto, ele ocorreu “em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos, programa vem mudando a vida de milhares de famílias brasileiras. É oportunidade para quem precisa, bem como promove desenvolvimento para o Brasil” (CAIXA ECONOMICA FEDERAL, s/d).

O MCMV teve papel ainda mais central devido a um aporte maior de recursos na cidade e a transformação do espaço urbano de Queimados. Embora o MCMV – Faixa 1 seja destinado para famílias que recebam até R\$ 1.800¹⁴ e não exatamente configurem a reestruturação urbana ocorrida em Queimados defendida por Morais (2017), poderemos ver na tabela 7, uma ordem total de mais de 310 milhões de reais contratadas entre 2009 e 2013 com o contrato para construção de 4.912 unidades de moradia.

Parece-nos claro o papel econômico do programa MCMV, maior até que sua faceta enquanto política de habitação, mas como uma política econômica anticíclica, de estímulo à indústria de construção civil. As elevadas cifras têm enorme impacto para economia municipal,

¹⁴ <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>

principalmente através da contratação de mão de obra na construção civil, geralmente com baixo nível de qualificação profissional, o que possibilita uma maior empregabilidade da população local, fazendo com que parte dessa renda permaneça no município. Vale destacar que a maior parte dos conjuntos residenciais que aparecem na tabela 2 tem como data de contratação os anos de 2012 e 2013, momentos de maior renda e número de pessoas ocupadas na cidade. O número de unidades também é elevado, com a construção de 4.912 unidades: para mensurarmos o impacto habitacional disso, caso morassem em média 3 pessoas por imóvel, teríamos atendidas 14.736 pessoas, o que segundo as projeções do IBGE equivale a quase 10% da população total da cidade. Mesmo Queimados tendo vivido um grande crescimento populacional – assim como as demais cidades do Extremo Oeste Metropolitano –, com o número de habitantes do município saltando de 121.993 em 2010 para estimados 137.662 moradores, em 2018 (OLIVEIRA, L. 2019, p. 348). Da mesma forma, aparentemente, havia [há] outras necessidades urgentes para o município, frente a questões de urbanização de áreas precárias de infraestrutura e regularização fundiárias das ocupações irregulares, mas a garantia de financiamento público para execução dessas obras cumpria um papel fundamentalmente mais econômico que de suprir o déficit habitacional.

Outro elemento importante do MCMV para o mercado imobiliário é possibilitar, pelo menos para os inclusos na faixa 1, que as pessoas que estivessem excluídas do financiamento imobiliário pudessem entrar como consumidoras nesse mercado com a facilitação do Estado. Isso é uma liberação de enorme potencial financeiro que estava inviabilizado por um mercado consumidor deprimido e com baixo acesso à crédito imobiliário.

Tabela 7 - Minha Casa, Minha Vida Faixa 1 em Queimados – RJ

Nome do empreendimento	Unidades	Valor liberado	Data da contratação
ELDORADO III	246	18.449.580	31/10/2012
JARDINS DO OLIMPO - RESIDENCIAL ARTEMIS	96	7.200.000	03/01/2013
JARDINS DO OLIMPO - RESIDENCIAL ATENA	96	7.200.000	03/01/2013
JARDINS DO OLIMPO - RESIDENCIAL CRONOS	128	9.600.000	03/01/2013
JARDINS DO OLIMPO - RESIDENCIAL EROS	224	16.800.000	03/01/2013
JARDINS DO OLIMPO - RESIDENCIAL HERA	144	10.800.000	03/01/2013
JARDINS DO OLIMPO - RESIDENCIAL POSSEIDON	160	12.000.000	03/01/2013
JARDINS DO OLIMPO - RESIDENCIAL ZEUS	192	14.400.000	03/01/2013
PARQUE VALDARIOSA - QUADRA B	500	24.627.025	11/12/2009
PARQUE VALDARIOSA - QUADRA C	500	24.627.023	11/12/2009
PARQUE VALDARIOSA QUADRA A RESIDENCIAL DEPUTADO ULYSSES GUIMARAES	500	24.391.040	11/12/2009
RESIDENCIAL JOSE MARTINS	406	19.963.531	26/05/2010
RESIDENCIAL JOSE METODIO	300	22.500.000	28/12/2012
RESIDENCIAL LAURINDO MOREIRA	300	22.500.000	28/12/2012
RESIDENCIAL ROBERTO COSTA	300	22.500.000	28/12/2012
RESIDENCIAL SEBASTIAO TORRES	300	22.500.000	28/12/2012
RESIDENCIAL SENADOR PAULO DUQUE	220	10.041.311	30/12/2009
Total	4.912	312.599.511	

Fonte: Caixa Econômica Federal – Minha Casa, Minha Vida – Faixa 1 (org. própria)

Para mensurar outros elementos que pudessem indicar o dinamismo do setor de construção civil na cidade, coletamos junto a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Queimados os documentos “Habite-se” emitidos entre os anos de 2009 e 2016. O “Habite-se” é um auto de conclusão de obra, a partir do qual a prefeitura certifica que determinada obra está disponível para uso e em conformidade com o projeto apresentado antes do início das obras. Em Queimados o Habite-se é emitido depois de uma visita de um engenheiro da prefeitura, mas em outras cidades é possível sua emissão a partir do engenheiro responsável pela obra. Essa é uma forma, ainda que com a ciência de determinados limites (atrasos em obras, falhas documentais, postergação da regularização etc.), de mensurar o volume de construções legalizadas e dentro das conformidades legais em Queimados no período do governo Lemos. Devemos ressaltar que obras, principalmente as de maior magnitude levam meses e até mesmo anos para serem concluídas; então, é provável que os momentos de maior dinamismo da construção civil se reflitam nos Habite-se emitidos em anos subsequentes ao início da obra. Foram encontrados nos arquivos da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Queimados a quantidade de Habite-se emitidos por ano: em 2009, 8; em 2010, 8; em 2011, 12; em 2012, 14; em 2013, 14; 2014, 18; 2015, 37 e 2016, 47. Se, por um lado, podemos entender que o número reduzido revela o provável grande número de unidades construídas que não atendem todos os trâmites jurídicos para regularização, também podemos observar que há uma alteração de patamar a partir do ano de 2011, mas ainda encontramos um número modesto de unidades regularizadas e em 2015 e 2016 esse número dispara. Isto nos leva a concluir que antes de 2015 e 2016 já havia um grande dinamismo na indústria de construção civil e esse dinamismo culminou para aqueles números elevados. Obtivemos, ainda, alguns dados relevantes para nossa análise sobre o Habite-se, como o requerente, o total de metros quadrados da obra e o uso de tal empreendimento.

Para analisar as construções de maior impacto, selecionamos apenas aquelas que tinham como área total construída mais de 1.000 m². Esta escolha se deu, pois analisamos que uma parte considerável dos “Habite-se” para construção de vilas ou pequenos imóveis em um mesmo terreno, não ultrapassavam esse patamar.

A dinamização industrial causada pela Lei Estadual nº 5636/2010 trouxe um conjunto de empreendimentos industriais para o DIQ e pelo tamanho das instalações, muitas vezes superiores a 20.000 m², que demandaram de grandes investimentos para a sua construção. A chegada da gigante do ramo alimentício Piraquê e a construção do Premier Flat, pela Zoneng Engenharia Ltda, são marcos de um projeto de crescimento econômico da cidade, e simbolizam essa chegada de novas empresas, atraindo investimentos imobiliários (MORAIS, 2017). Ao observarmos apenas os imóveis da lista acima, com fins exclusivamente residenciais, notamos a construção de 4.148 unidades habitacionais, número próximo ao de unidades ofertadas pelo MCMV, e com o tempo próximo entre a liberação do financiamento e conclusão das obras. O que para nós significa que os investimentos massivos ficaram a cargo do MCMV e das empresas que se instalaram na cidade.

Tabela 8 – Habite-se emitidos para construções de mais 1000 m² (2009-2016)

ANO	REQUERENTE	UNIDA- DES	USO	M²
2009	PETER CLAY JOAQUIM DE FARIAS	1	INDUSTRIAL	1359,42
2011	PACTUAL COMÉRCIO DE DESCARTÁVEIS E LIMPEZA LTDA	1	INDUSTRIAL	3035,35
2011	ARAFER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	46	RESIDENCIAL	3094,88
2011	CASAPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	220	RESIDENCIAL	8954,43
2011	BAIRRO NOVO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS S/A	500	RESIDENCIAL	22779,22
2011	BAIRRO NOVO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS S/A	500	RESIDENCIAL	22779,22
2011	CBI INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	1	INDUSTRIAL	12457,78
2011	BAIRRO NOVO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS S/A	500	RESIDENCIAL	22779,72
2011	ARAFER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	39	RESIDENCIAL	2713,92
2011	ARAFER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	31	RESIDENCIAL	2065,68
2012	ART SUL IND. E COM. DE PRÉ-MOLDADOS DO SUL LTDA	1	INDUSTRIAL	7225,23
2012	ARAFER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	25	RESIDENCIAL	1682
2012	BURN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LDTA	1	INDUSTRIAL	2864,75
2012	PETER CLAY JOAQUIM DE FARIAS	1	INDUSTRIAL	1316,9
2012	LUIZ ROBERTO PEREIRA PINTO	4	COMERCIAL	1589,99
2013	ARAFER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	28	RESIDENCIAL	1883,84
2013	HENAMAR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA	1	INDUSTRIAL	6601,01
2013	ARAFER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	27	RESIDENCIAL	1816,56
2013	WTORRE XXXVI DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA	1	INDUSTRIAL	24531,93
2013	RENATO GALANTE MIRANDA	406	RESIDENCIAL	16586,06
2014	PROLOGIS CCP RIO GUANDU EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS LTDA	1	INDUSTRIAL	32641,56
2014	INVESTIPLAN COMPUTADORES E SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO LTDA	1	INDUSTRIAL	2774,45
2014	V. TRUM CRISTAIS TEMPERADOS LTDA	1	INDUSTRIAL	5318,75
2014	ENAAAX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LDTA	1	INDUSTRIAL	16913
2014	R.B.B.M PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LDTA	1	INDUSTRIAL	64792,34
2014	ARAFER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	44	RESIDENCIAL	2960,32
2014	VENTO SUL ENGENHARIA LTDA	1	INDUSTRIAL	5516,79
2014	ANGELA MARTINELLI DE SORDI	1	INDUSTRIAL	11161,83
2015	SANES BRASIL	1	INDUSTRIAL	15260,58
2015	ARAFER EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS LTDA ME	34	RESIDENCIAL	2287,52
2015	CAVALCANTI CIA LTDA	1	COMERCIAL	2093,23
2015	NJ PARTICIPAÇÕES LTDA	300	RESIDENCIAL	15694,54
2015	NJ PARTICIPAÇÕES LTDA	300	RESIDENCIAL	15694,54
2015	NJ PARTICIPAÇÕES LTDA	300	RESIDENCIAL	15694,54
2016	EUGENIO BELLO CASTINEIRAS	7	COMERCIAL	5856,84
2016	NJ PARTICIPAÇÕES LTDA	300	RESIDENCIAL	15694,6
2016	INDÚSTRIA BRASILEIRA DE COLCHÕES E ESPUMA DE POLIURENATO LTDA	1	INDUSTRIAL	8454,45
2016	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS	248	RESIDENCIAL	13216,54
2016	NJ PARTICIPAÇÕES LTDA	300	RESIDENCIAL	15694,54
2016	PROBELLE COSMÉTICA PROFISSIONAL LTDA	1	INDUSTRIAL	2213,16
2016	ADENIR DE PAULA BRETAS	24	COMERCIAL	1024,99
2016	ZONENG ENGENHARIA LDTA	169	RES/COM.	9086,31
2016	LANKHORST/EURONETE (BRASIL) INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	1	INDUSTRIAL	3645,8
2016	BR LOG QUEIMADOS EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA	1	INDUSTRIAL	22650,92
2016	INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTOS PIRAQUÊ S.A.	1	INDUSTRIAL	37672,12

Fonte: Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente de Queimados-RJ (Org. própria)

A construção de condomínios populares financiados e subsidiados pela Caixa Econômica através do programa “Minha Casa, Minha Vida” afetaram a economia queimadense, pela sua magnitude em relação ao tamanho da cidade, pela mobilização de mão de obra e de recursos. Compreendemos que a indústria de construção civil foi peça fundamental para o crescimento econômico, embora não tenha sido o elemento que dinamizou o espaço econômico da cidade. Esta se deve à chegada de novas indústrias a Queimados, principal fator que concorreu para o crescimento acelerado da economia até o ano de 2015. O aumento da ocupação e renda da população de Queimados em muito se deve pela construção civil, tanto é que tivemos a confluência do período de aumento de empregos e com de grandes admissões na construção civil.

Compreendermos que o crescimento econômico de Queimados pode ser analisado de forma tripartite: primeiro, as condições favoráveis da economia fluminense; segundo a chegada de novas indústrias de transformação e galpões logísticos; e terceiro, pela indústria de construção civil, baseada em forte financiamento público. Analisando ao nível local, considerando como premissa o crescimento da economia fluminense, percebemos que a emersão do Extremo Oeste Metropolitano deriva fundamentalmente da chegada de novas indústrias de transformação e galpões logísticos. Nesse aspecto, a indústria de construção civil foi usada como uma “máquina de crescimento” para ampliar a magnitude desse crescimento. E cabe salientar a observação de Harvey de que o capitalismo é um sistema econômico orientado para o crescimento e que a ausência do mesmo leva o sistema a uma crise (HARVEY, 2008 [1989]). Mesmo que essa formulação seja para o capitalismo de uma forma global, como modo de produção vigente em quase todo o planeta, é podemos pensar que essa lógica se manifeste em todas as escalas.

Portanto, manter Queimados na mídia como uma cidade do desenvolvimento econômico seria não apenas uma forma de *marketing* político, mas a condição para atrair novos investimentos. A gestão de Max Lemos, estrategicamente, organizou um arranjo político com os agentes sociais, políticos e econômicos presentes na cidade para criar um clima favorável aos negócios. Nesse sentido, as articulações nos âmbitos estadual e federal foram de suma importância para trazer investimentos públicos para o município. Como afirmou Brenner, não é possível analisar as máquinas de crescimento sem pensarmos em contextos e arranjos políticos mais amplos que o nível local (BRENNER, 2020). Concluimos assim, que as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, do Programa Minha Casa, Minha Vida, ambos do governo federal, foram cruciais para o crescimento da economia queimadense, além de outros investimentos em cidades da região.

CAPÍTULO III

O DECLÍNIO DO MODELO: O DESENVOLVIMENTO QUEIMADENSE VISTO À CONTRAPELO

As maciças manifestações de junho de 2013 foram, em certa medida, um sinal de que o vigor das transformações propostas pelo “novo desenvolvimentismo” estavam se esgotando e que uma parte da população, inclusive aquela que ascendeu economicamente na última década, manifestava uma insatisfação difusa com o estado das coisas. Ainda que careça de análises mais profundas, decerto, houve ali sinalizações de insatisfação, incompreensão ou mesmo esgotamento de um modelo, tanto político e econômico gestado na Nova República (NOBRE, 2013).

O “novo desenvolvimentismo” enfrentou sua mais profunda crise após a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, e as ações tomadas em seu primeiro mandato desarticularam a frente neodesenvolvimentista (SINGER, 2015). Para Singer um conjunto de medidas desagradou as diferentes frações de classe da burguesia brasileira tais como: redução dos juros, uso intensivo do BNDES, reindustrialização, desonerações tributárias, reforma do setor elétrico, desvalorização do real, controle de capitais e proteção ao produto nacional (SINGER, 2015, pp. 33-35). Tais medidas deveriam agradar o setor produtivo nacional, por sua suposta ação em favor da indústria e do crescimento econômico em confronto com ao setor financeiro, algo que André Singer nomeou de “ensaio desenvolvimentista”.

Em nosso entendimento, a frente neodesenvolvimentista não foi uma aliança policlassista de união nacional com objetivos estratégicos em comum ou uma espécie de revolução democrático burguesa à brasileira, mas uma aliança conjuntural em virtude de condições internas e externas muito particulares. As condições que permitiram a formação conjuntural da frente neodesenvolvimentista estão assentadas em: mudança na conjuntura política da América Latina com rechaço às consequências do neoliberalismo por não renderem os frutos esperados e eleição de governos pós-neoliberais (BORÓN, 1995), o enorme crescimento da economia chinesa, aumentando a demanda e os preços das *commodities* e a conjuntura de retomada do crescimento que possibilitou garantir ganhos aos mais pobres, sem confrontar os interesses dos mais ricos, o que foi denominado de política do “ganha-ganha”.

Estas questões balizarão as reflexões deste capítulo, que tem como objetivo compreender as razões mais gerais para a derrocada do “novo desenvolvimentismo” e as suas consequências para o crescimento econômico de Queimados. O acirramento da crise econômica no Brasil, com a redução dos investimentos, o aumento da desocupação e a baixa eficácia das medidas de estímulo à economia pelo Governo Federal nos mandatos de Dilma Rousseff. A redução dos investimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida e a impossibilidade de reproduzir a máquina de crescimento queimadense, geraram um cenário declínio das atividades econômicas que o fim da gestão de Max Lemos e gestão de seu sucessor, Carlos Vilela, tiveram que administrar. Os antigos mecanismos de buscar vantagens e investimentos para a cidade através de alianças políticas não surtiram o efeito esperado.

O crescimento de Queimados entre 2010 e 2015 não foi capaz de gerar uma massa de empregos de maior remuneração, que fugissem do padrão brasileiro de gerar majoritariamente empregos com rendimentos de até 2 salários mínimos. Analisamos o perfil desses empregos

gerados na cidade, através de dados do Cadastro Geral de Empregado e Desempregados (CAGED), para compreender as limitações do modelo de crescimento no município.

3.1. O fim de um ciclo: derrocada do “novo desenvolvimentismo” e os impactos da crise econômica em Queimados

A economista Laura Carvalho apresenta uma interessante visão do “ensaio desenvolvimentista” de Dilma, denominando de “Agenda FIESP”¹⁵, como um conjunto de iniciativas para atender às demandas do empresariado nacional em busca de maior competitividade no mercado internacional:

essa agenda envolveu a redução de juros, a desvalorização do real, a contenção de gastos e investimento públicos e uma política de desonerações tributárias cada vez mais ampla, além da expansão de crédito do BNDES e o represamento das tarifas de energia (CARVALHO, 2018, p.45).

Há um elemento, requerido historicamente pelo empresariado brasileiro, que envolve o custo da força de trabalho. Mesmo num país tão injusto, isto reverbera constantemente como uma espécie de mantra na grande mídia. Assim, tais manifestações se agravaram devido ao movimento crescente de salários, aumentando o conflito distributivo que era de difícil resolução pelos governos do Partido dos Trabalhadores, sem uma ruptura brusca com as bases do “novo desenvolvimentismo”. Como sabemos, a exploração massiva da mão-de-obra nacional é marca histórica em nossa sociedade, que apresenta duras marcas da escravidão e exploração violenta da força de trabalho (PRADO JR., 1966; SOUZA, 2017)

Assim, o breve segundo governo de Dilma Rousseff foi marcado pelo fim do fôlego curto gerado pelas políticas anticíclicas adotadas pelo governo federal e o impacto da agenda FIESP no orçamento público, com generosas isenções fiscais para o empresariado, que não se reverteu em mais investimentos privados, mas sim aumento das margens de lucro. O efeito da *Agenda FIESP* foi desastroso no âmbito do “equilíbrio fiscal” – uma vez que as desonerações não impactaram o crescimento econômico – e o Estado amargou com o ônus de menores receitas e aumento do déficit público. Visando não aumentar ainda mais o déficit público, o governo reduziu drasticamente os investimentos públicos diretos, que são as despesas não obrigatórias do governo, enfraquecendo as políticas anticíclicas adotadas (CARVALHO, 2018).

A partir de 2011, a desaceleração econômica trouxe à tona um conflito distributivo, onde não era mais possível um regime de *ganha-ganha*, com ganhos elevados para a burguesia nacional e aumento da formalização do emprego, aumento do salário-mínimo e programas sociais para os trabalhadores mais pobres. A inflação do custo dos serviços, deixou de ser compensada pelo câmbio sobre valorizado – causado pela entrada maciça de dólares por causa do superciclo das *commodities* – que permitia o consumo de produtos importados a mais baixo custo (CARVALHO, 2018, pp.123-124).

A ascensão do “novo desenvolvimentismo” coincide com o chamado “*boom* das *commodities*”, no qual o preço de muitas *commodities* foram sobrevalorizados devido ao enorme crescimento da economia chinesa. Com a desaceleração da economia da China, os efeitos foram sentidos no Brasil e ampliaram os problemas internos. Desta maneira, os anos de

¹⁵ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

anteriores, gerando a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (MARTINS, 2016). O governo estadual apresentou dificuldade de pagar servidores da ativa e aposentados em 2016 e 2017, chegando a parcelar e atrasar os salários e benefícios, evidenciando os graves problemas orçamentários. Em outra matéria do portal G1, onde o Governo justificou a situação de atraso dos vencimentos dos servidores e o não pagamento de aposentados que ganhassem mais de 2 mil reais:

“O não cumprimento da obrigação do estado se dá por total escassez de recursos, e não por má vontade. O estado lamenta muito ter adotado essa medida, mas, infelizmente, a escassez de recursos nos impõe essa medida”, disse Leonardo Espíndola, secretário estadual da Casa Civil.

Para o governador em exercício do Rio, Francisco Dornelles, uma das saídas é a renegociação da dívida dos estados com a União.

“Temos que unir todos os estados da federação para que possamos renegociar a dívida com a União. Está sendo cobrado do estado verdadeiro juro de agiota, não podemos continuar pagando juros desse montante”, declarou (G1, 2016).

O estado do Rio de Janeiro teve uma redução nominal de suas receitas de impostos do ano de 2015 para 2016, o que dá revelação a situação de calamidade vivida por servidores públicos estaduais. A redução da massa salarial dos servidores ainda causa impacto direto no consumo no comércio e nos serviços, uma vez que é uma parcela da população que goza de estabilidade no emprego e não sofre com oscilações na renda familiar causada pelo desemprego, tirando assim ainda mais dinheiro de uma economia em dificuldades. Não é desprezível, reforçamos, o impacto do não pagamento de trabalhadores terceirizados e à fornecedores dos quais o governo estadual é cliente, lembrando que o gasto público alimenta o mercado privado, seja através do consumo de seus funcionários ou da contratação direta de produtos e serviços pelo Estado. Leandro Oliveira, ao analisar a geografia do colapso da economia fluminense, aponta convergências ao temos apresentando até aqui:

Mediante as conexões entre os investimentos no estado, cada fragilidade tem rebatimentos diversos, com um verdadeiro efeito em cadeia. Isto se torna muito relevante quando analisamos o Porto de Itaguaí mediante a redução das exportações e a crise no COMPERJ, cuja produção seria escoada por este porto. A redução das atividades relacionadas ao Porto de Itaguaí atingiu diretamente os empreendimentos atraídos por tal base logística. Não há dúvidas: todo o território fluminense passou a viver uma “atmosfera de crise” que atingiu os seus investimentos e, conseqüentemente, se refletiu em suas arrecadações (OLIVEIRA, L., 2018, p. 151)

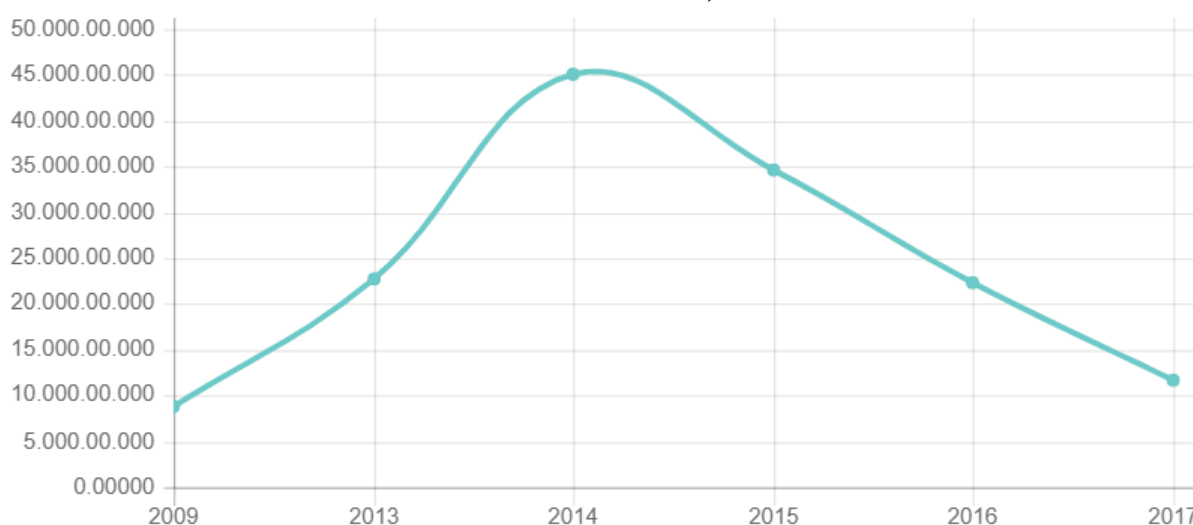
No Extremo Oeste Metropolitano (EOM) não se formou uma “ilha de prosperidade” e seguiu a retração econômica do restante do país. Os investimentos anunciados de forma efusiva por prefeitos não se concretizaram: o Arco Metropolitano segue operando muito abaixo de sua capacidade de tráfego e sofrendo com a ação de grupos criminosos em roubo de cargas [e mesmo de baterias de energia solar que alimentam o posteamento da rodovia!], bem como houve a redução drástica da riqueza produzida pelas atividades industriais, impactando os demais setores. A região do EOM que teve o seu maior período de crescimento durante o Novo Desenvolvimentismo, sendo palco de maciços investimentos como o supracitado Arco Metropolitano, financiamentos para o MCMV, obras do PAC, investimento privados com a chegada de novas fábricas e construção do Porto Sudeste (OLIVEIRA, L. & ROCHA, 2014). O EOM vive seu declínio quando cessam essas políticas e a conjuntura econômica favorável; o

trecho a seguir capta bem o cenário de declínio econômico na região, embora abarque também municípios que não fazem parte dela:

Em cidades como Itaboraí e Itaguaí – símbolos máximos do modelo calcado no novo desenvolvimentismo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro –, como também em Seropédica, Paracambi, Rio Bonito, Queimados e em praticamente todos os demais municípios desta região, permanece ocorrendo o fechamento de lojas, galpões e empresas, a interrupção de obras, o encalhe de espaços para aluguel e o recrudescimento dos negócios imobiliários, o desemprego espalhado e o desalento relativo às esperanças por novas oportunidades. Não se trata tão somente de uma deseconomia de aglomeração, mas do colapso de um modelo que logrou esperanças – ainda que, em grande parte, não concretizadas – e do advento de uma crise cujas soluções para os graves problemas sociais não parecem compor a agenda dos atuais governantes nas mais diversas esferas de poder público (OLIVEIRA, L., 2018, p. 152).

Se uma das bases para o crescimento em Queimados foi a conjuntura favorável nas esferas nacional e estadual, o despontar de uma conjuntura econômica e política adversa também impactaria, obviamente, de maneira negativa a cidade. Os anos de 2016 e 2017 foram anos de redução das atividades econômicas, o que afetou negativamente o orçamento municipal, mingando as despesas com investimentos. Em 2014, o auge dos investimentos feitos pelo município, foram investidos R\$ 45.060.490,00 enquanto em 2017 apenas R\$ 11.691.830,00, o que revela uma mudança profunda no cenário de capitais disponíveis. Com menos condições financeiras de realizar investimentos, menores foram as possibilidades de gastos com moradia, asfaltamento, construção de escolas e creches e outras atribuições da municipalidade que poderiam manter, pelo menos em parte, os estímulos a construção civil.

Gráfico 13 – Despesa de investimentos empenhadas pela prefeitura de Queimados (x R\$ 1.000)



Fonte: IBGE Cidades

Em reportagem de 2017, o presidente da Associação das Empresas do Distrito Industrial de Queimados (ASDINQ) e sócio-proprietário da Multibloco, Marcelo Kaiuca, reclamou da

enorme queda da construção civil no estado, em especial de obras inacabadas da linha 4 do metrô¹⁶ e da duplicação da BR-116¹⁷, que atrapalharam o setor, e como sua empresa que no momento de grandes obras no Rio de Janeiro chegou a ter 90% de capacidade instalada e que naquele momento operava apenas com 50% (COSTA, 2017, p.15). Uma empresa importante para Queimados sentiu fortemente os impactos do desaquecimento econômico estadual, demonstrando a forte relação entre o local e outras escaladas.

Na véspera do aniversário da emancipação municipal, o então prefeito Carlos Vilela escreveu um artigo de opinião exaltando os feitos ocorridos na cidade onde alguns elementos citados nessa pesquisa como as bases do crescimento aparecem como: *“estamos podendo dar continuidade à grande transformação do município que começou com o ex-prefeito Max Lemos”* (VILELA, 2017a). Vilela deixa claro que sua gestão é de continuidade e de exaltação dos feitos de Max Lemos à frente da prefeitura: *“nosso Distrito Industrial, por exemplo, saltou de apenas sete empresas, em 2009, para mais de 40 indústrias”* (Idem). O processo de redinamização do DIQ foi elemento central para que pudesse ter ocorrido o crescimento na cidade, mas foram os investimentos imobiliários que potencializaram o processo: *“nestes 11 meses à frente da cidade, obtivemos novos e significativos avanços. Entregamos 546 habitações populares do Minha Casa, Minha Vida e estão sendo construídas outras 2.240 unidades”* (Idem) – aqui Vilela remonta a tentativa de mostrar que o processo expansivo não ia parar, embora os dados econômicos locais apontassem para outra direção. Os conjuntos habitacionais em vias de conclusão não eram sinônimos de mais investimentos, mas da concretização dos investimentos realizados nos anos dourados do crescimento econômico, em que Queimados era constantemente chamada de “Eldorado” da Baixada Fluminense.

Carlos Vilela foi o sucessor político de Lemos, seu principal cabo eleitoral para a vitória em 2016, e sua gestão seria marcada pelo desafio de buscar meios de manter o crescimento econômico queimadense a partir de um cenário econômico de declínio. Entendemos que a máquina de crescimento não é possível de ser reproduzida em uma conjuntura econômica adversa sem que um ente federativo mais capitalizado como a União ou governo do estado do Rio de Janeiro pudesse realizar grandes investimentos e financiamento para as obras. Esses investimentos públicos até poderiam suavizar os impactos da crise, todavia, os investimentos de privados tendem a cessar em meio às incertezas geradas nos momentos recessivos, onde os capitalistas buscam investimentos com maior liquidez e menores riscos, o que, de toda forma, prejudicaria a economia local. Para a reprodução ao menos parcial da máquina de crescimento Queimadense, a política frente à crise de 2014 por parte do Governo Federal deveria ter sido completamente oposta ao duro ajuste fiscal realizado.

Localizamos na rede social *Facebook* de Vilela uma postagem de 2017 de uma articulação com Max Lemos e dois ministros do governo de Michel Temer, sendo um deles Leonardo Picciani, filho do deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, Jorge Picciani:

Estive em Brasília para reunião com o Ministro dos Transportes, Maurício Quintella Lessa, em que discutimos duas obras de infraestrutura importantes para Queimados: uma nova estrada e um novo viaduto. Em companhia do Ministro dos Esportes, Leonardo Picciani, e do secretário de governo, Max

¹⁶ A linha 4 do metrô do Rio de Janeiro liga a Estação de General Osório na Zona Sul à Estação Jardim Oceânico na Zona Oeste da capital.

¹⁷ A BR-116 é uma rodovia federal que liga o Ceará ao Rio de Grande do Sul.

Lemos, apresentamos ambos os projetos e fizemos a solicitação de recursos para as construções. Esses são investimentos para nossa população. Crise se supera com trabalho. #Desenvolvimento (VILELA, 2017b)

A articulação com seu padrinho político, Max Lemos, buscando a reprodução das práticas políticas que viabilizaram a máquina de crescimento em Queimados aparecem em destaque em suas postagens em rede social. A termo crise já aparece, mas essa poderia ser superada através do “trabalho duro”, que poderia trazer investimentos para a população. Interessante o uso da *hashtag* desenvolvimento, apontando pelo autor da postagem como um palavra-chave que sintetiza a ação, a busca incessante do prefeito em não permitir que o desenvolvimento estacione.

Em outra postagem no *Facebook*, acompanhada de uma foto da reunião, achamos emblemática a tentativa da construção de uma imagem de um prefeito “caçador” de investimentos, que busca superar as dificuldades enfrentadas no município com muita articulação e trabalho:

REUNIÃO NO DNIT - Participei agora, ao lado do Max, de importante reunião com o superintendente do Dnit¹⁸ no Rio de Janeiro, Carlos Antônio Marcos Pascoal. Entre outros assuntos, levamos um projeto extremamente estruturante pra nossa cidade. Trata-se de uma estrada que ligará a Dutra ao Terminal Logístico e Arco Metropolitano. Mesmo em tempo de crise não podemos parar de fazer projetos e irmos à luta em busca de recursos e parcerias. Nosso grupo político tem uma experiência muito positiva em projetos estruturantes. Muitas das nossas realizações ocorreram porque fizemos projetos, nos articulamos. Alguns levaram três, quatro e até cinco anos, mas o importante é que conseguimos realizar!!! #parceria #crescimento (VILELA, 2017c, s/p).

Novamente a figura de Max Lemos aparece, bem como o reconhecimento da crise como uma adversidade a ser superada através de trabalho do gestor. Salientamos o objetivo de conseguir investimentos para infraestrutura para facilitar a integração a rede rodoviária das empresas instaladas na cidade e integração ao Arco Metropolitano.

Por fim, observamos as mesmas práticas de *marketing* político presentes nas redes sociais de Max Lemos de comparecer a inauguração de empresas que se instalaram na cidade. Entre 2017 e 2018 encontramos fotos do prefeito na inauguração de quatro (4) estabelecimentos. O primeiro foi a inauguração de uma loja filial da Tele-Rio, de venda de eletrodomésticos, frisando o dinheiro investido na cidade e os empregos diretos gerados: “na nova unidade foram investidos R\$ 4 milhões e gerados 15 empregos diretos. O trabalho que vem sendo desenvolvido na nossa cidade tem rendido bons frutos, dando ao empresário um ambiente seguro para o investimento” (VILELA, 2017d). O ambiente de negócios gerado pela cidade, fruto de uma gestão competente, é o fator gerador de mais uma frente do desenvolvimento no território. A segunda loja se tratava de um investimento menos pomposo e que não contou com números de empregos gerados e nem o montante do investimento – a inauguração de uma loja de conveniência em um posto *Shell*: “Hoje inauguramos a segunda

¹⁸ Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes: autarquia federal ligada ao ministério da infraestrutura.

etapa do posto Shell na nossa cidade: uma linda e confortável loja de conveniência. A primeira fase foi a área de abastecimento de combustível” (VILELA, 2017e). Interessante observar que em uma cidade de mais de 100 mil habitantes, o prefeito local participa de convêscotes de inauguração de uma simples loja de conveniência; contudo, tal prática é recorrente, tendo Max Lemos aparecido e divulgado a inauguração de uma pequena loja da Casa do Biscoito durante sua gestão, o que revela os limites, a desfaçatez e as contradições do uso do termo desenvolvimento, tratado expressivamente como investimento econômico. Em terceiro, numa postagem intitulada emprego e desenvolvimento, se comemorou a instalação do Supermercado Unidos, que segundo a postagem teria gerado 180 empregos. Em trecho onde afirma: *“quando a cidade está organizada, o empresário investe e quem ganha é a população!”* (VILELA, 2017f), repetindo o padrão das postagens anteriores em que a receita para o desenvolvimento é ação institucional, movimentação empresarial e benefícios para a população. E por fim, numa quarta postagem o prefeito comemorou a chegada de mais um empreendimento – também um supermercado, uma filial da Rede Economia: *“Foi uma honra participar agora há pouco da inauguração de mais um grande mercado que chega ao nosso município: a Rede Economia. Gostaria de agradecer a família Adelino por investir em nossa cidade e gerar quase 200 empregos”* (VILELA, 2018). Nessas quatro postagens, as únicas inaugurações que apareceram nos anos de 2017 e 2018, em todas o ex-prefeito Max Lemos aparece ao lado de Vilela, mas em nenhuma delas se refere a abertura de alguma indústria ou empreendimento ligado a indústria, e sim todas ligadas ao comércio, sendo as três mais relevantes inaugurações de supermercados. Entendemos isso como mais um sinal da crise do setor industrial, já sinalizados na queda do valor bruto adicionado presentes na tabela 1 (p. 50) confirmando a impossibilidade de reproduzir a máquina de crescimento na cidade.

Um outro elemento que aponta para crise do modelo é o crescimento das ocorrências policiais na cidade. Queimados deixou as páginas de economia e passou a ocupar as páginas policiais. Em 2018, o Atlas da Violência, analisando dados de segurança pública de 2016, apontou Queimados como a cidade mais violenta do Brasil, em virtude da mais alta taxa, entre as cidades com mais 100 mil habitantes, de mortes violentas, tendo o impressionante número de 139,9 para cada 100 mil. No Atlas de 2019, Queimados aparece como a 5.^a cidade mais violenta. Se no período de crescimento, as matérias jornalísticas apontavam para a superação do histórico de violência da Baixada Fluminense e focavam na chegada de empresas e geração de empregos, nesse período de declínio a violência voltou às manchetes. Uma cidade que propagandeia o seu próprio crescimento, como estratégia de atrair mais investimentos, ser considerada pela mídia como cidade mais violenta do Brasil não é tão interessante como ser ranqueada como a terceira cidade em desenvolvimento econômico.

Apesar do crescimento econômico, alguns indicadores sociais queimadenses se mantiveram em níveis preocupantes, em dados organizados no Atlas da Violência 2018 apontam indicadores que seriam potencializadores dos índices de violência.

Poderemos perceber ao observar a tabela 9 que todos os indicadores de Queimados são piores que os da média nacional entre as cidades com mais de 100 mil habitantes. O município, apesar de ter uma renda *per capita* mediana de 32.314,25 reais anuais, ficando em 25.^o lugar no *ranking* do estado do Rio de Janeiro, a renda dos munícipes 20% mais pobres atingem apenas 180 reais mensais, algo em torno 2.160 reais anuais, o que revela uma profunda desigualdade em âmbito municipal. São péssimos indicadores, assim como são muito ruins os índices referentes a juventude, que são grande parte dos atingidos pela violência.

Tabela 9 - Miscelânea de indicadores sociais

Indicadores	Média*	Queimados
Renda per capita dos 20% mais pobres	250,14	180
Porcentagem de crianças pobres	16,14%	21,10%
Porcentagem de crianças vulneráveis a pobreza	39,04%	48,50%
Taxa de desocupação 15 a 17 anos	29,12%	41,30%
Taxa de desocupação 18 a 24 anos	15,80%	22%
Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que nem estudam e nem trabalham	9,03%	13%

*Municípios com mais de 100 mil habitantes

Fonte: Dados do IBGE apud Atlas da violência 2018 – Políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros (Organização própria)

Buscamos os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), que coleta e divulga os dados relativos ao tema no estado do Rio de Janeiro, para analisar a escalada da violência no município. Todavia, o ISP não divulga dados municipalizados, e sim por Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). Queimados está localizada no 24º AISP, que agrega também os municípios de Seropédica, Itaguaí, Paracambi e Japeri – portanto, coincidente com a regionalização do Extremo Oeste Metropolitano, que utilizamos nesta pesquisa; assim, entendemos que a análise a partir do AISP auxilia em nossa interpretação, uma vez que os efeitos tanto da violência como dos impactos econômicos são regionalizados, assim como o processo de crescimento também o foi. Apesar de termos muitas ocorrências de violência disponíveis, selecionamos quatro que mais poderiam ter mais impactos nas atividades econômicas: letalidade violenta, roubo de carga, roubo de veículo e morte por intervenção de agentes do Estado. Além de letalidade violenta, por motivos óbvios, escolhemos roubo de carga por indicar uma ação criminosa que tem relação direta com atividade produtiva, o roubo de carro por ser uma mercadoria de alto custo de aquisição e com forte componente simbólico, e por fim, as mortes causadas pela ação repressiva do Estado.

Analisando os dados da tabela 10, podemos perceber que excetuando as mortes causadas por intervenção de agentes do Estado, o ano de 2016 marca um aumento significativo das outras ocorrências. Não por mera coincidência, o ano de 2016, além de ser marcado por retração da economia municipal, também apresentou resultados recessivos na economia fluminense e na nacional. A contrapartida desse aumento dos homicídios e roubos é o aumento da letalidade policial. Se em 2017 tivemos um aumento de mais de 200% de mortes causadas por agentes do Estado, a partir de 2018, com a Intervenção Federal na segurança pública do estado – quando as forças armadas assumiram o comando das forças policiais e o exército foi enviado para as ruas para garantir a “lei e a ordem” –, esse número chegou ao seu pico com 130 pessoas mortas pelo Estado. A resposta em termos da ação do Estado para o crescimento da criminalidade foi o recrudescimento da ação policial.

atmosfera de crise, passaram a entender a periferia metropolitana do Rio de Janeiro como uma genuína zona de reestruturação produtiva para seus negócios (OLIVEIRA, L. 2021). Um exemplo fundamental nos é oferecido por José Cláudio Alves (2019 [2003]): se a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) é um fundamental *linkage* produtivo Rio-São Paulo, é também o corredor de transporte megarregional de cocaína.

Assim, em período muito curto, o modelo de crescimento da economia queimadense entrou em declínio, com as tentativas da municipalidade de reprodução de antigas práticas de empresariamento urbano e de conformar a máquina de crescimento sem sucesso.

3.2. A questão da complexidade produtiva e a miragem do desenvolvimento

O desenvolvimento econômico se insere nos estudos da economia política exatamente por se tratar de conceito envolto em conflitos e disputas. Conforme abordamos no primeiro capítulo dessa pesquisa, o desenvolvimento perpassa pelo aumento da produção de excedente e pela inovação tecnológica (FURTADO 1964, 1974; BARAN 1960 [1957]). Entretanto, conforme o argumento de Bresser-Pereira, o desenvolvimento é obra de um Estado-Nação na competição interestatal e intercapitalista. É necessário, portanto, que nos debruçemos sob a ideia de complexidade produtiva para compreender a crise brasileira e queimadense.

A complexidade produtiva em um país pode ser medida pela ubiquidade e pela diversidade de produtos produzidos em seu território (GALA, 2017). Ubiquidade, neste sentido, se relaciona à facilidade com os quais outros países podem produzir aquele item, portanto, quanto menor a ubiquidade de produtos manufaturados, maiores as possibilidades de um alto investimento tecnológico e uma produção concentrada em poucos países. A partir dessas concepções, César Hidalgo e Ricardo Hausmann elaboraram o *Atlas of Economic Complexity*¹⁹ a partir do uso de *Big Data* e ultraprocessamento de dados, e criaram um índice que varia de -2 a 2, onde -2 é o menos complexo e 2 o mais complexo, com base na pauta exportadora dos países para calcular a sua complexidade econômica (*Idem*). Apesar desse índice se ater apenas à pauta exportadora, podendo gerar distorções sobre produtos produzidos para o mercado interno, essas distorções tendem a serem menores no caso da produção de todo um país e pelo grau de integração e interdependência das economias no mundo, com estímulo à exportação para conquista de mercados e obtenção de moeda forte. Existe uma tendência à concentração de determinados setores em alguns territórios, pois “as economias de escala e retornos crescentes geram forças centrípetas em relação aos polos já existentes, enquanto os custos de transporte, do trabalho e de ocupação geram forças centrífugas” (GALA, 2017, p. 28). Acrescentaríamos que a política econômica e industrial de cada país age como elemento para alinhar as tendências centrípetas e centrífugas apontadas por Gala, sendo imprescindível pensar em escala nacional:

Além de ser espaço de acumulação sob condições institucionais dadas, a escala nacional é historicamente fixada e politicamente criada e legitimada, ao resguardar, amparar e abrigar agentes “territorializados”/localizados que são submetidos a normas, regras e parâmetros que estabelecem um contraponto

¹⁹ <https://atlas.cid.harvard.edu/> acessado em: 10/01/2021

(também espacial), uma dualização entre os agentes e os interesses locais *versus* “os externos” (BRANDÃO, 2012 [2007], p.188).

A escala nacional é a escala por excelência para compreender a dinâmica do desenvolvimento econômico, obviamente, sem alienar os alcances da escola global, da inserção desse território na divisão internacional do trabalho e de como os fluxos e redes globais a ele se ligam. Compreender a diferenciação entre países “desenvolvidos” e “não desenvolvidos” é possível por meio da compreensão da sofisticação e complexidade produtiva, em sistemas nacionais de produção integrados, afinal, “países ricos e desenvolvidos os países capazes de produzir e vender no mercado mundial bens complexos e sofisticados”, enquanto os países pobres são “aqueles capazes de produzir e vender aquelas coisas simples e rudimentares” (GALA, 2017, p. 41). Ainda que demasiado categórica e taxonômica, tal separação demonstra que a capacidade de inovação tecnológica aplicada a produção de uma capacidade superior de produzir excedente tem profundas raízes na arena da economia política e nas tensões interestatais e intercapitalistas.

A indústria possui uma centralidade para pensarmos os termos da complexidade econômica dos países, pois:

Entre todos os subsetores produtivos, o setor industrial também se destaca por ser o que mais exerce efeitos de encadeamento para frente e para trás nas cadeias de produtivas dos outros subsetores e em seu próprio subsetor. Pois a indústria de transformação demanda insumos e oferta produtos de e para todos os demais setores da economia, e os elos de ligação entre os setores produtivos intraindústria são mais densos. Movimentos de expansão ou contração no setor manufatureiro afetam mais o conjunto da economia do que movimentos que ocorrem fora desse setor (GALA, 2017, p.37).

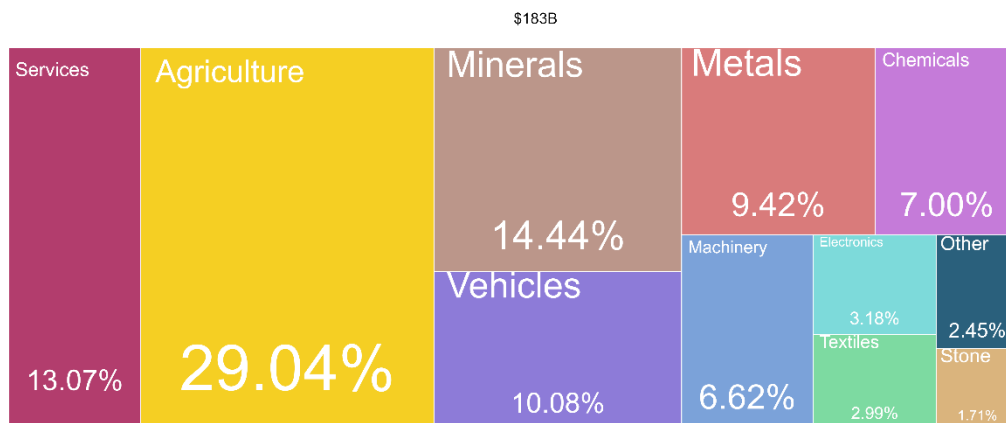
A indústria pode levar ao desenvolvimento de um setor de serviços associado a um grau de conhecimento mais especializado e que potencialmente seja capaz de pagar melhores salários. Dentro dos serviços, existem os setores ligados a manufatura e ao setor financeiro que são considerados serviços sofisticados. No Brasil, no período de maior expansão econômica tivemos uma retração do setor industrial e um crescimento dos empregos em serviços não sofisticados:

Até 2007, a indústria brasileira conseguiu acompanhar o *boom* de demanda aumentando a produção, ainda na esteira da desvalorização cambial de 2002. A partir da crise de 2008 nossa indústria sucumbiu à concorrência internacional, aos aumentos de custo de produção em reais (principalmente salários) e à forte apreciação do câmbio nominal e real. Depois de 2008 toda expansão do PIB foi baseada em serviços não sofisticados e na construção civil, num quadro típico de doença holandesa²⁰ (*Ibidem*, p. 100).

²⁰ Doença holandesa é nome que os economistas deram para enorme volume de receita derivada da exportação de produtos primários e que apreciam o câmbio com a entrada de moeda forte e prejudica o setor manufatureiro. Esse nome é derivado da experiência holandesa após a descoberta de reservas de gás natural na década de 1960. (GALA, 2017; BRESSER-PEREIRA e MARCONI, 2008)

No *site Atlas of Economic Complexity*, encontramos os percentuais de exportação brasileira de 2007 e de 2016, para verificar o fenômeno apresentado por Gala. Salientamos que o setor de agricultura e mineração já tinham um peso muito significativo na pauta de exportação do país, como poderemos observar no gráfico 11. O gráfico 12 já mostra o crescimento do setor agricultura e retração dos setores ligados a indústria. Já salientamos as limitações de avaliar a indústria apenas pelas exportações, entretanto, não é pouca coisa que o avanço do setor primário em nossa pauta de exportações em detrimento do setor secundário em um intervalo de um pouco menos de 10 anos.

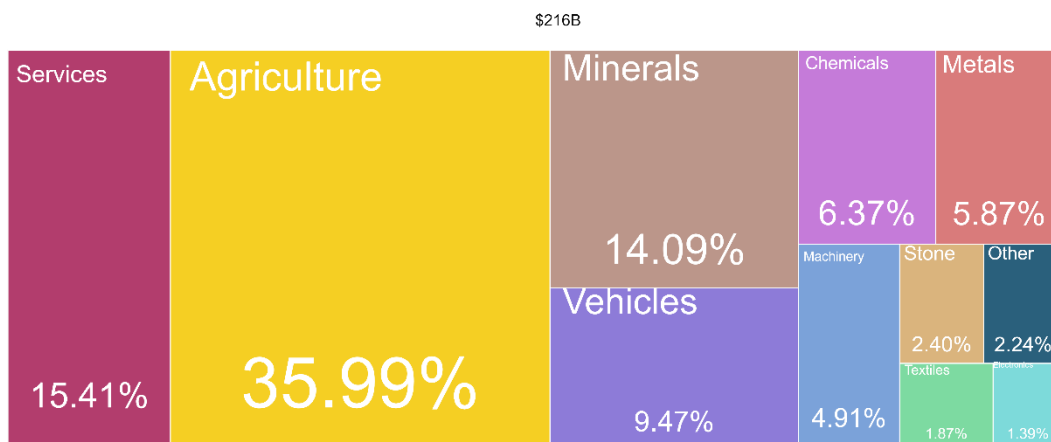
Gráfico 14 – Pauta de exportação do Brasil em 2007



FONTE: Atlas of Economic Complexity

O Brasil perdeu posições no ranking de complexidade produtiva elaborado pelo mesmo *site*, o que significa que tivemos um impacto direto nos postos de trabalho criados no país. De acordo com Gala e Carvalho, tivemos um processo de crescimento econômico não acompanhado do crescimento da produtividade, ou seja, sem incremento tecnológico, como marca do período neodesenvolvimentista.

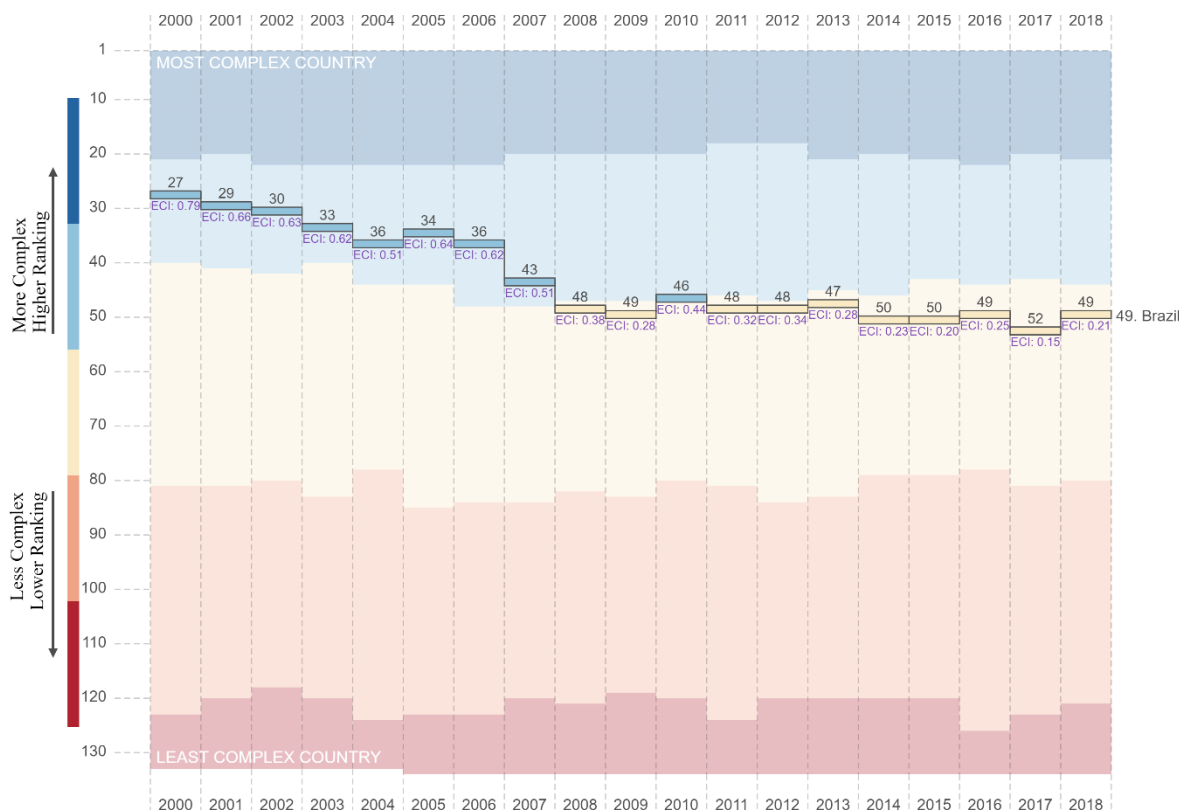
Gráfico 15 – Pauta de exportação do Brasil em 2016



FONTE: Atlas of Economic Complexity

Salientamos que em um país de profundas desigualdades como o Brasil, políticas de valorização e elevação dos salários cumprem função primordial de reduzir as desigualdades e que as reivindicações da classe empresarial do custo elevado da mão de obra e encargos trabalhistas não foi de fato entrave da competitividade da indústria nacional. Todavia, um processo de crescimento com redução da sofisticação produtiva, baseado expansão do consumo historicamente deprimido dos mais pobres, em *commodities* com preços acima de seu padrão histórico e no aquecimento do setor imobiliário, teria um fôlego curto.

Gráfico 16 – Série histórica das posições brasileiras no raking de complexidade econômica

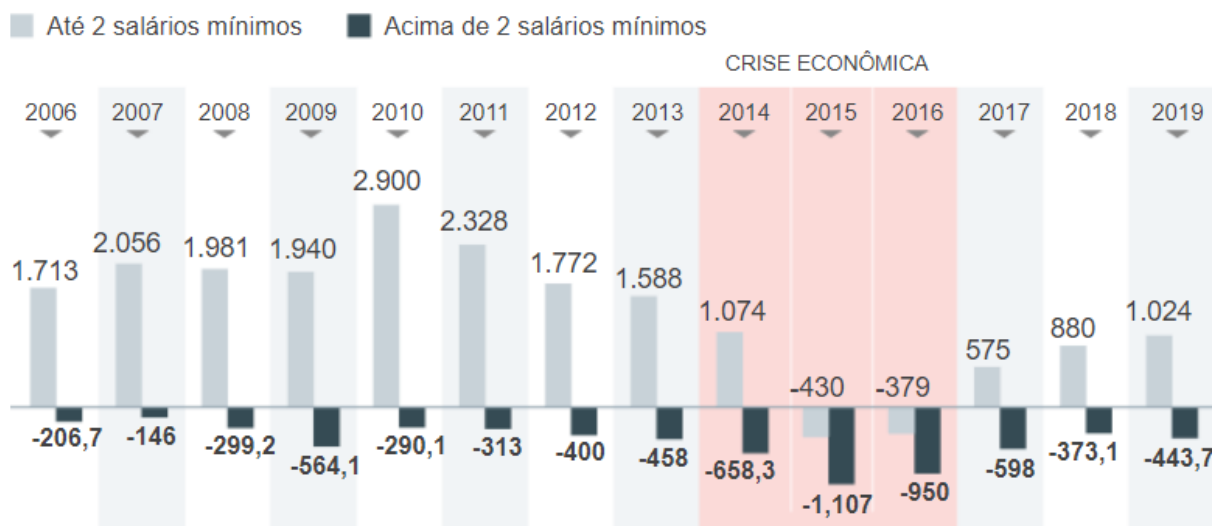


FONTE: Atlas of Economic Complexity

Esse modelo brasileiro de desenvolvimento gerou um processo interessante no mercado de trabalho: o Brasil teve um saldo positivo muito elevado nos empregos até 2 salários mínimos e um saldo negativo de postos de trabalho de mais de 2 salários mínimos. Com base nas discussões sobre complexidade produtiva e importância da indústria, entendemos que os dados apresentados no gráfico 17 confirmam a ideia de que, com menor sofisticação, menores salários são pagos aos trabalhadores. É importante irmos além do discurso individualizante de responsabilidade do trabalhador, pela sua “baixa qualificação”, que comprometeria a produtividade, não adianta formar engenheiros e eles irem trabalhar dirigindo *uber*, pois não há postos de trabalho disponíveis. “A produtividade da economia não está nos indivíduos. É algo sistêmico. Trabalhadores inseridos em setores tecnologicamente sofisticados e complexos serão produtivos em função das características intrínsecas do setor, não dos trabalhadores” (GALA,

2017, p. 42). Ou seja, não vai existir ganho de produtividade só através de uma melhor formação da força de trabalho, mas através do uso mais intensivo de capital.

Gráfico 17– Empregos gerados abaixo e acima de 2 salários mínimos (x 1.000)



No balanço entre vagas criadas e fechadas, o Brasil criou...

19,2
milhões

de vagas com remuneração abaixo de dois salários mínimos (equivalente a R\$ 1.996*)

e eliminou...

6,7
milhões

de vagas que pagam mais de dois salários mínimos

FONTE: CAPETTI, 2020 (Dados CAGED)

O Brasil se tornou menos complexo e eliminou empregos que pagam maiores remunerações. Afinal, *é possível observar os impactos desse processo em uma cidade de forte setor industrial como o caso de Queimados?* O *Atlas of Economic Complexity* não mensura a complexidade de unidades subnacionais, não sendo possível medir o avanço ou o retrocesso de padrões de complexidade produtiva de Queimados através dele. Contudo, pelos dados de exportação da cidade, presentes no gráfico 3 (p. 56), as exportações aumentaram na cidade no período de crescimento – mas pela modesta magnitude dos valores expressos não respondem sozinhas por esse crescimento –, sugerindo que parte considerável dessa produção se destina ao mercado nacional, dependente, portanto, do ritmo de crescimento de nossa economia. A relevância de suscitar o debate de sofisticação produtiva ocorre pela associação de melhores salários à produtividade presente em setores mais complexos. Através de dados do Cadastro Geral de Emprego e Desempregados (CAGED), é possível mensurar os impactos dos empregos gerados por cada setor econômico e comprar o perfil dos empregos gerados no setor industrial e de serviços sofisticados, e o perfil de empregos gerado em outros setores.

Realizamos um levantamento junto ao perfil do município de Queimados no CAGED para observar as 10 ocupações com maiores admissões e as 10 ocupações com maiores rendimentos nos setores de indústria de transformação, construção civil e serviços. Entendemos que 10 ocupações são suficientes para termos um panorama do perfil dos empregos gerados no município, também sendo possível contemplar o perfil do desenvolvimento da economia local. Escolhemos indústria de transformação e construção civil por serem os setores mais dinâmicos do crescimento queimadense e observar se esses setores fogem da tendência nacional de geração de empregos até 2 salários mínimos e destruição dos postos de trabalho acima desse patamar. Já os serviços são importantes para observar se houve o desenvolvimento de empregos com maiores rendimentos alavancados pelo crescimento industrial. Em um exemplo hipotético, caso uma indústria de transformação contratasse diretamente um consultor de segurança no trabalho, ele seria contabilizado como um trabalhador ligado a indústria e não ao setor de serviços, diferentemente do caso de uma indústria que contratasse uma empresa que ofertasse esse serviço e essa empresa contratasse um consultor de segurança do trabalho, nesse caso ele seria contabilizado pelo setor de serviços. Em virtude dessas questões apresentadas em nosso exemplo, preferimos analisar todos os setores que pudessem ter influência da atividade industrial e que também aparecerão ocupações idênticas em diferentes ramos econômicos. Os anos de 2009, 2012 e 2016, foram escolhidos como forma de mensurar as oscilações do mercado de trabalho na cidade, sendo abarcado um ano antes de aprovação da lei estadual nº 5636/2010, um outro ano já com a economia muito dinamizada e por fim o primeiro ano de declínio econômico.

Na tabela 11, observamos que não houve variação significativa de ocupações com altos salários nos três anos analisados. O número de vagas geradas com altos salários foi muito restrito, embora apareçam ocupações com altíssimos salários. O que é possível afirmar quanto ao impacto do crescimento econômico é que no ano de 2012 tivemos mais ocupações pagando acima de 5 salários mínimos. Todavia, o saldo de contratações foi muito baixo, demonstrando que essas funções tiveram um ligeiro crescimento ou se mantiveram em um mesmo patamar.

Tabela 11 – Ocupações com maiores salários na indústria de transformação

2009						
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo	
Gerente de Produção e Operações Aquícolas	R\$ 9.500,00	20,43	1	1	0	
Gerente Comercial	R\$ 6.778,50	14,58	2	2	0	
Gerente de Operações de Serviços de Assistência Técnica	R\$ 6.695,00	14,40	1		1	
Gerente de Produção e Operações	R\$ 6.000,00	12,90	2	1	1	
Engenheiro de Controle de Qualidade	R\$ 4.642,00	9,98	1	1	0	
Supervisor Administrativo	R\$ 4.150,00	8,92	2	3	-1	
Técnico em Segurança no Trabalho	R\$ 3.199,50	6,88	2	1	1	
Mestre de Caldeiraria	R\$ 3.000,00	6,45	1	0	1	
Assistente de Vendas	R\$ 2.713,67	5,84	3	1	2	
Economista Ambiental	R\$ 2.677,00	5,76	1	0	1	
Gerente de Projetos e Serviços de Manutenção	R\$ 2.555,00	5,49	1	0	1	
2012						
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo	
Engenheiro Eletrônico de Manutenção	R\$ 11.000,00	17,68	26	1	0	
Técnico de Garantia da Qualidade	R\$ 10.165,75	16,34	4	5	-1	
Gerente de Produção de Tecnologia da Informação	R\$ 8.800,00	14,15	1	0	1	
Engenheiro Mecânico	R\$ 7.500,00	12,06	1	0	1	
Engenheiro Mecânico Industrial	R\$ 7.000,00	11,25	1	0	1	
Engenheiro Eletricista de Manutenção	R\$ 7.000,00	11,25	1	1	0	
Gerente de Produção e Operações	R\$ 6.728,00	10,82	10	7	3	
Engenheiro de Controle de Qualidade	R\$ 6.053,00	9,73	1	1	0	
Engenheiro Civil	R\$ 5.000,00	8,04	1	0	1	
Secretário Bilíngue	R\$ 4.000,00	6,43	1	0	1	
Técnico de Planejamento de Produção	R\$ 4.000,00	6,43	1	2	-1	
2016						
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo	
Diretor Administrativo	R\$ 23.786,00	27,03	1	0	1	
Gerente de Recursos Humanos	R\$ 8.000,00	9,09	1	0	1	
Engenheiro de Produção	R\$ 7.200,00	8,18	1	1	0	
Engenheiro Eletrônico	R\$ 6.964,00	7,91	1	0	1	
Mestre (Construção Civil)	R\$ 6.362,00	7,23	1	2	-1	
Gerente de Suporte Tec. de Tecnologia da Informação	R\$ 5.815,00	6,61	1	0	1	
Gerente Administrativo	R\$ 5.000,00	5,68	1	1	0	
Supervisor Administrativo	R\$ 4.736,50	5,38	2	6	-4	
Contador	R\$ 4.581,50	5,21	2	0	2	
Operador de Centro de Usinagem de Madeira (Cnc)	R\$ 4.407,00	5,01	1	0	1	
Superv. de Manutenção Elétrica de Alta Tensão Ind.	R\$ 4.217,00	4,79	1	0	1	

Fonte: CAGED (organização própria)

Tabela 12 – Ocupações com maiores admissões na indústria de transformação

2009					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo
Alimentador de Linha de Produção	R\$ 517,58	1,11	48	53	-5
Cortador de Laminados de Madeira	R\$ 696,27	1,49	33	5	28
Costureiro na Confeção em Serie	R\$ 703,35	1,51	31	11	20
Forjador Prensista	R\$ 894,06	1,92	31	48	-17
Moldador, a Mão	R\$ 679,40	1,46	30	9	21
Auxiliar de Escritório, em Geral	R\$ 596,79	1,28	28	35	-7
Colorista Têxtil	R\$ 723,21	1,55	24	11	13
Trabalhador da Elaboração de Pré-fabricados (Concreto Armado)	R\$ 642,08	1,38	24	22	2
Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	R\$ 487,26	1,04	23	19	4
Mecânico de Manutenção de Máquinas, em Geral	R\$ 607,59	1,30	22	21	1
2012					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo
Alimentador de Linha de Produção	R\$ 761,20	1,22	163	91	72
Auxiliar de Escritório, em Geral	R\$ 611,61	0,98	44	28	16
Almoxarife	R\$ 1.123,67	1,80	36	18	18
Costureiro na Confeção em Série	R\$ 637,59	1,02	32	31	1
Forjador Prensista	R\$ 1.017,10	1,63	30	46	-16
Carregador (Armazém)	R\$ 692,71	1,11	28	35	-7
Faxineiro (Desativado em 2010)	R\$ 827,70	1,30	23	11	12
Demonstrador de Mercadorias	R\$ 781,20	1,25	20	12	8
Trabalhador da Elaboração de Pré-Fabricados (Concreto Armado)	R\$ 886,05	1,39	19	19	
Ajudante de Motorista	R\$ 1.041,50	1,67	18	24	-6
2016					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo
Alimentador de Linha de Produção	R\$ 1.075,19	1,22	412	393	19
Faxineiro (Desativado em 2010)	R\$ 1.095,84	1,24	69	46	23
Embalador, a Máquina	R\$ 1.123,30	1,27	40	20	20
Mecânico de Manutenção de Máquinas, em Geral	R\$ 1.847,92	2,09	36	31	5
Ceramista	R\$ 1.141,91	1,29	34	63	-29
Ajudante de Motorista	R\$ 1.041,90	1,18	30	53	-23
Auxiliar de Escritorio, em Geral	R\$ 900,43	1,02	23	69	-46
Operador de Máq. de Fabricação de Doces, Salgados e Massas Alimenticias	R\$ 1.122,00	1,27	20	11	9
Costureiro, a Maquina na Confeccao em Serie	R\$ 1.117,67	1,27	18	9	9
Vigia	R\$ 1.139,82	1,29	17	6	11

Fonte: CAGED (Org. própria)

Na tabela 12 podemos notar que as vagas de emprego que mais admitiram em todos os anos analisados se circunscreveram a vencimentos abaixo de 2 salários mínimos. Interessante observar pelas ocupações que se tratam de trabalhadores de chão de fábrica, em sua maioria diretamente ligados a produção; também é possível afirmar que temos a ocorrência de baixos salários nessas funções que mais admitiram e os saldos de contratação da indústria de transformação são modestos e não têm um pico de admissões em uma função ou em atividades afins. Tudo isto reforça a ideia de diferentes empresas, de diferentes subsetores realizando pequenas contratações para atender ao crescimento da demanda.

Notamos que apenas duas profissões apareceram em todos os anos analisados. Os números dos alimentadores de linha de produção apresentaram saldos positivos em 2012 e 2016 e mantiveram o patamar salarial, com um leve acréscimo de 2009 para 2012. Já os auxiliares de escritório, embora com um aumento nominal de seus salários, em termos relativos viram seus vencimentos se reduzirem em relação ao salário mínimo de 2009 para 2012.

Observando as tabelas 11 e 12, podemos concluir que a indústria de transformação sediada no município de Queimados, considerando-se as ocupações mais contratadas pelas empresas, não paga salários elevados aos seus trabalhadores com funções mais simples, possuindo um impacto direto nos empregos, relativamente modesto (observar o Gráfico 9, p. 74). Existe um abismo entre os maiores vencimentos e a maioria dos trabalhadores da indústria de transformação e aqueles que possuem melhor remuneração pelo seu patamar salarial acabam buscando cidades que ofereçam uma maior rede de serviços e infraestrutura para morar. Em que pese o processo de requalificação urbana em Queimados e a chegada de novas franquias oferecendo novos serviços (MORAIS, 2017), é pouco provável a criação de um condomínio de luxo ou um prédio residencial que uma dezena de profissionais muito bem remunerados possam exercer esse poder de consumo na cidade. Há cidades próximas com maior gama de serviços – a própria capital e a cidade de Nova Iguaçu, por exemplo – bem, como, por outro lado, municípios próximos e relativamente próximos que ofereçam outras qualidades, como a fuga dos grandes centros e do trânsito e os conhecidos índices de problemas sociais.

Na construção civil é notório que o patamar dos salários mais elevados é consideravelmente inferior aos aferidos na indústria de transformação. Se atentarmos aos dados presentes na tabela 13, é possível afirmar que em 2009 havia uma tendência a eliminação dessas ocupações com maiores rendimentos, tendo 6 delas apresentado saldos negativos e apenas 2 saldos positivos entre admissões e desligamentos. O impacto pode ser considerado pequeno, mediante o universo restrito de trabalhadores envolvidos. Já em 2012, há uma movimentação positiva, com saldos positivos para as ocupações, em especial com relação aos técnicos de rede de telecomunicações, gerentes de rede e analistas de recursos humanos, que apresentaram relevante número de admissões. O cenário de construção de novas casas, plantas fabris e condomínios de prédios levava, naquele momento, a uma expansão da rede de telecomunicações na cidade e à necessidade de contratação desses profissionais. Os analistas de recursos humanos ganharam espaço dado ao massivo esforço de contratação de trabalhadores na construção civil. Já em 2016 houve a redução das atividades na construção civil, o que também demandou uma menor necessidade de profissionais especializados, para funções mais técnicas e gerenciais.

A tabela 14 demonstra que em 2009 o setor de construção civil estava ainda pouco aquecido, apresentando um cenário de muitas admissões, mas com ainda mais desligamentos, gerando um saldo negativo em 8 das 10 ocupações analisadas. Em 2012, com a construção civil em alta, são percebidos números robustos de admissões, como os impressionantes 2851

instaladores/reparadores de linha telefônicas contratados ao longo do ano. O setor ligado a telecomunicações aparece novamente com destaque, confirmando a ideia de que a expansão urbana em Queimados gerou maior demanda por esses serviços de telefone e internet. Em 2016, os números apontam novamente para redução das atividades, com números bem inferiores de admissões e com saldo negativo em 8 das 10 ocupações analisadas.

Quanto aos rendimentos das ocupações que mais admitiram funcionários na construção civil, temos um patamar ligeiramente superior aos empregos apresentados na indústria de transformação, mas com a repetição do padrão da esmagadora maioria das admissões se deram com remunerações médias abaixo de 2 salários mínimos em todos os anos analisados, com 6 ocupações em 30 apresentando ganhos superiores. A diferença entre os maiores salários e os salários das ocupações que mais admitiram é menor que o apresentado na indústria de transformação.

Tabela 13 - Ocupações com maiores salários na construção civil

2009					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo
Desenhista Projetista de Construção Civil	R\$ 4.111,00	8,84	1	2	-1
Inspetor de Qualidade	R\$ 2.071,00	4,45	1	1	0
Operador de Motoniveladora	R\$ 1.886,00	4,06	3	3	0
Encarregado de Manutenção de Instrumentos	R\$ 1.542,00	3,32	1	0	1
Técnico de Obras Civis	R\$ 1.456,00	3,13	2	4	-2
Operador de Escavadeira	R\$ 1.370,00	2,95	1	7	-6
Mestre (Construção Civil)	R\$ 1.295,64	2,79	11	19	-8
Operador de Trator de Lâmina	R\$ 1.247,00	2,68	1	1	0
Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	R\$ 1.158,00	2,49	1	0	1
Operador de Compactadora de Solos	R\$ 1.097,00	2,36	1	5	-4
Mestre de Linhas (Ferrovias)	R\$ 1.053,00	2,26	1	12	-11
2012					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo
Gerente de Produção e Operações	R\$ 11.500,00	18,49	1	0	1
Gerente de Recursos Humanos	R\$ 10.000,00	16,08	1	0	1
Gerente de Rede	R\$ 7.990,67	12,85	9	1	8
Engenheiro Civil	R\$ 5.287,00	8,50	1	1	0
Eng. de Segurança do Trabalho	R\$ 5.287,00	8,50	3	2	1
Técnico de Rede (Telecomunicações)	R\$ 4.394,10	7,06	21	8	13
Supervisor de Operação Elétrica	R\$ 3.500,00	5,63	1	1	0
Supervisor Administrativo	R\$ 3.499,75	5,63	4	5	-1
Assistente Social	R\$ 2.719,00	4,37	1	0	1
Analista de Recursos Humanos	R\$ 2.624,33	4,22	6	1	5
Avaliador Físico	R\$ 2.500,00	4,02	1	0	1
2016					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo
Gerente de Produção e Operações da Construção Civil	R\$ 6.000,00	6,82	1	1	0
Gerente Comercial	R\$ 5.500,00	6,25	2	1	1
Técnico de Obras Civis	R\$ 5.280,00	6,00	1	2	-1
Encarregado de Acabamento de Chapas e Metais	R\$ 3.265,00	3,71	3	2	1
Supervisor de Transportes	R\$ 3.000,00	3,41	1	1	0
Mestre (Construção Civil)	R\$ 2.703,83	3,07	6	16	-10
Montador de Estruturas Metálicas	R\$ 2.381,40	2,71	15	11	4
Supervisor de Vendas de Serviços	R\$ 2.275,00	2,59	1	0	1
Técnico Eletricista	R\$ 2.274,25	2,58	4	4	0
Almoxarife	R\$ 2.210,00	2,51	1	0	1
Motorista Operacional de Guincho	R\$ 2.103,00	2,39	4	4	0

Fonte: CAGED (Org. própria)

Tabela 14 - Ocupações com maiores admissões na construção civil

2009					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm	Desl.	Saldo
Servente de Obras	R\$ 634,34	1,36	257	348	-91
Pedreiro	R\$ 880,49	1,89	146	196	-50
Armador de Estrutura de Concreto	R\$ 911,41	1,96	75	60	15
Poceiro (Edificações)	R\$ 690,63	1,49	41	42	-1
Carpinteiro	R\$ 871,57	1,87	28	39	-11
Encanador	R\$ 869,23	1,87	13	32	-19
Motorista de Caminhão	R\$ 1.037,54	2,23	13	23	-10
Mestre (Construção Civil)	R\$ 1.295,64	2,79	11	19	-8
Apontador de Mão-De-Obra	R\$ 832,78	1,79	9	12	-3
Sinaleiro (Ponte-Rolante)	R\$ 609,00	1,31	8	17	-9
Pintor de Obras	R\$ 786,17	1,69	6	5	1
2012					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm	Desl.	Saldo
Instalador-Reparador de Linhas e Aparelhos de Telec.	R\$ 736,38	1,18	2851	933	1918
Emendador de Cabos Elétricos e Telefônicos	R\$ 825,59	1,33	1367	260	1107
Servente de Obras	R\$ 886,78	1,43	518	492	26
Operador de Telemarketing Receptivo	R\$ 750,83	1,21	488	182	306
Técnico de Telecomunicações (Telefonia)	R\$ 1.040,96	1,67	430	131	299
Assistente Administrativo	R\$ 1.044,26	1,68	393	84	309
Instalador-Reparador de Redes e Cabos Telefônicos	R\$ 746,25	1,20	383	113	270
Ligador de Linhas Telefônicas	R\$ 732,90	1,18	336	97	239
Monitor de Teletendimento	R\$ 734,68	1,18	246	69	177
Inspetor de Qualidade	R\$ 1.888,14	3,04	162	44	118
Pedreiro	R\$ 1.223,07	1,97	149	163	-14
2016					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm	Desl.	Saldo
Servente de Obras	R\$ 1.216,82	1,38	78	85	-7
Pedreiro	R\$ 1.701,70	1,93	23	43	-20
Eletricista de Instalações	R\$ 1.597,56	1,82	18	22	-4
Soldador	R\$ 2.068,13	2,35	15	7	8
Montador de Estruturas Metálicas	R\$ 2.381,40	2,71	15	11	4
Pintor de Obras	R\$ 1.637,67	1,86	9	11	-2
Encanador	R\$ 1.544,22	1,75	9	15	-6
Vendedor de Comercio Varejista	R\$ 1.196,44	1,36	9	11	-2
Serralheiro	R\$ 1.225,00	1,39	7	8	-1
Continuo	R\$ 1.359,00	1,54	6	9	-3

Fonte: CAGED (Organização própria)

A tabela 15 aponta algumas questões sobre os impactos da redinamização da economia local e o setor de serviços. Em 2009 apresentava uma base de salários menores que os maiores salários da indústria de transformação e construção civil, além de uma tendência de queda no número no saldo da maior parte das ocupações analisadas. Em 2012, houve uma alteração positiva no padrão das remunerações dos maiores salários, todavia esses maiores rendimentos são valores bem mais modesto aos maiores salários encontrados nos outros setores analisados. O número de admissões foi baixo e encontramos ocupações ligados a diversos setores, como educação, saúde, trabalhos administrativos. Em 2016, encontramos mais funções gerenciais e que podem ser pensadas em função da dinamização da indústria. Note-se que em todos os 3 anos analisados, as admissões e os saldos são baixos, não apontando uma contratação significativa de profissionais com maiores rendimentos.

A tabela 16 não apresenta uma diferença significativa entre os anos analisados, apresentando o padrão de baixas remunerações e maiores admissões no setor de transportes. Entre as ocupações analisadas, não conseguimos observar grande impacto pós-redinamização industrial de 2010 em alguma função que pudéssemos associar a alguma atividade industrial, com a exceção de carregador de armazém, mas que tem o seu crescimento em 2016, depois do desaquecimento e retração do setor industrial, não indicando uma correlação entre a indústria e o aumento dessa ocupação de forma direta. Esses empregos se enquadram perfeitamente no padrão brasileiro de criação de empregos com baixa remuneração durante nosso breve período de crescimento.

Tabela 15 - Ocupações com maiores salários nos serviços

2009					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo
Professor Instrutor de Ensino e Aprendizagem em Serviços	R\$ 2.461,00	5,29	2	2	0
Diretor de Instituição Educacional da Área Privada	R\$ 1.641,00	3,53	1	3	-2
Médico Clínico	R\$ 1.600,00	3,44	1	1	0
Gerente Comercial	R\$ 1.451,50	3,12	2	0	2
Escriturário de Banco	R\$ 1.369,00	2,94	2	1	1
Técnico de Alimentos	R\$ 1.300,00	2,80	1	0	1
Motorista de Ônibus Rodoviário	R\$ 1.253,00	2,69	2	0	2
Operador de Motoniveladora	R\$ 1.253,00	2,69	1	1	0
Técnico em Radiologia e Imagenologia	R\$ 1.252,50	2,69	2	0	2
Encarregado de Manutenção Mecânica de Sistemas Operacionais	R\$ 1.201,33	2,58	3	2	1
Gerente de Loja e Supermercado	R\$ 1.200,00	2,58	1	0	1
2012					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo
Gerente de Operações de Transportes	R\$ 10.500,00	16,88	1	0	1
Supervisor de Vigilantes	R\$ 4.047,00	6,51	1	1	0
Médico Clínico	R\$ 3.934,00	6,32	1	0	1
Biomédico	R\$ 3.914,00	6,29	1	1	0
Professor de Alunos com Deficiência Mental	R\$ 2.925,00	4,70	7	3	4
Psicólogo Educacional	R\$ 2.801,00	4,50	1	0	1
Supervisor de Carga e Descarga	R\$ 2.616,67	4,21	3	8	-5
Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação	R\$ 2.151,00	3,46	1	0	1
Assistente Social	R\$ 2.051,00	3,30	1	0	1
Eletricista de Instalações (Edifícios)	R\$ 2.034,00	3,27	2	3	-1
Técnico de Alimentos	R\$ 2.000,00	3,22	1	0	1
2016					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Admissão	Desligam.	Saldo
Diretor de Serviços de Saúde	R\$ 15.500,00	17,61	2	1	1
Médico Clínico	R\$ 7.000,00	7,95	12	21	-9
Analista de Negócios	R\$ 6.000,00	6,82	1	1	0
Gerente de Produção e Operações da Construção Civil e Obras Públicas	R\$ 4.250,00	4,83	2		2
Cronoanalista	R\$ 3.870,00	4,40	1	1	0
Gerente de Logística (Armazenagem e Distribuição)	R\$ 3.731,00	4,24	2	4	-2
Gerente de Projetos de Tecnologia da Informação	R\$ 3.600,00	4,09	1	1	0
Topógrafo	R\$ 3.500,00	3,98	1		1
Gerente de Recursos Humanos	R\$ 3.444,50	3,91	2	2	0
Gerente Administrativo	R\$ 3.316,00	3,77	5	5	0
Inspetor de Qualidade	R\$ 3.000,00	3,41	1	2	-1

Fonte: CAGED (Org. própria)

Tabela 16 – Ocupações com maiores admissões nos serviços

2009					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo
Ajudante de Motorista	R\$ 508,31	1,09	474	405	69
Alimentador de Linha de Produção	R\$ 507,69	1,09	85	6	79
Motorista de Ônibus Urbano	R\$ 994,33	2,14	76	68	8
Embalador, a Mão	R\$ 490,00	1,05	52	3	49
Auxiliar de Escritório, em Geral	R\$ 592,59	1,27	39	24	15
Professor de Nível Médio no Ensino Fundamental	R\$ 551,11	1,19	18	12	6
Professor de Jovens e Adultos do Ens. Fundamental I	R\$ 449,33	0,97	18	31	-13
Recepcionista, em Geral	R\$ 518,25	1,11	16	9	7
Cozinheiro Geral	R\$ 522,36	1,12	14	23	-9
Faxineiro (Desativado em 2010)	R\$ 485,43	1,04	14	10	4
Operador de Caixa	R\$ 525,77	1,13	13	10	3
2012					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo
Ajudante de Motorista	R\$ 717,95	1,15	406	376	30
Embalador, a Mão	R\$ 638,03	1,03	235	395	-160
Motorista de Ônibus Urbano	R\$ 1.294,50	2,08	110	75	35
Carregador (Armazém)	R\$ 651,44	1,05	103	62	41
Auxiliar de Escritório, em Geral	R\$ 774,50	1,25	40	33	7
Recepcionista, em Geral	R\$ 740,87	1,19	39	25	14
Professor de Nível Médio no Ensino Fundamental	R\$ 773,56	1,24	34	29	5
Vendedor de Comércio Varejista	R\$ 775,93	1,25	29	28	1
Assistente Administrativo	R\$ 771,75	1,24	24	17	7
Faxineiro (Desativado em 2010)	R\$ 670,14	1,08	22	26	-4
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	R\$ 680,23	1,09	22	17	5
2016					
Ocupação	Salário Médio	Rel. SM	Adm.	Desl.	Saldo
Carregador (Armazém)	R\$ 1.111,03	1,26	333	159	174
Ajudante de Motorista	R\$ 1.014,32	1,15	172	103	69
Motorista de Ônibus Urbano	R\$ 1.919,04	2,18	111	123	-12
Faxineiro (Desativado em 2010)	R\$ 995,73	1,13	75	81	-6
Assistente Administrativo	R\$ 1.009,42	1,15	65	53	12
Motorista de Furgão ou Veículo Similar	R\$ 1.168,19	1,33	59	32	27
Auxiliar de Escritório, em Geral	R\$ 1.103,93	1,25	58	55	3
Atendente de Lanchonete	R\$ 907,04	1,03	56	38	18
Servente de Obras	R\$ 1.056,44	1,20	45	82	-37
Vigia	R\$ 991,78	1,13	36	29	7
Mecânico de Manutenção de Máquinas, em Geral	R\$ 549,65	0,62	34	12	22

Fonte: CAGED (Org. própria)

Comparando as tabelas da indústria de transformação com a construção e serviços, podemos observar que as ocupações que mais admiraram trabalhadores têm patamares salariais próximos e segue a tendência brasileira de gerar empregos com até 2 salários mínimos. O cenário nacional está ancorado na ideia do crescimento de setores com baixa produtividade e com menores possibilidades de um crescimento sustentado entre os salários, produtividade e a competitividade das empresas (GALA, 2017). Os ganhos da indústria de transformação só são significativos para uma minúscula fração dos trabalhadores, que atendem a funções gerenciais ou muito especializadas e que demandam alta formação profissional, com muitos anos de estudo. A esmagadora maioria dos trabalhadores da indústria de transformação queimadense recebe proventos modestos de até 2 salários mínimos, o que ocorre em virtude de duas razões: a primeira é a baixa produtividade das empresas instaladas no município, pois são indústrias com menor intensidade de capita, e/ou não acompanham a vanguarda da inovação tecnológica em seus setores, ou ainda, que produzem mercadorias com baixíssimo valor agregador; a segunda razão se vincula ao baixo custo da força de trabalho na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, algo comum nas zonas periféricas de maneira geral. Todavia, entendemos que essa segunda razão deva ser relativizada, pois os demais setores com menor possibilidade de ganho de produtividade como construção civil e serviços não sofisticados deveriam ter salários mais achatados em relação à indústria de transformação, mas o que notamos é um patamar próximo de remuneração.

Mesmo com uma participação significativa da indústria de transformação na economia, não ocorreu o que seria esperado a partir do crescimento do setor industrial, que seria a oferta de melhores remunerações e o desenvolvimento de um setor de serviços ligados à manufatura, que também geram ocupações com melhores rendimentos. Entendemos que a baixa produtividade dos setores industriais localizados na cidade, dentro da lógica concorrencial do capitalismo, dificulta que os trabalhadores sejam mais bem remunerados. Quanto aos serviços sofisticados que não foram identificados em nossa análise aventamos duas explicações para tal: a primeira é que a baixa complexidade e uso menos intenso de capital demanda menos serviços; a segunda é que esses serviços sejam prestados nas sedes de algumas dessas empresas, fora dos limites de Queimados, ou terceirizados para outras empresas localizadas em cidades maiores como Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e até São Paulo. Isto não seria muito diferente das cidades vizinhas que também receberam investimentos industriais, como o caso de empresas de Seropédica que terceirizam serviços para empresas de Nova Iguaçu, por exemplo, e de Itaguaí, para empresas da cidade do Rio de Janeiro. Conforme afirma Leandro Oliveira, parte significativa dos serviços terceirizados não somente da cidade de Queimados, mas de todo o Extremo Oeste Metropolitano, são operados por empresas e trabalhadores oriundos de outras cidades da Baixada Fluminense ou da própria capital (OLIVEIRA, 2020).

Portanto, do ponto de vista da renda disponível e consumida na própria cidade, os empregos industriais não diferem muito dos empregos em outros setores, como serviços e construção civil, tendo a construção civil um facilitador de absorver em algumas ocupações uma força de trabalho com baixíssima escolaridade, por vezes com grande dificuldade de ser inserir no mercado formal de trabalho. E a maior promessa da chegada do desenvolvimento que era a chegada de empregos se realiza apenas parcialmente.

O discurso propagandístico do desenvolvimento equivale a uma miragem no horizonte, onde a cada passo dado em sua direção, a imagem redentora igualmente se distancia. Celso Furtado, ao refletir originalmente sobre a desigualdade entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, lança algumas questões que podemos pensar a inserção de Queimados na metrópole:

[...] o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 1974, pp. 74-75).

É possível que uma cidade se desenvolva independentemente das condições nacionais e regionais nas quais ela se insere? Trazer indústrias para Queimados é o suficiente para que a cidade garanta um crescimento sustentando e que melhore as condições de vida de sua população? Queimados não vai realizar uma microrrevolução industrial *in vitro* através da boa vontade e articulação do prefeito do momento, por mais competente e articulado que ele possa ser. Obviamente, a cidade pode aproveitar melhor ou pior as condições favoráveis da economia ou sofrer menos ou mais em condições de crise a depender das escolhas políticas tomadas, mas o desenvolvimento econômico tem características que envolvem outras escalas e certamente é demasiado mais complexo que o que se faz crer na gestão municipal. Os investimentos fabris não foram capazes de romper com o padrão de criação de empregos com baixos salários no Brasil; parte importante dos empregos prometidos realmente existiram, mas eles não foram tão bons e nem duraram tanto tempo. Os investimentos realmente aconteceram, mas tiveram fôlego curto e não vigoraram sequer por uma década.

O novo desenvolvimentismo não foi capaz de romper com determinadas estruturas e lógicas típicas do neoliberalismo. A reestruturação regional do Extremo Oeste Metropolitano e o relevante crescimento econômico queimadense são oriundos dessas contradições. A miragem do desenvolvimento se constituiu pelo breve período de crescimento econômico baseado em condições internas e externas excepcionais e quando cessaram o modelo tanto brasileiro, quanto queimadense, entraram em um rápido declínio. Há que se pensar acerca do fato de que um projeto desenvolvimentista precisa encarnar o conflito com as forças que se beneficiam do *status quo*, como destaca Brandão:

Como o desenvolvimento não transborda, não entorna, não derrama (em um certo sentido, “não se difunde”), ele precisa ser arrancado, tirado à força, destruindo privilégios. Assim, realizar a gestão de projeto desenvolvimentista significa, em qualquer escala, “mexer com caixas de vespas”, “colocar o dedo nas feridas”, não tampar feridas ou “usar analgésicos”, mas tensionar permanentemente. É distorcer a correlação de forças, importunar

diuturnamente as estruturas e coalizações tradicionais de dominação e reprodução de poder. É exercer em todas as esferas de poder uma pressão tão potente quanto aquela das forças que perenizam o subdesenvolvimento (BRANDÃO, 2012 [2007], p. 201).

Para que o desenvolvimento deixe de ser uma miragem que coloca populações periféricas em marcha para um destino que não os beneficia – a não ser com algumas migalhas –, é necessário construir novas perspectivas através um outro modelo de desenvolvimento, que privilegie verdadeiramente aspectos sociais e se apresente de forma alternativa aos cânones econômicos vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações urbanas da cidade de Queimados e o crescimento e a consolidação do seu distrito industrial, situada às margens da Rodovia Presidente Dutra, possuem uma profunda relação com chegada das chaminés como possibilidade de dias melhores para os seus moradores. Ao longo do último quarto do século XX e o início do presente século o Distrito Industrial de Queimados experimentou períodos de maior dinamização, mas também de esvaziamento.

O distrito foi criado sob a égide do II Plano Nacional de Desenvolvimento e quando as empresas lá instaladas iniciaram operação em 1980, o modelo de desenvolvimento da ditadura civil-militar já encontrava seus limites e já vivendo o prenúncio do que seria o restante da década. A venda de lotes não gerou ocupação completa do Distrito Industrial de Queimados, inclusive ao longo de sua história o pico de ocupação foi se dar apenas depois de 2010. Durante anos de 1990 e 2000, a mídia noticiou algumas vezes decadência e renovação do distrito, sempre baseado na chegada ou na saída de alguma grande empresa ou de um conjunto delas. A municipalidade ofereceu incentivos para atrair investimentos, e apesar de ter obtido resultados, não há comparação possível com o período iniciado a partir de 2010. Antes desse período “virtuoso” o distrito sofria com ares de esvaziamento quando grandes empresas como a Pepsi, a Kaiser e a Coca-Cola encerram suas atividades. A conclusão do viaduto de acesso do distrito à Rodovia Pres. Dutra, em 2008, já marcava um período de retomada, pela melhora da conjuntura econômica no Brasil e no Rio de Janeiro. Em 2010, Lei Estadual nº 5636/2010 reduziu o ICMS de 19% para 2% em diversos municípios e no Distrito Industrial de Queimados, atraindo relevantes investimentos logísticos e fabris.

Entre 2003 e 2015 vigorou um período de inflexão do neoliberalismo, com mandatos no Governo Federal liderados pelo Partido dos Trabalhadores. O “novo desenvolvimentismo” foi como foram chamadas a conjunto de políticas econômico e sociais adotadas por esses governos, entre elas: aumento real do salário mínimo e aumento do poder de compra dos mais pobres, políticas de mitigação da pobreza extrema, aumento dos investimentos públicos e aumento do acesso ao crédito dos trabalhadores mais pobres. Essas políticas econômicas aliadas ao cenário internacional favorável, com dos preços acima dos padrões históricos de *commodities*, puxados pelo dinamismo da economia da China, gerou uma taxa de crescimento superior ao período de vigência do neoliberalismo *strictu sensu* da década de 1990.

A inflexão na política de redução dos investimentos públicos, somado à conjuntura econômica no Brasil e no Rio de Janeiro mais favorável, levaram a transformações profundas na realidade metropolitana fluminense. A segmentação da Baixada Fluminense em uma parte de urbanização mais consolidada e a emergência do Extremo Oeste Metropolitano, uma região logística-fábrica na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, revelam que novas dinâmicas econômicas se realizaram no território fluminense. O EOM recebeu de importantes investimentos públicos, desde a construção do Arco Rodoviário Metropolitano do Rio de Janeiro, um corredor produtivo interligando o antigo Comperj, rebatizado de Polo GasLub Itaboraí, e o Porto de Itaguaí, e investimentos privados, como a série de novas empresas que se estabeleceram na região e a própria construção do Porto Sudeste, que atualmente opera muito abaixo de sua capacidade. As cidades de Queimados, Itaguaí, Japeri, Seropédica e Paracambi passaram a receber mais investimentos e dinamizaram sua economia através de atividades industriais e com a construção de infraestrutura logística.

O cenário crescimento econômico com o aumento dos investimentos fabris significaram uma maior oferta de empregos formais e um estímulo para os investimentos imobiliários, em busca de atender um novo público consumidor. A chegada das indústrias foi o chamariz para a indústria de construção civil potencializar o crescimento. O poder local costurou uma aliança política – algo comum no período – para disputar projetos, recursos e investimentos para Queimados, que conformaram, em nosso esforço de análise, uma máquina de crescimento. Contudo, o seu funcionamento foi possível enquanto existia maciço financiamento público para o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que construiu quase 5 mil unidades no município na Faixa 1 do programa, aqui analisado recortadamente a partir do aumento dos investimentos na indústria de construção civil.

A agenda adotada no primeiro mandato de Dilma, incluía generosas desonerações da folha de pagamento de alguns segmentos da indústria, atendendo o pedido recorrente do empresariado brasileiro que é a redução dos custos com a força de trabalho para supostamente ampliar a competitividade de nossas empresas. O efeito das desonerações não foi o esperado, uma vez que os empresários não ampliaram seus investimentos e aproveitaram da situação para ampliar as margens de lucros durante a crise. Para os governos que seguem uma rígida disciplina fiscal, essas desonerações ampliaram os gastos da União e assim reduziu-se a margem para manter a política do *ganha-ganha*. A redução de ritmo do crescimento da economia chinesa reduziu drasticamente os preços das *commodities* e o Brasil sentiu mais fortemente os impactos da crise. No final de 2014, o Governo Federal opta por um duro ajuste fiscal, derrubando investimentos e gastos discricionários, que ampliou o cenário de crise econômica.

Com a crise econômica e política que levou ao esgotamento do “novo desenvolvimentismo”, simbolizada especialmente a partir do Golpe Jurídico-Parlamentar-Midiático de 2016 que resultou na deposição da então presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, o crescimento queimadense também foi abreviado, entrando em declínio. Apesar do *marketing* político associado à ideia de desenvolvimento econômico, a possibilidade de criar um regime com crescimento sustentado está além dos limites da municipalidade. Por mais alinhados que os prefeitos sejam ao empresariado, os investimentos capazes de gerar crescimento econômico qualificado dependem de uma conjuntura regional e nacional favoráveis, pois os espaços econômicos locais e especialmente os periféricos, são profundamente dependentes de condições abrangentes e visceralmente associados a intervenções mais significativas do poder público de diferentes escalas. Um crescimento aos solavancos gera mudanças limitadas e a melhoria das condições de vida da população são, forçosamente, muito parciais e insuficientes. Isto para não tratar das dores do desenvolvimento – o que extravasaria os recortes metodológico-analíticos do trabalho – que impactam diretamente o meio ambiente, transformando periferias em espaços privilegiados de contaminação e geram as contradições da urbanização capitalista, com aumento da violência e exclusão nas cidades tão segregadas.

O “novo desenvolvimentismo”, apesar de seu caráter focado em uma maior distribuição de renda e redução da pobreza, não foi capaz de iniciar um processo de desenvolvimento calcado em atividades industriais, que gerasse empregos mais bem remunerados e uma cadeia de serviços complexos ligados a indústria. O perfil dos empregos gerados foram empregos de baixa remuneração e ligados a serviços pouco complexos, tornando mais difícil o que Santos (2018 [1979]) classificou como característica da modernização como a capacidade de gerar um crescimento econômico prolongado e autossustentado. Em Queimados, mesmo a forte participação da indústria na economia, gerou ocupações com remunerações modestas, dentro do perfil dos empregos gerados no Brasil em setores menos dinâmicos da economia. Os baixos

salários pagos na indústria queimadense são um indício de baixa produtividade desses segmentos instalados no município, com baixo uso intensivo de capital e investimentos em inovação. A indústria local também não foi capaz de gerar na cidade a instalação de serviços sofisticados como: engenharia, *marketing*, programação, informática, serviços contábeis e jurídicos que pudessem pagar salários mais elevados e reter mais renda circulando na cidade. Se os serviços mais simples são executados nas cidades vizinhas mais encorpadas por densidades empresariais, atividades de grande fôlego instrumental e tecnológico são provavelmente executados em grandes centros, como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Se a cidade de Queimados recebeu significativos aportes industriais, as promessas de desenvolvimento não alteraram os grandes problemas da cidade. As mudanças sentidas se mostraram bem mais breves e suaves que se faria supor ao acompanhar as propagandas massificadas pela Prefeitura Municipal, o que revela a fragilidade do modelo de crescimento econômico, vivenciado por um curto período de bonança na cidade, e a dependência de uma política industrial mais sólida a nível nacional. O desenvolvimento, infelizmente, permanece uma miragem no horizonte queimadense.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª edição. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: IPP, 2013 [1987].

ALVES, José Cláudio de Souza. **Dos barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.

_____. **Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2019 [2003].

BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960 [1957].

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 2ª ed. Rio De Janeiro: Contraponto, 1995 [1988].

BORÓN, Atílio. O pós-neoliberalismo é uma etapa em construção. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012 [2007].

BRASIL. **Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974)**. Brasília, 1971. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74 acessado em 01/10/2019 às 20:30

_____. **Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, 1974. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74 acessado em 04/10/2019 às 8:15.

BRENNER, Neil. Máquinas de crescimento urbano – mas em que escala? In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiróz (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeiro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, pp. 245-274, 2020.

BRUNO, Cássio. O novo Distrito Industrial de Queimados. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, jornais de bairro, pp. 16-17, edição matutina, de 5 de julho de 2005.

BOITO JÚNIOR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **PIMSA Documentos y comunicaciones 2013-2014**, N°15, 2015, pp.209-226.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. **Texto 157 para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**. Dezembro de 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e MARCONI, Nelson. Existe doença holandesa no Brasil? Trabalho apresentado ao **IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**. Versão de 30 de março de 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf> acessado em: 10/01/2021.

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 35, nº 3 (140), pp. 444-460, julho-setembro, 2015

CAPETTI, Pedro. País não cria vagas com ganhos acima de 2 salários mínimos há 14 anos. **O Globo**, dia 25/01/2020 disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pais-nao-cria-vagas-com-ganhos-acima-de-2-salarios-minimos-ha-14-anos-24211895> acessado em: 10/01/2021 às 1:31.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: Do bom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018

CARVALHO, Maicon Sérgio Mota. Bayer e Belford Roxo uma experiência industrial na Baixada Fluminense (1958 -2008). **Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)** – Departamento de História e Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2011.

CASTRO, Antonio Barros de e SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CERQUEIRA, Rodrigo. Baixada Aposta na Indústria: municípios da região querem distritos capazes de atrair investimentos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, Jornais de bairro (Baixada), ed. Matutina, p. 6, de 11 de março de 2001.

CICHOWSKI, Cecília. Falta de investimento atrasa a recuperação do RJ. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, Economia e Finanças, p. 7, edição 93 de 27 e 28 de janeiro de 1991. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_18/10820 acessado em novembro de 2019.

COSTA, Daiane. Derroca Industrial: setor de transformação do Rio recua 21% desde 2012, pior desempenho em três décadas. **Jornal O Globo**, Economia, p.15. Rio de Janeiro: dia 30 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/industria-de-transformacao-do-rio-tem-pior-fase-em-tres-decadas-20841471>

DAMAS, Eduardo Tavares. Distritos industriais da cidade do Rio de Janeiro: gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca. 2008. 143f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – **Universidade Federal Fluminense**, Niterói, 2008.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Decreto Nº 42.919 de 7 de abril de 2011**. Parte I: Poder Executivo. Ano XXXVII nº 65. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 8 de abril de 2011.

DIEESE. Política de valorização do salário mínimo: valor para 2016 é fixado em R\$ 880,00. **Nota técnica 153** de dezembro de 2015, atualizada em janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec153SalarioMinimo2016.pdf> acessado em 15/07/2020.

FIGUEIREDO, Maria Aparecida de. Gênese e reprodução do espaço da Baixada Fluminense. **Revista geo-paisagem (online)** Ano 3, nº 5, Janeiro/Junho de 2004 disponível em <http://www.feth.ggf.br/Baixada.htm> acessado em 10/11/2019 às 10:42

FILHO, Nilson Henrique de Araújo & COSTA, Cláudia Patrícia de Oliveira Costa. **Queimados: imagens de uma cidade em construção**. 1º edição. Queimados: Asasih, 2019

FIORI, José Luís. As trajetórias intelectuais do debate sobre desenvolvimento na América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Antônio (org.) **Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. **Revista Econômica**, v.13, n.3b, p.843–866, Brasília(DF): set/dez 2012. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp843_866.pdf acessado em 20/05/2019 às 11:48

_____. Desenvolvimentismo - A Construção do Conceito. In: BIANCARELLI, A. et ali. **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2014.

FORTES, A.; OLIVEIRA, L. D. de; SOUSA, G. M. de. A COVID-19 na Baixada Fluminense: Colapso e apreensão a partir da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. In: **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, ano IX, n. 18, abril de 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/13591>. Acessado em: 15 de dezembro de 2020.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **O Brasil Pós-Milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FRÓES, Joana. Rosinha inaugura na terça mais uma indústria plástica. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 17, edição 258 de 12 e 13 de agosto de 2006. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_19/84012 acessado em novembro 2019.

GALA, Paulo. **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. 1º ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

GASPAR, Malu. O rei do gado. **Revista Piauí**. Ed. 126. Março de 2017. Edição Virtual. disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-rei-do-gado/> acessado 20/06/2020 às 18:11.

G1. No RJ, maioria dos aposentados e pensionistas fica sem salário. Dia 13 de abril de 2016. **Portal G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/no-rj-maioria-dos-aposentados-e-pensionistas-fica-sem-salario-20-21.html> acessado em: 02/01/2021 às 15:00

GOLDBERG, Simone; CHAGAS, Veruska. Empresas paulistas desmentem esvaziamento do Rio. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Comércio e Indústria, p. 15, Edição 248 de 29 e 30 de julho de 1990. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_18/5863 acessado novembro de 2019.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2013 [1982]

_____. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2008a [1989].

_____. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008b [2005].

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2º edição. São Paulo: Annablume, 2006

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século xx: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1994].

JOGOS DE PODER. Entrevista Max Lemos. Rio de Janeiro: **CNT**, 19 de julho de 2015. Programa de TV com entrevistas com personalidades da política fluminense. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2F7uBj893sg> acessado em 06/05/2019.

JORNAL DO BRASIL. Pepsi investirá US\$ 90 milhões no Rio durante 5 anos. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Negócio & Finanças, p. 38, edição 370 de 15 de abril de 1994. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/114509 acessado em novembro 2019.

_____. O novo endereço da indústria. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Baixada Especial, p. 49, edição 33 de 11 de maio de 1997. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/199872 acessado em novembro de 2019.

_____. Nova Iguaçu inaugura polo industrial com 1º fábrica. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1º caderno, economia, p. 15, edição 185 de 10 de outubro de 1981. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/31466 acessado em novembro de 2019.

JORNAL DO COMMERCIO. Distrito Industrial de Nova Iguaçu com obras antecipadas. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 2º caderno, p. 9, edição 48 de 27 de novembro de 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_16/45306 acessado em novembro de 2019.

_____. A vez de Nova Iguaçu. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1º caderno, Movimento Econômico, p. 2, edição 299 de 28 de setembro de 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_16/59469 acessado em novembro 2019.

_____. Codin desconcentra: dos investimentos de 79, 65% serão fora do Rio. A política industrial atuará como instrumento de planejamento urbano. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Indústria e Energia, p. 7, edição 147 de 28 de março de 1979. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_16/63535 acessado em novembro de 2019.

_____. Dez mil empregos em N. Iguaçu: distrito industrial possibilitará recolhimento de 900 milhões em impostos. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Indústria, p. 6, edição 181 de 13 de maio de 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_17/3270 acessado em novembro de 2019.

_____. “Kaiser” volta ao mercado. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Nacional/Internacional, Jornal Confidencial, p. 5, edição 228 de 8 de julho de 1983. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_17/29743 acessado em novembro de 2019.

_____. Empresa encerra atividades no Rio de Janeiro. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Mercado de Capitais, Empresas & análises, p. 9, edição 210 de 14 de junho de 1984. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_17/38064 Acessado em novembro de 2019.

_____. Gás pode chegar a Nova Iguaçu. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Energia, p. 13, edição 268 de 25 de agosto de 1988. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_17/81761 Acessado novembro de 2019.

_____. Queimados decide ativar polo industrial na Dutra. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Comercio e Indústria, p. 12, edição 207 de 15 de julho de 1993a. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_18/37327 acessado em novembro de 2019.

_____. Falência de TECMAT industrial tecnologia de materiais Ltda. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Caderno de leilões, p. 49, edição 189 de 23 e 24 de maio de 1993b. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_18/36504 acessado em novembro 2019.

_____. Fábrica na Baixada marca a fase da guerra das colas. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, O país, p. 3, edição 86 de 14 e 15 de janeiro de 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_18/66547 acessado em novembro de 2019.

_____. Três galpões, em ponto estratégico. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Leilões, p. 53, edição 362 de 14 e 15 de dezembro de 1997. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_18/95058 acessado em novembro de 2019.

_____. Distrito industrial tem nova iluminação: Queimados tem 17 indústrias. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 17, edição 463 de 11 de dezembro de 1998. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_18/109343 acessado em novembro de 2019.

_____. Viaduto facilitará acesso a fábricas da Via Dutra. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 16, edição 116 de 23 de fevereiro de 2005. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_19/71639 acessado em novembro de 2019.

_____. Quartzolit recebe incentivo fiscal do Estado. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 14, edição 239 de 21 de julho de 2006. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_19/83255 acessado em novembro de 2019.

JORNAL O GLOBO. Distrito perdeu 15 empresas. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, jornais de bairro (Baixada), ed. Matutina, p. 4, de 24 de agosto de 2003.

_____. Rio de Janeiro, Jornais de bairro (Baixada), informe publicitário, p. 16, edição matutina, de 27 de junho de 2009.

LEMOS, Max. **Entrevista ao TVPrefeito.com**. Publicada no canal do *YouTube* em 29 de novembro de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kppZNf_HjPk acessado em 06/05/2019.

_____. APART-HOTEL: SINÔNIMO DE MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO. **Facebook: maxlemosoficial**. 28 de outubro de 2016. Disponível em: www.facebook.com/maxlemosoficial/photos/a.473604159343148/1089808237722734/?type=3&theater acessado em 06/05/2019.

LENCIONI, Sandra. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. Capítulo 9. In: LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

MANSUR, Cristiano. Nebraska transfere sede para Queimados. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Empresas, p. 24, Edição 189 de 21 e 22 de maio de 1995. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_18/58084 acessado em novembro de 2019.

MANTEGA, Guido. Acumulação de capital, crise e capital estrangeiro. In: MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1980

MARINGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha. **Desafios do desenvolvimento**. Ano 9. Edição 72. IPEA, 2012.

_____. A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. **Desafios do Desenvolvimento**. Ano 13. Edição 88. IPEA, 2016.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital. 1ª edição revista. São Paulo: Boitempo, 2015 [1862].

MERCADANTE, Aluizio. As bases do Novo Desenvolvimentismo: análise do governo Lula. **Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Instituto de Economia, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas**, 2010.

MOLOTCH, Harvey. The city as a growth machine: toward a political economy of place. **American Journal of Sociology**, vol. 82, Nº 2 Setembro de 1976, pp. 309-332.

MORAIS, Marcelo Loura de. A Baixada Fluminense respira os ares do progresso: um estudo do Distrito Industrial de Queimados. **Monografia em Geografia. Departamento de Geociências, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Seropédica, 2014.

_____. Os novos usos do espaço urbano periférico: o processo de reestruturação urbana em Queimados-RJ. **Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017.

NOBRE, Marcos. **O choque de democracia: razões da revolta**. 1ª edição. Versão Digital para Kindle. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Reestruturação produtiva: território e poder no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OLIVEIRA, L. D. de (2015). A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**, v. IV, p. 1-30.

_____. ‘O espaço do coração é a compaixão’: Lições da Baixada Fluminense para a violência política no Brasil atual. Resenha (review) do livro *Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense*, de José Cláudio Souza Alves. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** – Rio de Janeiro – Vol. 14 – no 1 – JAN-ABR 2021.

_____. Geografia do Colapso: crise e desestruturação produtiva na realidade metropolitana do Rio de Janeiro. **Terra Livre**, Ano 33, V. 1, nº 50 p. 131-158. São Paulo, 2018.

_____. Ecologia política, reestruturação territorialprodutiva e desenvolvimento sustentável no Brasil: lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**. Ano IX, nº 19, pp. 1-25, 2020.

_____. As fronteiras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: mudanças territoriais e ajustes no circuito econômico-produtivo. In: PINA, Helena; MARTINS, Maria Felisbela (Org.). **The Overarching Issues of the European Space: A strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural problems?** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/120874/2/339767.pdf>. Acessado em: 08 de agosto de 2020.

OLIVEIRA, L. D. de; ROCHA, A. S. da (2012). As Novas Dinâmicas Produtivas em curso na Baixada Fluminense: Breves apontamentos sobre uma nova geografia da indústria. **Revista Pilares da História**, v. Ano 11, p. 7-13.

OLIVEIRA, L. D. de; ROCHA, A. S. da (2014). Neodesenvolvimentismo e reestruturação produtiva: O processo de reordenamento territorial no Oeste Metropolitano Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil). In: H. Pina; P. Remoaldo; M. da C. Ramos; H. Marques. (Orgs.). **Grandes Problemáticas do Espaço Europeu: Diversidade Territorial e Oportunidades de Desenvolvimento num Cenário de Crise** (pp. 126-142). Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ORAIR, Rodrigo Octávio. Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal. Texto para discussão. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**.- Brasília, 2016.

PAES, Marta. Expansão Industrial Versus Vagas. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, Jornais de bairro (Baixada), p. 6, edição matutina, de 18 de novembro de 2007.

PANIZZA, F. “La marea rosa”. In: **Análise de Conjuntura OPSA**. Rio de Janeiro, n. 8, 2006. Disponível em: http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/21_analises_La_marea_rosa.pdf acesso em: 19/10/2020 às 14:19.

PLATONOW, Wladimir. Cidade mais violenta do país, Queimados pede mais policiamento. **Agência Brasil**, dia 21 de julho de 2018. Acessado às 18:15 de 20 de abril de 2019 às 18:15. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-07/cidade-mais-violenta-do-pais-queimados-nao-tem-hospital-e-emprego>

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

PRADO JR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. Sobre o PAC?. Disponível em: <http://pac.gov.br/sobre-o-pac> acessado em 22/09/2019

ROCHA, André Santos da. “As representações ideais de um território”: dinâmica econômica e política, agentes e a produção de sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990. **Tese de Doutorado em Geografia – Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2014.

_____. “Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal”. **Dissertação de mestrado em Geografia – Departamento de Geografia do Instituto de Geociência da Universidade Federal Fluminense.** Niterói, 2009.

_____. Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: Apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região. **Revista Espaço e Economia:** revista brasileira de geografia econômica. Ano III, número 6, pp. 1-20, 2015.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido.** 2ª edição, 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018 [1979].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 11ª ed. São Paulo: Record, 2008 [2001].

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 102, p. 43-71-71, 2015.

SOARES, Maria Teresinha Segada. “Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, vol2, n24,** 1962.

SOJA, Edward W. Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Trad. da 2ª edição inglesa por Vera Ribeiro. Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro, 1993 [1989]

SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade Estilhaçada – Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. **Tese de Doutorado em Geografia – Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense.** Niterói. 2006.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988 [1984]

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** 11ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1983 [1972].

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de políticas públicas e programa de governo de 2018.** Programa Minha Casa Minha Vida. Brasília, 2018. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/relatorio-de-politicas/2018/programa-minha-casa-minha-vida.htm> acessado em 02/10/2020 às 08:10.

VILELA, Carlos. O grito de independência de Queimados. **O Dia online,** dia 24 de novembro de 2017a. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/opiniao/2017-11-25/carlos-vilela-o-grito-de-independencia-de-queimados.html acessado em 03/01/2020 às 20:45.

_____. “Estive em Brasília para reunião com o Ministro dos Transportes...”. **Facebook:** Página: Carlos Vilela, postagem do dia 7 de junho de 2017b. Disponível em: <https://www.facebook.com/vilelaqueimados/photos/a.1710918562476635/1968966873338468/> acessado dia 04/01/2020 às 15:30

_____. “Reunião no DNIT” **Facebook:** Página: Carlos Vilela, postagem do dia 14 de fevereiro de 2017c. Disponível em: <https://www.facebook.com/vilelaqueimados/photos/a.1710918562476635/1912284932339996/> acessado dia 04/01/2020 às 15:40

_____. “TELE-RIO CHEGA A QUEIMADOS...” **Facebook:** Página: Carlos Vilela, postagem do dia 3 de abril de 2017d. Disponível em: <https://www.facebook.com/vilelaqueimados/posts/1936260016609154> acessado no dia 04/01/2020 às 16:06.

_____. “NOVA LOJA...”. **Facebook:** Página: Carlos Vilela, postagem do dia 20 de julho de 2017e. Disponível em: <https://www.facebook.com/vilelaqueimados/posts/1993229387578883> acessado em 04/01/2020 às 16:20.

_____. “EMPREGO E DESENVOLVIMENTO...” **Facebook:** Página: Carlos Vilela, postagem do dia 20 de julho de 2017f. Disponível em: <https://www.facebook.com/vilelaqueimados/posts/2036287536606401> acessado em: 04/01/2020 às 16:25.

_____. “REDE ECONOMIA: MAIS EMPREGOS GERADOS, COMÉRCIO FORTALECIDO...” ...” **Facebook:** Página: Carlos Vilela, postagem do dia 18 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/vilelaqueimados/posts/2297398090495343> acessado em: 04/01/2020 às 16:35.

VITURINO, Cristiane. Investimento revitalizarão a Baixada. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, Economia & Finanças, p. 15, edição 138 de 19 e 20 de março de 1995 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_18/55349 acessado em novembro 2019.

WEBSITE OFICIAL MAX LEMOS. Biografia. Disponível em: <https://www.maxlemos.com.br/biografia> acessado em 01/06/2020 às 13:35.